

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO EM MÍDIAS DIGITAIS - CCMD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGC

NAYANE MARIA RODRIGUES DA SILVA

IMPRENSA E REVOLUÇÃO DE 1930:
AS CONSTELAÇÕES SIMBÓLICAS NA RAIZ NOTICIOSA
DE A UNIÃO E DO JORNAL DO COMMERCIO

JOÃO PESSOA

2019

NAYANE MARIA RODRIGUES DA SILVA

**IMPrensa E REVOLUÇÃO DE 1930:
AS CONSTELAÇÕES SIMBÓLICAS NA RAIZ NOTICIOSA
DE A UNIÃO E DO JORNAL DO COMMERCIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para obtenção do título de Mestra em Comunicação e Culturas Midiáticas.

Orientadora: Prof.^a Pós Dr.^a Eunice Simões Lins.

JOÃO PESSOA

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Nayane Maria Rodrigues da.

Imprensa e Revolução de 1930 : as constelações
simbólicas na raiz noticiosa de A União e do Jornal do
Commercio / Nayane Maria Rodrigues da Silva. - João
Pessoa, 2019.
139 f. : il.

Orientação: Eunice Simões Lins.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

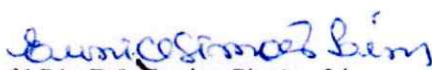
1. Valores-notícia. 2. Imaginário. 3. Gilbert Durand.
4. Revolução de 1930. 5. Território Livre de Princesa.
6. Imprensa. I. Lins, Eunice Simões. II. Título.

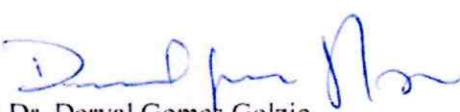
UFPB/BC

“IMPrensa e Revolução de 1930: AS CONSTELAÇÕES SIMBÓLICAS NA RAÍZ
NOTICIOSA DE A UNIÃO E DO JORNAL DO COMMERCIO”

Nayane Maria Rodrigues da Silva

Dissertação apresentada à banca examinadora constituída pelos professores:


Prof.^a Pós Dr.^a Eunice Simões Lins
(Orientadora/PPGC/UFPB)


Prof. Dr. Derval Gomes Golzio
(Membro interno/PPGC/UFPB)


Prof.^a Dr.^a Patricia Monteiro Cruz Mendes
(Membro externo/UNINASSAU)

Dedico este trabalho à honra da Imaculada
Conceição da Virgem Maria.

AGRADECIMENTOS

A sabedoria milenar ensina que tudo que começa inevitavelmente termina. Nada é fixo. Nada é permanente. Neste momento em que agradeço a Deus o dom da vida, os sentidos perfeitos, toda minha constelação familiar e propósito de vida, reconheço em cada estação as permissões divinas, sem as quais minha finitude jamais alcançaria.

Reconheço e agradeço aos meus amados pais Nildo e Helena toda presença, cuidado e amor empreendido em cada etapa da minha vida.

Agradeço a minha irmã Nylene – inspiradora, por dividir tantas superações e realizações. Obrigada por sonhar junto, abrir os caminhos e apontar as direções. Você tornou tudo isso real. Amo-te e serei eternamente grata.

Meus iluminados sobrinhos, Luís Guilherme e Pedro Antônio, agradeço e a eles dedico este trabalho. Bênçãos e alegrias aos nossos dias. Que em um breve futuro possamos compartilhar as histórias e estórias de nossas terras.

A minha orientadora Eunice Lins, que sem titubear me acolhe: *Eis-me aqui para te guiar!* Sigo emocionada. Obrigada por todo profissionalismo, dedicação e carinho. Simplesmente inesquecível!

Aos queridos mentores Wellington Pereira - que concedeu-me a honra de enxergar os potenciais dessa pesquisa; Marcos Nicolau - pelos primeiros incentivos e reconhecimentos; Derval Golzio, pela reputação, tutoria no estágio docência, amizade e consideração; e à querida professora Patrícia Monteiro pela referência pessoal e profissional. São parte da minha vida!

Kalyne, Mary, Flávia e Ricardo, com vocês a jornada ficou ainda mais leve e feliz. Obrigada por tudo! Aos alunos da turma 2016.2 do Curso de Comunicação em Mídias Digitais, oficialmente meus primeiros alunos. Gratidão! A Glória Myriam, Diana Thereza e Daniele Diniz, por toda torcida, por tanta força.

A Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Casa de José Américo e Fundação Ernani Satyro, pela conservação dos acervos empíricos essenciais a esta pesquisa. A CAPES pelo fomento e ao PPGCOM por tornar real o sonho do ingresso na Universidade Federal da Paraíba.

Ao Jornalismo, sentido da minha vida, vocação e missão. A minha querida cidade Princesa Isabel, pela vibrante história. A cidade de Patos, onde tudo começou e a capital João Pessoa, por me devolver, em seu presente.

A obra de Gilbert Durand, que presenteou o mundo com a fascinante pedagogia do imaginário.

As bênçãos já foram dadas.

Aqui temos PRINCESA, no amor, na beleza, de
seu grande destino. (José Florentino Duarte)

RESUMO

Alforriam-se nesta pesquisa conservadores raciocínios e desconfiadas impressões acerca de um dos mais emblemáticos episódios da história política do Brasil – *A Revolução de 1930*. Ao exaurir as possibilidades de aproximação teórico-metodológicas que envolvem jornalismo, imaginário e historiografia, com o objetivo de identificar a multiplicidade de sentidos nas manchetes do jornal paraibano *A União* e do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, durante a Revolução de 1930 no Brasil, estabeleceu-se uma funcional e inédita interpretação simbólica sobre o episódio da proclamação do *Território Livre de Princesa*. Valores subjetivos e atributos sensíveis foram identificados a partir de critérios de noticiabilidade que detectaram a forte incidência dos valores-notícia *conflito, proeminência, proximidade, governo, tragédia/drama e surpresa*. A classificação isotópica e os regimes da imagem de Gilbert Durand constatarem a predominância de constelações simbólicas imperadas pelo regime diurno da imagem. Sobrou angústia, tormento, aflição, agonia e inquietação nas manchetes. O reflexo postural heroico dominou a pauta jornalística com manchetes que causavam ainda mais divisão, separação, superioridade, justiça e poder. A mitocrítica e a mitanálise, a partir da mitodologia, manifestaram imagens nos universos míticos heroico e dramático, cuja predominância de mitemas demonstrando distinção, força, desafio, resistência, agressividade e ameaça reafirmaram a força simbólica do universo mítico heroico, o que evidencia a existência de imagens perceptivas nos periódicos, através de verdadeiras constelações simbólicas. São valores, atributos, mitemas, mitos e arquétipos que permanecem em pleno combate, pela ressonância que possuem e resistência à ação do tempo. Mais que um estudo, um alerta a pesquisadores, jornalistas, historiadores, mitólogos e comunicólogos sobre o sentido emocional dessas imagens mentais que comprovadamente encontram-se em condições de influenciar imaginários e provocar o que Gilbert Durand chamou de desequilíbrio psicossocial, acerca das singularidades da Revolução de 1930 no Brasil.

Palavras-Chave: Valores-notícia. Imaginário. Gilbert Durand. Revolução de 1930. Território Livre de Princesa.

ABSTRACT

This research frees conservative intellect and suspicious impressions about one of the most emblematic episodes of Brazil's political history - *The Brazilian Revolution of 1930*. To exhaust the possibilities of theoretical-methodological approximation that embrace journalism, imaginary, and historiography, aimed to identify the multiplicity of meanings in the headlines of a couple of newspapers, such as *A União* (from Paraíba) and *Jornal do Commercio* (from Pernambuco) during the Brazilian Revolution of 1930, it was established a functional and original symbolic interpretation about the episode of proclamation of Free Territory of Princesa. Subjective values and sensitive attributes were identified from newsworthiness criteria that detected the strong evidence of new values conflict, prominence, government, tragedy/drama, and surprise. Isotopic classification and image regimes from Gilbert Durand noted the prevalence of symbolic constellations ruled by daytime regime of image. What remained was anguish, torment, distress, agony, and disquiet on the headlines. The heroic postural reflection stiffed the journalistic agenda with headlines that caused even more division, separation, superiority, justice, and power. Mythcriticism and mythanalysis, from mythdology, manifested images on universes mythical heroic and dramatic, which predominance of mythemes demonstrating distinction, strength, challenge, resistance, aggressiveness, and threat reaffirmed the symbolic force from heroic mythical universe, which highlights the existence of perceptive images on periodicals, through real symbolic constellations. They are values, attributes, mythemes, myths, and archetypes which remain in full battle, by the resonance that they have and resistance to action of time and to the spiral of silence. More than a study, an alert to researchers, journalists, historians, mythologists, and communicologists about the emotional sense of these mental images which, demonstrably, find themselves in conditions to influence imaginations and cause the weighted psychosocial imbalance by the mythdology of Gilbert Durand, about the singularities of The Brazilian Revolution of 1930.

Keywords: New values. Imaginary. Gilbert Durand. Revolution of 1930. Free Territory of Princesa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornal do Commercio, 5 de Abril de 1930	70
Figura 2 - A União, 26 de Junho de 1930	70
Figura 3 - Jornal de Princeza, 21 de Junho de 1930	71
Figura 4 - A União, 24 de Julho de 1930	74
Figura 5 - A União, 15 de Agosto de 1930	76
Figura 6 - A União, 15 de Outubro de 1930	76
Figura 7 - Correio da Manhã, 25 de Outubro de 1930	77
Figura 8 - A União, 8 de Maio de 1930	79
Figura 9 - A União, 8 de Maio de 1930	79
Figura 10 - A União, 4 de Abril de 1930	79
Figura 11 - A União, 21 de Junho de 1930	80
Figura 12 - A União, 6 de Julho de 1930	80
Figura 13 - A União, 10 de Maio de 1930	81
Figura 14 - A União, 28 de Junho de 1930	81
Figura 15 - A União, 12 de Abril de 1930	82
Figura 16 - A União, 22 de Maio de 1930	82
Figura 17 - A União, 8 de Março de 1930	83
Figura 18 - A União, 11 de Março de 1930	83
Figura 19 - A União, 23 de Abril de 1930	83
Figura 20 - A União, 24 de Maio de 1930	84
Figura 21 - A União, 11 de Maio de 1930	84
Figura 22 - A União, 28 de Maio de 1930	85
Figura 23 - A União, 17 de Julho de 1930	85
Figura 24 - A União, 29 de Março de 1930	86
Figura 25 - A União, 11 de Julho de 1930	86
Figura 27 - A União, 26 de Junho de 1930	87
Figura 28 - Jornal do Commercio, 9 de Março de 1930	88
Figura 29 - Jornal do Commercio, 9 de Março de 1930	88
Figura 30 - Jornal do Commercio, 9 de Março de 1930	88
Figura 31 - Jornal do Commercio, 13 de Abril de 1930	89
Figura 32 - Jornal do Commercio, 17 de Abril de 1930	89
Figura 33 - Jornal do Commercio, 29 de Abril de 1930	89
Figura 34 - Jornal do Commercio, 29 de Abril de 1930	89
Figura 35 - Jornal do Commercio, 9 de Julho de 1930	90
Figura 36 - Jornal do Commercio, 28 de Fevereiro de 1930	90
Figura 37 - Jornal do Commercio, 8 de Abril de 1930	91
Figura 38 - Jornal do Commercio, 6 de Abril de 1930	91
Figura 39 - Jornal do Commercio, 25 de Abril de 1930	91
Figura 40 - Jornal do Commercio, 3 de Abril de 1930	91
Figura 41 - Jornal do Commercio, 9 de Abril de 1930	92
Figura 42 - Jornal do Commercio, 30 de Março de 1930	92
Figura 43 - Jornal do Commercio, 30 de Abril de 1930	92
Figura 44 - Jornal do Commercio, 27 de Março de 1930	93
Figura 45 - Jornal do Commercio, 13 de Março de 1930	94
Figura 46 - Jornal do Commercio, 3 de Julho de 1930	95
Figura 47 - Jornal do Commercio, 27 de Julho de 1930	95
Figura 48 - Jornal do Commercio, 12 de Abril de 1930	96
Figura 49 - Jornal do Commercio, 24 de Abril de 1930	96
Figura 50 - Jornal do Commercio, 18 de Março de 1930	96
Figura 51 - Jornal do Commercio, 4 de Julho de 1930	97
Figura 52 - Jornal do Commercio, 22 de Julho de 1930	97
Figura 53 - Jornal do Commercio, 14 de Março de 1930	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jornal A União - Números	98
Quadro 2 - Jornal do Commercio - Números	98
Quadro 3 - Jornal A União - Termos/Manchetes	99
Quadro 4 - Jornal do Commercio - Termos/Manchetes	100
Quadro 5 - Elencos de Valores-Notícias	103
Quadro 6 - Proposta de Valores-Notícia para Operacionalizar Análises de Acontecimentos Noticiáveis/Noticiados	103
Quadro 7 - Valor-Notícia no Jornal A União – 1930	104
Quadro 8 - Valor-Notícia no Jornal do Commercio - 1930	105
Quadro 9 - Classificação Isotópica das Imagens	112
Quadro 10 - Princípio de Identidade do Regime Diurno – Polícia Paraibana	114
Quadro 11 - Princípio de Identidade do Regime Diurno – Princeza e Princezenses	114
Quadro 12 - Princípio de Identidade do Regime Diurno – Personagens	115
Quadro 13 - As Faces do Tempo – Símbolos Teriomórficos	116
Quadro 14 - As Faces do Tempo – Símbolos Nictomórficos	118
Quadro 15 - As Faces do Tempo – Símbolos Catamórficos	119
Quadro 16 - O Centro e o Gládio – Símbolos Ascensionais e Diaréticos	121
Quadro 17 - Protocolo Mitodológico aplicado ao Jornal A União	123
Quadro 18 - Protocolo Mitodológico aplicado no Jornal do Commercio	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Incidência de Valores-Notícia no Jornal A União	106
Gráfico 2 - Incidência de Valores-Notícia no Jornal do Commercio	107

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. MEMÓRIAS E FATOS HISTÓRICOS: O TEMPO QUENTE NA PRODUÇÃO DE IMAGINÁRIOS	21
2.1 UMA DÉCADA DE REVOLUÇÕES NO BRASIL	21
2.2 O “NEGO” DA PARAÍBA	23
2.3 A MODERNDADE EM PRINCESA	26
2.4 A REBELDIA DE PRINCESA	29
2.5 A PROCLAMAÇÃO DO TERRITÓRIO LIVRE DE PRINCESA	32
2.6 MEMÓRIAS, HISTORIOGRAFIA E IMAGINÁRIO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....	36
3. UMA AGENDA DE SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NA COBERTURA POLÍTICA	44
3.1 O LEGADO DE PARCIALIDADE NA IMPRENSA BRASILEIRA	44
3.2 A SUBSERVIÊNCIA ÀS PAIXÕES POLÍTICAS	49
3.3 O ENGAJAMENTO EMOCIONAL DAS PUBLICAÇÕES	54
3.4 A IMPRENSA NA PARAÍBA	59
3.5 OS JORNAIS TOMAM PARTIDO NA REVOLTA	64
3.6 A IMPRENSA APROPRIA-SE DE UM MARCO HISTÓRICO	67
3.7 A REVOLUÇÃO DIRETO DAS REDAÇÕES JORNALÍSTICAS	78
3.8 O EMBATE EDITORIAL NAS PUBLICAÇÕES	98
3.9 VALORES-NOTÍCIA: OS ATRIBUTOS SENSÍVEIS QUE MANIFESTAM IMAGENS SIMBÓLICAS	101
4. CONSTELANDO IMAGINÁRIOS NA RAZZ NOTICIOSA	109
4.1 AS MANCHETES E AS IMAGENS MENTAIS	109
4.2 OS REGIMES DA IMAGEM E A CLASSIFICAÇÃO ISOTÓPICA DE DURAND	111
4.3 O DOMÍNIO DO REGIME DIURNO: PRINCÍPIOS, REFLEXOS E SÍMBOLOS	113
4.4 A ANGÚSTIA NAS MANCHETES: A MANIFESTAÇÃO DAS FACES DO TEMPO	116
4.5 O REFLEXO POSTURAL E AS ESTRUTURAS HEROICAS	119
4.6 A MITOCRÍTICA E A MITANÁLISE: APLICANDO A MITODOLOGIA	121
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
6. REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	139

1 INTRODUÇÃO

É do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde.
Henri Bergson (1990)

Mais que um apelo, um grito abafado, carregado de inquietações e descrente de respostas. Um barulho do presente que ecoa por cerca de nove décadas, a fim de compreender o subentendido, o sensível, os soluços e nós na garganta. Um clamor condicionado pelo tempo, já exausto pelo que restou, ou seria pelo que ainda vive através da historiografia, da imprensa e dos relatos orais.

Eis que está alçado o grande desafio, o lançar de luzes às reminiscências para uma melhor compreensão do presente. Nessa perspectiva, a construção de um entendimento amplo, sem bairrismos teóricos e raciocínios limitantes, capazes de somar pontos de vistas e agregar conhecimentos, demarca o caminho escolhido. E com essa convicção se estabelece o convite para a uma leitura desartilhada, sem lados, partidos, linhas e paixões. O todo precisa ser alcançado, os imaginários acessados em um intenso diálogo com as fontes objetivas, para que se prevaleça o espírito de reconhecimento e entusiasmo pelo que se mostra novo.

Alforria-se nesta proposta os mais conservadores raciocínios e as mais desconfiadas impressões acerca de um dos episódios mais emblemáticos da história política recente do Brasil. Recente, pelas inúmeras lacunas deixadas. Palpitante, pelo número de obras lançadas na última década. Desafiador, pela quantidade de véus ainda sobrepostos à compreensão dos que se interessam e enxergam, na temática, um motivo para entender a resistência da Democracia, ao longo da história, estabelecendo-se enquanto modelo político vigente.

Sem adiamento, é intento da presente pesquisa remir os acontecimentos da Revolução de 1930 no Brasil com novas contribuições, por meio da constatação de um problema base, um fenômeno que se mostra, inicialmente, sob o prisma da comunicação e do jornalismo. No entanto, por tratar-se de um episódio histórico, não menos importante e recorrente circunscreve-se a consulta à historiografia. Assim como o desafiador e instigante trajeto de aplicação das metodologias e teorias do Imaginário, como novo ângulo de interpretação e compreensão.

E se o convite é para que os ânimos permaneçam desarmados, justifica-se pela necessidade de rememorar particularidades de uma revolta armada. A Revolução de 1930 foi caracterizada por violentas guerras civis, truculentas emboscadas, fortes paixões políticas, inúmeras mortes e dramáticas separações, em função de exílios. Um campo fértil para emoções

sempre à flor da pele, mas tão pouco investigadas e documentadas, embora existentes e identificáveis.

A cobertura jornalística realizada, em especial, pelo jornal estatal paraibano *A União* e pelo periódico pernambucano *Jornal do Commercio* representa mais que um aporte empírico, destaca-se como um conjunto de relações e reflexões sobre as responsabilidades do jornalismo na criação, reverberação e assimilação de imaginários acerca da revolta de trinta.

O desafio de uma pesquisa histórica documental, cujo fenômeno se manifesta por meio do jornalismo e à luz do imaginário, demonstra, sobretudo, o ineditismo e o potencial revelador desses acervos. São aportes empíricos que tornam público não apenas o tipo de jornalismo que era exercido no Brasil de 1930, mas a predominância de valores subjetivos contidos em notícias sobre o marco histórico, cujos encargos simbólicos necessitam de atenção e interpretação.

A força da cobertura da imprensa chegando a intervir nos fatos históricos, impõe sobre estudiosos em comunicação a responsabilidade de ultrapassar os limites das análises objetivas, para atrever-se a percorrer vias de compreensão que encontram-se no campo da subjetividade, do imaginário e do sensível.

Dessa forma, busca-se exaurir as possibilidades de aproximação teórico-metodológicas que envolvem Jornalismo, Imaginário e Historiografia, com o intuito de estabelecer uma compreensão ampla e consistente a respeito da cobertura noticiosa do episódio do *Território Livre de Princesa*, a partir da multiplicidade de sentidos na noticiabilidade da proclamação do *Território Livre de Princesa*,.

E é recorrendo aos acervos do jornal impresso paraibano *A União* e do periódico pernambucano *Jornal do Commercio*, que historicamente localiza-se uma importante forma de comprovar a intensa contribuição da Paraíba para o estopim da revolta armada que consolidou o Estado Novo no Brasil – A Revolução de 1930.

Não menos importante são os valores evidenciados nas narrativas jornalísticas, além das constelações simbólicas responsáveis por alimentar e até direcionar imaginários a respeito do marco histórico. Sob análise, doze manchetes de *A União* e dezesseis manchetes do *Jornal do Commercio*, entre Fevereiro e Julho de 1930. Tais agrupamentos constroem o trajeto de imagens mentais, a partir de narrativas muito próprias da imprensa. Um robusto e raro arcabouço empírico, com cinquenta e três figuras, dezoito quadros e dois gráficos, como produto.

Instaurada na Paraíba de 1930 uma guerra civil com fortes influências do contexto político nacional, o difícil relacionamento do Estado da Paraíba com um de seus Municípios, a então cidade de Princesa, repercutiu internacionalmente. As marcas dessa crise política interna, além de pautar, do ponto de vista histórico, a revolução em nível nacional, condicionou a

construção e desconstrução de imagens, arquétipos, símbolos e mitos. A apropriação e difusão desses elementos subjetivos pela imprensa é um dos objetivos do presente estudo.

Marcado por eleições majoritárias que definiria o sucessor de Washington Luís na Presidência da República do Brasil, bem como pela formação de chapas e disputas de vagas para os cargos de deputado Estadual e Federal, o ano de 1930 consolidou-se pela ebulição política em todo o país. Sob esse contexto, o Partido da Aliança Liberal identificou na Paraíba um nome para ocupar a função de vice-presidente de Getúlio Vargas, na composição da principal chapa de oposição à presidência. Enquanto isso, Júlio Prestes, escolhido de Washington Luís para sua sucessão, já ditava o ritmo de uma forte campanha por todo o Brasil.

Sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa, o então presidente do Estado da Parahyba, João Pessoa, foi o indicado para compor a cabeça de chapa juntamente com Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. No entanto, a decisão de negar apoio à candidatura situacionista de Júlio Prestes, aliada à implementação de uma intensa política de desprestígio aos coronéis desde que assumiu o controle do Estado em 1928, resultou em graves consequências internas.

Um dos mais influentes coronéis do interior da Paraíba – José Pereira, cuja família exercia, há anos, forte domínio político em todo o noroeste do Estado, mais precisamente na região de Princesa, acabou por romper litigiosamente relações com o presidente João Pessoa instituindo o *Território Livre de Princesa* e tonando a cidade independente do então Estado da Parahyba.

Princesa permaneceu separada político-administrativamente da Parahyba por cerca de cinco meses. A constituição de um território livre dentro da recém república brasileira foi amplamente explorada pela imprensa nacional e até internacional, que mesmo com os recursos em que operava, na época, contribuiu significativamente para a estruturação de elementos sensíveis que ainda hoje permeiam o imaginário em torno do referido e peculiar marco histórico.

Semelhantemente aos políticos, os jornais tomaram partido na revolta. De acordo com Silva (2017b), diversos eram os jornais impressos brasileiros que estampavam, com frequência, textos referentes ao *Território Livre de Princesa* e à difícil crise política no Estado da Parahyba. Todavia, nenhum jornal tinha tanto interesse em acompanhar e noticiar de perto o desenrolar dessa guerra civil como *A União* - jornal estatal paraibano, cuja linha editorial foi amplamente disponibilizada aos interesses do presidente João Pessoa; e o *Jornal do Commercio*, que, mesmo com instalações em outro Estado tornou-se a voz do coronel José Pereira, servindo aos

interesses da República de Princesa, diante dos inúmeros favores pessoais realizados pelo coronel à família Pessoa de Queiroz, detentora do periódico pernambucano.

Além disso, a escolha dos específicos periódicos ultrapassa a justificativa do vínculo de envolvimento pessoal dos protagonistas da revolta com as referidas redações, sendo amparada, sobretudo, pela acessibilidade técnica. A conservação e digitalização dos acervos de *A União*, através da Fundação Casa de José Américo em João Pessoa – PB, e do *Jornal do Commercio*, pela Fundação Joaquim Nabuco em Recife – PE, garantiram a aquisição do corpus ampliado, formatando o arcabouço empírico da análise.

É a partir dessas publicações que objetiva-se identificar a manifestação da multiplicidade de sentidos na noticiabilidade da proclamação do *Território Livre de Princesa*, uma vez que as práticas de parcialidade adotadas por essas redações, em específico, já foram refletidas na monografia *Imprensa e Revolução de 1930: A guerra ideológica entre os jornais A União da Paraíba, e o Jornal do Commercio de Pernambuco* (2011). Busca-se avançar considerações lacunares, cujo teor sensível já potencializa a natureza profunda e desafiadora desta pesquisa.

É chegado o momento de conhecer o lugar de origem dos encargos simbólicos contidos nessas mensagens, delimitando, assim, os espaços onde o sentido das ações foram constituídos, documentados e difundidos pelo jornalismo, através das notícias. A presença de imagens mentais ultrapassa o campo das narrativas históricas e encontra na imprensa um lugar ainda mais oportuno.

O arquétipo do coronel, do justiceiro e do herói, a narrativa mitológica das ações políticas, o terror das revoltas armadas e o apelo emocional das campanhas armadas manifestam-se fortemente nas manchetes analisadas, consolidando-se como fonte indispensável para a compreensão de imaginários difundidos, assimilados e até esquecidos, ao longo do tempo, sobre o marco histórico.

O desafio de traçar uma nova leitura a partir de uma teoria trinta anos mais nova que o próprio objeto de estudo, a exemplo da Teoria Geral do Imaginário e suas metodologias, traduz uma contribuição científica com novas perspectivas sobre a atuação da imprensa, diante de um dos fatos históricos mais importantes para a consolidação da Nova República no Brasil.

A proposta consiste em considerar a subjetividade humana, o sentido emocional e ambíguo das linguagens comunicacionais para interpretar ou complementar o que a história, o próprio jornalismo e a ciência subestimaram pelas suas naturezas concretas, objetivas e racionais. Conforme assinala Barros (2010, p. 127), é chegado o momento de aplicar o imaginário enquanto ponto de vista, enquanto perspectiva, uma dimensão que se explora.

A gramática de símbolos elaborada por Gilbert Durand¹, uma espécie de pedagogia do imaginário, a partir da Classificação Isotópica e os Regimes da Imagens, além de classificar os reflexos posturais e o regime dominante nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio*, evidenciou a profundidade da interpretação simbólica, que, apesar de subjetiva e sensível, possui um profundo trajeto metodológico, estruturado em sólidas classificações.

Além disso, optou-se por aplicar a Mitodologia como mais uma metodologia de análise nos jornais impressos, unindo a Mitocrítica e a Mitanálise, dois métodos de pesquisa do imaginário, separados por Gilbert Durand, apenas, para efeitos didáticos segundo Barros (2010, p.136). A partir da Mitodologia, mitemas, metáforas e mitos foram identificados ocupando generoso espaço nas narrativas jornalísticas e manifestando os fragmentos sensíveis que influenciam a construção e desconstrução de imaginários.

Para efeito da segunda metodologia proposta, foi utilizado o protocolo de análise e exemplo de agrupamento de universo mítico, desenvolvido e aplicado pela pesquisadora e doutora Ana Taís Portanova Barros².

Então, como mensurar o imaginário construído diante de um marco histórico, se ao longo do tempo, conforme afirma Ansart (2004), podemos esquecer toda sombra subjetiva que envolve a concretude dos acontecimentos? Eis que documentar os imaginários alimentados, reproduzidos e esquecidos ao longo de nove décadas no pós-revolução aparenta ser metodologicamente inviável se não fosse pelo aporte das Teorias do Imaginário, aliada às Teorias da Comunicação. Por isso, o caminho inverso, enxergando na raiz noticiosa uma fonte na produção de imaginários.

E considerando a interdisciplinaridade do recorte mitológico, observa-se uma pertinente contribuição para área da comunicação. Por tratar-se de um fenômeno que ocorre em meio à rotina produtiva de redações jornalísticas, Silva (2010e) abalizou a relevância e as possibilidades dos estudos do imaginário no campo do jornalismo, a partir da veemência com que o antropólogo Gilbert Durand³ defendeu o aprofundamento desse diálogo:

¹ Um professor universitário francês conhecido por seus trabalhos sobre o imaginário e mitologia. Professor de filosofia de 1947 a 1956, professor titular e professor emérito de sociologia e de antropologia da Universidade de Grenoble II. Discípulo de Gaston Bachelard, de Henry Corbin e de Carl Jung, mestre de Michel Maffesoli, Gilbert

² Tal protocolo está disponível no artigo intitulado Comunicação e imaginário – uma proposta metodológica, publicado em 2010, na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.

³ Gilbert Durand é reconhecido mundialmente nos meios acadêmicos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilbert_Durand. Acesso em: 23 de Julho de 2019.

Se o imaginário tudo perpassa, a imprensa é lócus fecundo de observação desses vestígios imaginais, uma vez que as notícias trazem toda a diversidade do mundo, da política e economia à arte, entretenimento e vida cotidiana. Toma-se, então, o jornalismo como uma tecnologia de criação e reprodução de imaginários sociais, como fonte que alimenta com imaginários o cotidiano contemporâneo e, ao mesmo tempo, de imaginários sociais alimenta a si mesmo. Exatamente por isso o conceito de trajeto antropológico de Durand é fundamental nessas reflexões aqui porque, ao considerar o transitável entre o indivíduo e o social através da ponte do imaginário, nos fornece o percurso necessário para compreender as imagens trabalhadas no e pelo jornalismo (SILVA, 2017b *apud* SILVA, 2010e, p. 90).

Uma oportunidade de reflexão do jornalismo não mais por vias explicativas, mas, por vias compreensivas, justificadas, ainda, pela aplicabilidade das Teorias do Imaginário junto ao fenômeno. Uma sugestão metodológica confirmada por Silva (2010e, p.12), ao ressaltar que “para estudar parte do grande acervo ou repertório imaginário que está presente, vivo, nas páginas da imprensa, devemos recorrer à contribuição da antropologia do imaginário”.

Os atributos sensíveis da notícia, a partir dos seus critérios de noticiabilidade e valores-notícia; as estruturas antropológicas do imaginário, a convergência dos símbolos, os regimes da imagem definidos por Gilbert Durand, aliados à aplicação da Metodologia como aporte metodológico formatam o caminho para que se interprete, na raiz da produção noticiosa, a manifestação de imagens mentais e alimentação de imaginários.

Ao entender o mito como sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e schémes que tende a se compor em relato, ou seja, que se apresenta sob forma de história, observam-se as predisposições do objeto de estudo em questão, a uma avaliação com base na Metodologia, qualificando à luz do imaginário os sentidos produzidos, publicados e difundidos nas notícias de *A União* e do *Jornal do Commercio*, sem menosprezar a efervescência histórica pela qual toda essa noticiabilidade esteve condicionada.

E é pela busca de novas perspectivas, a partir de uma contribuição equilibrada, que a presente proposta de investigação observa a necessidade de aplicação dessa metodologia para a promoção, especialmente, de um equilíbrio psicossocial. Durand aponta “a reequilibração social como aquela que ocorre de uma geração para a outra, cada “geração de trinta e seis anos”, se opondo à precedente (“uma pedagogia expulsa a outra”). Trata-se do equilíbrio sócio-histórico de uma sociedade,” rememorou Pitta (1995, p. 11).

Além disso, se o foco é a noticiabilidade de um marco histórico, ponderou-se refletir as práticas da imprensa no Brasil de 1930, sobretudo, as relações de parcialidade sob as quais as redações de *A União* na Paraíba e do *Jornal do Commercio* em Pernambuco não foram

poupadas. Considerou-se sob que condições estavam sendo definidos o que se conhece hoje por *valor-notícia* nessas redações, em meio a uma revolta armada.

A consciência de que influências internas e externas acompanham todo o processo de produção de uma notícia dentro de uma redação permitiu à análise perceber a possibilidade de tornar o estudo ainda mais completo, a partir do diálogo entre Valores-notícia e Imaginário.

Para o autor Wolf (2003), por exemplo, a noticiabilidade é construída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho, dos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas:

Estudar a seleção implica, inclusive, rastrear os julgamentos próprios de cada seletor, as influências organizacionais, sociais e culturais que este sofre ao fazer suas escolhas, os diversos agentes dessas escolhas postados em diferentes cargos na redação, e até mesmo a participação das fontes e do público nessas decisões – aqui vale lembrar os estudos de agendamento (agenda-setting), que complexificam as investigações sobre o processo de seleção das notícias (SILVA, 2005c, p. 4).

Mapear, portanto, a construção imaginária nesses conteúdos jornalísticos, através da comunicação, permite uma compreensão sobre que subjetividades persistiram à ação do tempo, podendo manifestar-se sob diversos aspectos no cotidiano e na recente produção literária e audiovisual sobre o *Território Livre de Princesa*. Mais que isso, um alerta concreto a pesquisadores, estudiosos, curiosos, jornalistas, historiadores, sobre a intensa multiplicidade de sentidos presentes e reproduzidos em diversos materiais empíricos e relatos orais, acerca do episódio histórico.

Isso posto, o segundo capítulo contempla a historiografia, a partir de uma construção narrativa, com base em fontes, bibliografias e documentos históricos, cujos escritos são fundamentais para uma ampla apreciação e noção do impacto desses fatos na história do Brasil e, porque não, da imprensa nacional. É fundamental que essa compreensão cronológica aconteça primeiro, justificando, inclusive, o que se afirmara anteriormente sobre o peso interdisciplinar de cada contribuição para o amplo entendimento do objeto de estudo. Ainda descreveremos como reflexões sobre que memórias, fatos históricos e imaginários se manifestam, sinalizando a intensa dialética desenvolvida ao longo da análise, com as teorias e metodologias do imaginário.

O terceiro capítulo mobiliza, portanto, uma profunda discussão a respeito do protagonismo da imprensa diante do eferente contexto histórico. Ao se rememorar as condições em que a prática jornalística foi implementada no país, assim como as relações de

subserviência e o estreito relacionamento com as paixões políticas, tornou-se mais fácil alcançar como os jornais naturalmente ultrapassaram seus limites éticos, sendo utilizados como artilharia de combate ao ditar, intervir e manipular acontecimentos que influenciaram o andamento da revolta armada. Toda essa guerra ideológica começa a vir à tona, a partir de uma análise comparativa já realizada pela presente autora nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio*, que escancaram a parcialidade de suas linhas editoriais, por meio de suas publicações.

O capítulo aprofunda ainda mais reflexões sobre a cobertura da imprensa e o imaginário, a partir de atributos instituídos no jornalismo para identificar o que pode ser noticiável - os chamados valores-notícias e os critérios de noticiabilidade.

A análise ponderou sobre a realidade da imprensa brasileira em 1930, considerando a possibilidade de classificar o conteúdo jornalístico do material empírico adquirido, com os inúmeros elencos de valores-notícias estruturados ao longo do tempo, e documentados pela pesquisadora Gislene Silva (2010), tal como uma demonstração de aplicação prática, classificando os valores identificados nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio* de acordo com uma tabela de valores-notícias para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados proposta pela pesquisadora Érica Franzon (2004). Mas é no quarto capítulo que se revela o grande desafio desta proposta.

Ao considerar as emoções, os sentimentos, ressentimentos e esquecimentos característicos de coberturas políticas, é no quarto capítulo que se compreende como passagens descritas na historiografia e como as manchetes jornalísticas podem receber uma nova linha de interpretação, a partir da aplicação da pedagogia durandiana e da Mitodologia. Uma classificação inédita quanto à interpretação de imagens simbólicas específicas na comunicação, que manifesta, a partir da fonte geradora de informação, os imaginários construídos, difundidos e reverberados.

Mediante o exposto, reavaliar conceitos, estigmas e estereótipos ao longo desses quase noventa anos pós-revolução torna-se um esforço necessário, uma justa contribuição da ciência, com a estruturação e disseminação das teorias e metodologias do imaginário no mundo, pois, somente conhecendo a carga simbólica difundida nas mensagens jornalísticas em 1930, é possível justificar certas distorções, aceitação ou ressentimentos manifestados a partir dos imaginários em torno da proclamação do *Território Livre de Princesa*, dos personagens envolvidos no conflito, e, porque não dizer, do fato histórico em si.

2 MEMÓRIAS E FATOS HISTÓRICOS: O TEMPO QUENTE NA PRODUÇÃO DE IMAGINÁRIOS

É a partir do imaginário que a história, as relações sociais, a cultura e a própria comunicação são realizadas. Ana Taís Portanova Barros (2014).

2.1 UMA DÉCADA DE REVOLUÇÕES NO BRASIL

Sucessivas foram as conflagrações no Estado Oligárquico brasileiro, que culminariam no movimento armado de 1930. A década de vinte, que começara tendo como Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil o paraibano Epitácio Pessoa, serviu para documentar como, em dez anos, o país foi completamente afetado pela recessão econômica internacional, além de uma grave e contínua crise política nacional, que levou o país à eclosão, em Outubro de 1930, de um golpe armado.

Uma década inteira de profundas transformações em diversas áreas da vida social brasileira, caracterizada por testemunhar, por exemplo, o fortalecimento da burguesia industrial paulista afrontando o domínio da oligarquia cafeeira; as greves e a organização da classe operária, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a contestação dos jovens tenentes, através do Tenentismo⁴ e a Reação Republicana⁵ de 1921; além da forte renovação cultural, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922.

A força econômica e social dos Estados de São Paulo e Minas Gerais foi responsável por concentrar o domínio político brasileiro nessas regiões, em todo o transcurso da década de vinte. O acordo pelo qual representantes das oligarquias paulista e mineira se revezavam no poder ficou conhecido como *Política do Café com Leite*⁶.

⁴ O *Tenentismo* foi um movimento político-militar que objetivava realizar mudanças na sociedade brasileira, diminuindo o poder das oligarquias e acabando com a corrupção eleitoral. Planejava o voto secreto e contou com a simpatia dos setores médios e da classe operária. Ver em: ORDOÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. Coleção Horizontes: História. São Paulo: IBEP, 2006.

⁵ *Reação Republicana* é o nome pelo qual ficou conhecida a chapa de oposição apresentada, em 1921, por alguns estados - Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro e Distrito Federal - contra o candidato à presidência da República apoiado por Minas Gerais e São Paulo. Em março de 1922, seria escolhido o novo presidente da República, que substituiria o paraibano Epitácio Pessoa, no cargo desde 1919. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/reacao-republicana-oligarquias-disputam-o-poder.htm>. Acesso em agosto de 2019.

⁶ A política do café com leite foi uma política de revezamento do poder nacional executada na República Velha entre 1898 e 1930, por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo - mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café - e Minas Gerais - maior pólo eleitoral

Todavia, a questão sucessória do Presidente Washington Luiz, que assumiu a Presidência da República em 1926, provocou a cisão dessa oligarquia dominante, sendo o estopim de um golpe que derrubou a República Velha⁷. Isso porque para as eleições presidenciais que escolheria o sucessor de Washington Luís era a vez do Estado de Minas Gerais indicar o candidato, entretanto, bastante ligado à oligarquia de São Paulo, o presidente Washington Luís resolveu indicar o paulista Júlio Prestes – seu Ministro da Fazenda, o que garantiria a continuidade da política de valorização do café, que já sofria abalos com a crise mundial de 1929⁸, gerando queda no preço do produto e afetando a cafeicultura paulista.

Os mineiros que esperavam a indicação de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, como o então sucessor, romperam aliança com São Paulo e juntamente com o Rio Grande do Sul e a Paraíba criaram um novo partido - a Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas, ex-Ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul, tendo como vice-presidente o paraibano João Pessoa, sobrinho do ex-presidente da República, Epitácio Pessoa. De acordo com Schneeberguer (2006), até o Partido Democrático de São Paulo alimentou o rompimento, através de parcelas da burguesia cafeeira, de grupos financeiros e elementos das camadas médias urbanas descontentes com o governo de Washington Luiz.

Em sua campanha, a Aliança Liberal concentrou forças nos grandes centros urbanos, buscando, assim, a adesão das novas classes sociais emergentes: a burguesia industrial e o operariado. Aos operários, prometia satisfazer suas reivindicações como férias remuneradas, regulamentação do trabalho da mulher e ampliação do direito de aposentadoria. Além disso, propostas de anistia a presos políticos envolvidos em revoltas na década de vinte e a instituição do voto secreto trouxeram o importante apoio dos líderes tenentistas.

A eleição aconteceu em Março de 1930 e, como era esperado, a máquina oligárquica funcionou tanto em São Paulo, como em Minas Gerais, pois havia mineiros que apoiavam Júlio Prestes, e sua vitória foi inevitável dentro dos padrões da República Velha. A Aliança Liberal,

do país da época e produtor de leite. Ver em: ORDOÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. Coleção Horizontes: História. São Paulo: IBEP, 2006.

⁷ Dá-se o nome de “República Velha” ao período da história do Brasil entre 1889 e 1930. Ela teve início com o golpe de 15 de novembro, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, e terminou com a Revolução de 1930 – golpe contra a estrutura oligárquica da República, liderado por Getúlio Dornelles Vargas. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/república-velha.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

⁸ Grande depressão considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, em praticamente todo medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em agosto de 2019.

coube denunciar os métodos viciados da República Velha e sua ala mais radical alegou fraude nas eleições. Contudo, outras medidas foram adotadas e a Aliança Liberal organizou um movimento para derrubar, através da força armada, o recém-eleito governo de Júlio Prestes. Os aliancistas conspiravam por um regime democrático, pela modernização econômica do Brasil e por uma inserção na estrutura do poder, que, segundo os mesmos, encontrava-se enfaixada nas mãos dos velhos oligarcas, através de uma rígida hierarquia.

2.2 O “NEGO” DA PARAÍBA

Dois anos antes da Revolução de 1930, a Parahyba teria que escolher o seu governador e, em 1928, o paraibano Eptácio Pessoa, ex-presidente da República, indicou um de seus sobrinhos para a sucessão do Estado – João Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

Com o apadrinhamento de Eptácio Pessoa, em 22 de outubro de 1928, João Pessoa assume a presidência do Estado da Parahyba, já demonstrando em seu discurso a nova plataforma de administração que estava disposto a implementar no Estado, quando propunha significativas reformas no campo tributário, fiscal e de segurança, através de uma nova gestão do setor público, do combate ao cangaceirismo e da punição àqueles que acobertassem essa prática no Estado. Segundo Mello (1992), João Pessoa exonerou coletores fiscais, promotores e juízes de direito que estavam subordinados a coroneis.

De acordo com o escritor e dramaturgo paraibano Ariano Suassuna⁹ (2010), durante depoimento no documentário “Princesa do Sertão”¹⁰, com a posse de João Pessoa, a Parahyba viveu um choque entre o patriarcalismo rural e o capitalismo urbano, palavras essas ainda mais fundamentadas pelo historiador paraibano José Octávio de Mello¹¹ (2010), no mesmo documentário:

⁹ Ariano Villar Suassuna é um defensor da cultura do Nordeste, dramaturgo brasileiro, autor de *Auto da Compadecida* e *A Pedra do Reino*, dentre outras obras, filho do ex-governador da Paraíba, João Suassuna, assassinado por motivos políticos no Rio de Janeiro, com a Revolução de 1930.

¹⁰ Em dezembro 2010, a TV Senado levou ao ar o documentário "Princesa do Sertão", onde apresentou o tema sobre a chamada Revolta de Princesa em 1930, o fato mais relevante da história recente da cidade de Princesa Isabel. A partir de entrevistas feitas com historiadores, testemunhas e depoimentos diversos, reconstruiu os fatos que deram origem a esta epopeia sertaneja e apresentou-a nos seus momentos mais relevantes. Dentre os entrevistados, Ariano Suassuna, Inês Caminha, José Otavio de Arruda Melo. Duração excepcional de 130 minutos.

¹¹ José Octávio de Arruda Mello é historiador, jornalista e escritor paraibano, e membro da Academia Paraibana de Letras.

“João Pessoa é o que Lopes de Andrade, sociólogo paraibano chamava de um homem marginal, seguindo um conceito da sociologia americana. Um homem marginal porque estava à margem da estrutura que o gerou, era um filho e representante da oligarquia, mas, estava à margem dela, na medida em que os seus valores não consultavam os valores oligárquicos, nem os do próprio tio, Epitácio.” (MELLO, 2010, Tv Senado).

Isocronicamente às novidades da política parahybana, quando foi lançado o nome de Getúlio Vargas na chapa oposicionista de sucessão presidencial, procurou-se um vice-presidente com os mesmos ideais para fortalecer a disputa. Com o Estado de Minas Gerais geograficamente localizado no Centro do Brasil, e já contando com a força de Getúlio Vargas no Sul do país, os oposicionistas procuravam uma representação do Norte¹².

O primeiro nome cogitado pelos conspiradores foi o do presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra. Todavia, segundo Vidal (1978), bastou o presidente do Banco do Brasil José Silva Gordo ameaçar a cobrança de todos os devedores do Estado, caso o Governo de Pernambuco ficasse contra o Governo Federal, que Estácio Coimbra recusou o convite, abrindo caminhos para João Pessoa, cuja reputação e administração estavam em alta no cenário nacional, sendo, inclusive, referenciadas pela imprensa:

As maiores demonstrações de aplauso e admiração chegavam de todos os pontos do país. João Pessoa ia tendo a ideia nítida de que os seus esforços encontravam o mais decidido apoio por parte de quantos se preocuparam seriamente com os negócios públicos nacionais [...]. A imprensa refletia o eco que sua operosa administração ia despertando lá fora. Não se cansavam os jornais de referir-se unanimemente às normas democráticas de um governo que estava servindo de modelo à nação. A Paraíba colocara-se em situação excepcional. Não devia a ninguém. Serviços e mais serviços em franco andamento. Podia-se dizer que era o mais tranquilo seio de Abraão da Primeira República (VIDAL, 1978, p. 48).

Até o *Jornal do Commercio* de Recife, que durante a proclamação do *Território Livre de Princesa* configurou-se como forte arsenal ideológico contra o então presidente parahybano, servindo aos interesses do coronel José Pereira, chegou a destacar a repercussão positiva das reformas políticas de João Pessoa na imprensa brasileira:

Pelo teor do noticiário da imprensa, jornais de todo o país simpatizavam com essas reformas. Antes da Guerra Tributária, o *Jornal do Commercio* do Recife considerava que o novo presidente paraibano já impressionava pelo “seguro

¹² No final da década de 20 e início da década de 30, os estados localizados da Bahia para cima, ainda eram chamados de Norte, não havia nordeste.

conhecimento das necessidades dos municípios”, propósitos de incutir nos chefes políticos “o espírito de maior desenvolvimento econômico das regiões” e inflexibilidade com relação aos chefes responsáveis por irregularidades administrativas e violências políticas (MELLO, 1992, p. 274).

E com a indicação para tornar-se vice de Getúlio Vargas compondo a chapa da Aliança Liberal, João Pessoa reuniu, em 29 de Julho de 1929, no Palácio da Redenção, as figuras mais destacadas do partido hegemônico para discutir o assunto. Após a reunião, João Pessoa emite um telegrama resposta ao deputado Tavares Cavalcanti, por intermédio de quem foi feita uma consulta se a Parahyba apoiaria a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência, resposta essa, que demarcou o termo “Nego”, atualmente descrito na bandeira do Estado:

Reunindo o diretório do Partido, sob a minha presidência política, resolveu unanimemente não apoiar a candidatura do eminente Sr. Júlio Prestes à sucessão presidencial da República. Peço comunicar essa solução ao líder da maioria em resposta a sua consulta sobre a atitude da Parahyba. Queira transmitir aos demais membros da bancada esta deliberação do partido, com a solidariedade sempre assegurada. Saudações (JOÃO PESSOA *apud* VIDAL, 1978, p. 50).

Ainda segundo Vidal (1978), o gesto memorável de João Pessoa comoveu profundamente o civismo brasileiro:

É que a Parahyba quase não tinha significação na vida política nacional, e a sua atitude constituía, para os supostos donos do Brasil, uma petulância sem igual. Trazia cores impertinentes. Um desafio. Demais erguia João Pessoa bem alto dentro do Norte, oficialmente agachado de um servilismo doentio (VIDAL, 1978, p. 53).

O desejo de continuar sendo referência na implantação e execução de um modelo administrativo inovador e pioneiro no Estado fez com que, durante o seu mandato, o presidente da Parahyba adotasse alguns recursos como meios propagadores de seus ideais e determinações. Sabedor da capacidade de mobilização da imprensa e da possibilidade de expor os chefes políticos da maneira que eles menos desejavam, aferindo-lhes a moral em alguns casos, João Pessoa fazia questão de divulgar através do Jornal oficial do Estado *A União* a falta de compromisso de alguns chefes políticos paraibanos, diante da aceitação e execução da nova reforma política idealizada por ele, como documentou Mello (1992):

As constantes advertências veiculadas na imprensa são indicativas da política de sobreposição do poder público estadual às administrações das chefias municipais, em face do que, mesmo correligionários como Antonio Guedes em Guarabira, se viam na obrigação de explicar o destino concedido aos dinheiros públicos (MELLO, 1992, p. 274).

Em fevereiro de 1929, por exemplo, *A União* publicava que os prefeitos não deveriam ser empregados das direções políticas locais, por mais que fosse precioso e conveniente a harmonia dessas forças dentro do município. Dessa forma, utilizando a imprensa, João Pessoa encontrou uma maneira de intimidar e afrontar.

2.3 A MODERNIDADE EM PRINCESA

Ainda que fossem sucessivas as transformações no Estado brasileiro na década de vinte, em detrimento de crises no setor econômico, social e político, as incertezas nacionais pareciam não intimidar o crescimento e o progresso de uma pequena cidade no Sertão da Paraíba, que, mesmo não possuindo as dimensões geográficas, econômicas e populacionais de cidades do Sudeste do país, desenvolveu signos de modernidade que lhe conferiu avanços singulares, em comparação à realidade de demais cidades nordestinas, naquele período da história.

Segundo a historiadora paraibana Serioja Mariano (2010a), o desconhecimento dessa modernidade é decorrente da historiografia paraibana ter discutido a cidade, ao longo dos anos, apenas considerando o seu aspecto político e relegando em segundo plano aspectos mais abrangentes de sua história, fundamentais para entender a Revolta Armada de Princesa como um movimento que obteve, em suas raízes, influências intelectuais.

A cidade teve suas origens no século XVIII, quando se chamava Lagoa da Perdição, denominada assim por caçadores e vaqueiros que se orientavam pela lagoa quando perdiam o rumo de suas expedições. “Foi nesse local onde D. Nathália do Espírito Santo edificou a primeira fazenda de criação de gado da região, após ter recebido “uma data de terras”¹³ com demarcações nos atuais sítios Areias, Espinheiro, Gavião e Capoeira”, conforme relata (MARIANO, 1991b, p. 11).

Com a fazenda de gado já edificada por D. Nathália do Espírito Santo, tornou-se propícia a construção de uma capela, cujas obras tiveram início em 1858, com o auxílio do padre

¹³ *Data de Terras* – Prática de origem portuguesa, usual no século XVIII, representava as pequenas propriedades, diferenciando-se das sesmarias em tamanho.

Francisco Tavares Arcoverde, no momento em que a igreja passava a atuar nas fazendas que mais prosperavam na região. Segundo Mariano (2010a), após o término da construção da capela em 1875, dedicada a Nossa Senhora do Bom Conselho, o padre, com o auxílio do seu sobrinho Cavalcanti e de alguns amigos, os coroneis Marcolino Pereira Lima e Manoel Rodrigues Florentino (ricos negociantes e fazendeiros) construíram as primeiras casas do povoado. Só o coronel Manoel Rodrigues Florentino construiu mais de 50 casas, o que mostrava o seu prestígio e poder.

De Lagoa da Perdição e Bom Conselho, no dia 26 de novembro de 1875, o povoado é elevado à categoria de Vila com a denominação de Princesa Isabel, quando se iniciaram os primeiros sinais de urbanização. De acordo com Mariano (2010a), a denominação de Princesa Isabel justifica-se pelo fato do chefe político local, o coronel Marcolino, pertencer ao Partido Conservador e querer prestar uma homenagem à filha mais velha de D. Pedro II, a princesa Isabel¹⁴.

Somente em 18 de novembro de 1921, Princesa Isabel é elevada à categoria de cidade, através da Lei 540, sob forte influência do coronelismo:

[...] O município situa-se entre os dois vales: o do Piancó – PB e o do Pajeú – PE. Na década de vinte, o Estado contava com 39 municípios, e Princesa fazia limites, na Paraíba, com os municípios de Teixeira, Piancó, Misericórdia (atual Itaporanga), Conceição, e em Pernambuco com Triunfo, Flores, Afogados da Ingazeira e Serra Talhada (MARIANO, 2010a, p. 39).

A força coronelista sempre foi evidenciada na cidade desde o seu surgimento, em nada o regime oligárquico vigente no município impediu que durante a década de vinte, diversos planos de modernização fossem implementados no Município, por exemplo, através da luz elétrica (1925), do telégrafo (1922), dos melhoramentos nas estradas, da construção de casas e avenidas, da prática do futebol (1918), do cinema (1924), do automóvel (1917), de uma jazz-band, e do Centro Literário Joaquim Inojosa (1925) que constituiu o Movimento Modernista de Princesa, segundo Mariano (2010a).

De acordo com pesquisas da historiadora, reunidas na obras *“Signos de Modernidade: O arcaico e o moderno na Princesa da década de XX”*, publicada em 2010 pela Editora UFPB, a cidade era o município paraibano que mais se destacava na produção de algodão no Estado, e foi nessa década que experimentou o ápice do progresso em todos os setores, seja econômico,

¹⁴ Vale ressaltar que a homenagem a filha de D. Pedro II foi feita, quando a mesma ainda não havia assinado a Lei Áurea - Lei Imperial n.º 3.353 - sancionada em 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil.

social, político e cultural, transformando-se em um grande centro comercial com multinacionais como a St. Oil e a Ford; além de correspondentes dos Bancos do Brasil, do Povo e Ultramarino.

Uma verdadeira febre de construções acelerou o progresso urbano da terra, com abertura de avenidas e bairros residenciais, estabelecimentos comerciais bem sortidos, casas de diversões, sociedades recreativas, cinema, luz elétrica, grupo escolar e tantos outros melhoramentos que elevaram Princesa ao seu verdadeiro posto de soberana da Borborema (CARDOSO, 1954, p. 26).

Essa premissa contraditória que circunscreve a história de Princesa na década de vinte, ao aliar a prática coronelística¹⁵ à adesão ao movimento moderno brasileiro do início do século XX, se deve, em parte, às diferenças de perfil dos chefes políticos locais, em comparação ao estereótipo rude, ignorante, usualmente utilizado para descrever, documentar e generalizar a figura dos coronéis do interior do nordeste brasileiro.

Aos 21 anos de idade, José Pereira Lima deixa a Faculdade de Direito de Recife – PE, para assumir o comando político de Princesa, em razão da morte de seu pai - o coronel Marcolino Pereira Lima, em 11 de setembro de 1905, um típico coronel da primeira república brasileira, dotado de poder, muito prestígio, em nível nacional, inclusive, e posses. Mas José Pereira, no entanto, era um homem viajado, ligado a discussões sobre mudanças e redefinições dos espaços urbanos brasileiros, de onde extraía a constante necessidade de alavancar o progresso de Princesa.

Entre 1905 e 1915, o coronel José Pereira consolidou sua chefia política municipal e ampliou as suas influências na região, tornando-se um dos principais apoiadores da grande campanha do paraibano Epitácio Pessoa ao Senado, em 1915, dando a Epitácio unanimidade de votos em Princesa.

Esse resultado eleitoral valeu ao coronel José Pereira a grande amizade e admiração de Epitácio Pessoa, o que lhe envaidecia e lhe orgulhava, além do primeiro mandato de deputado Estadual. José Pereira foi eleito e reeleito ininterruptamente, sendo considerado detentor de uma cadeira cativa na Assembleia Legislativa da Parahyba, onde se manteve durante quinze anos (1916-1930), perdendo apenas os dois últimos anos de seu último mandato, que terminou em 1932, em face dos acontecimentos de 1930¹⁶.

¹⁵ O coronelismo é uma complexa estrutura de poder que tem início no plano municipal, exercido com hipertrofia privada (a figura do coronel) sobre o poder público (o Estado), e tendo como carecteres secundários o mandonismo, o *filhotismo* (ou *apadrinhamento*), a fraude eleitoral e a desorganização dos serviços públicos - e abrange todo o sistema político do país, durante a República Velha.

¹⁶ Ver Revista Série IV Centenário 1884/1984 “José Pereira a chama ainda acesa”. João Pessoa. A União.

Outra característica de Princesa era que grande parte de seus produtos eram destinados ao Estado de Pernambuco, devido à situação geográfica do município que o aproximava das cidades do estado vizinho. Isso porque o algodão se convertera em “ouro branco” na Parahyba, a partir do século XIX, quando adquirira um peso maior na balança econômica. De acordo com Mariano (2010), através de um comparativo publicado em 26 de Fevereiro de 1930, pelo periódico *A União*, tendo como fonte dados do Ministério da Agricultura e Transporte, a “Parahyba do Norte” detinha a maior produção de algodão do Brasil em 1929, com 150.981 fardos. Além disso, a cidade de Princesa era o terceiro maior produtor do Estado, com cerca de 7.566 em áreas cultivada por hectare¹⁷.

2.4 A REBELDIA DE PRINCESA

No entanto, todo o progresso documentado pela historiografia na Princesa dos anos vinte entraria em decadência, a partir do envolvimento da cidade com a revolução. E tudo começou quando João Pessoa assumiu o governo da Parahyba em 1928. Para a escolha do seu sucessor, o então presidente do Estado, João Suassuna, seguindo os princípios oligárquicos, consultou Eptácio Pessoa. Até então o nome mais indicado era o de Júlio Lira, chefe de Polícia do Estado, e protegido de João Suassuna, estando José Pereira cogitado à vice.

Segundo Mariano (2010a), contrariando as bases políticas, Eptácio indicou o nome de João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, afirmando que o candidato ao governo deveria ter reconhecimento no âmbito externo também, uma vez que o seu sobrinho João Pessoa trabalhava no Rio de Janeiro e mantinha boas relações em nível nacional, como juiz do Supremo Tribunal Militar.

Na realidade, com essa indicação, Eptácio Pessoa fortalecia seu poder, uma vez que nos governos de Sólton de Lucena e João Suassuna seu prestígio político ficara abalado na Parahyba, devido ao cargo que exercia no exterior, através do Tribunal Internacional Permanente de Justiça, quando acabou perdendo um pouco do controle da oligarquia paraibana. A indicação do sobrinho João Pessoa tornou-se uma forma do controle do Estado voltar completamente para suas mãos.

¹⁷ Diagnóstico exposto em um quadro comparativo sintetizado pela historiadora Serioja Mariano (2010a), com base na estatística feita pelo Serviço de Defesa do Algodão em 1922, do *Almanach do Estado da Paraíba*.

Quando eleito, o cerne do governo de João Pessoa era purificar o Estado, adotando uma série de medidas para concertar o que estava “podre”. De acordo com Cardoso (1954), a relação política entre João Pessoa e José Pereira não era nada amigável, uma vez que, na solenidade de posse, José Pereira foi intimidado por João Pessoa:

No primeiro encontro dos dois, na posse do governador, João Pessoa perguntou ao coronel por que no seu município tinha tantos cangaceiros. Imediatamente, José Pereira respondeu: ‘Os cangaceiros que eu tenho no meu município são os eleitores de seu tio Epitácio’.¹⁸ (CARDOSO, 1954, p. 33).

Assim como em outras localidades, João Pessoa transferiu de Princesa autoridades judiciárias e policiais sem consultar o coronel José Pereira. Nomeou um novo delegado de polícia, ignorando o que estava no cargo anteriormente. Para piorar a situação, destaca Mariano (2010a), transferiu o irmão do coronel, Manoel Carlos, chefe da Mesa de Rendas de Princesa, para a cidade de Patos. Além de ameaçar demitir o prefeito José Frazão, prontamente o deputado Estadual, o coronel José Pereira, entrou em ação, comunicando ao governador que essa medida não seria respeitada por ele, permanecendo o prefeito no cargo.

Outra medida adotada por João Pessoa era a criação do Imposto de Incorporação, que objetivava fortalecer o comércio da Capital do Estado, prejudicado pela proximidade com Recife, uma vez que a Capital pernambucana se beneficiava com boas condições de estradas e pelo porte do mercado, atraindo mais comerciantes do interior da Parahyba, pelos preços melhores, do que a própria capital parahybana.

E Princesa era um típico exemplo, pois fazia a maior parte das suas transações econômicas com Pernambuco, através dos Pessoa de Queiroz, uma vez que não era vantajoso enviar seu algodão via Porto de Cabedelo, situado na Capital do Estado, a 430 quilômetros de distância. Dessa forma, os agricultores preferiam enviar seu algodão através de uma rota menor e mais barata, além disso, os impostos pernambucanos eram bem menores que os recém instituídos na Parahyba.

Todas essas medidas, somadas às guerras tributárias com Pernambuco e taxas de pedágio em diversos pontos do Estado, fez com que a oligarquia correligionária de Epitácio o procurasse, exigindo alguma atitude diante da administração do seu sobrinho. Como descreve Caminha (1981), Epitácio advertiu João Pessoa através de uma carta:

¹⁸ Essa frase ficou conhecida nacionalmente com o filme “Parahyba Mulher Macho,” da cineasta Tizuka Yamazaki.

Já te disse mais de uma vez: ninguém pode extirpar num instante, vícios arraigados desde anos; deve-se com jeito, pouco a pouco, para não chocar violentamente a mentalidade do meio. É preciso não esquecer que esses vícios se tornaram pelo hábito, fatos normais, o que atenua sobremodo a responsabilidade de quem os pratica. [...] Não me parece acertado surpreender os chefes políticos com decisões radicais, lançando entre eles a perturbação e o descontentamento [...] (CAMINHA, 1981, p.16).

Mesmo não seguindo tais conselhos, João Pessoa aceita o convite para compor a chapa da Aliança Liberal como vice-presidente, em oposição ao presidente Washington Luiz. E para angariar votos e apoios, começa a executar uma série de viagens ao interior, em visita aos chefes políticos que vinha combatendo até o momento.

De acordo com Pereira (2013), filho do coronel José Pereira, o próprio secretário de João Pessoa, José Américo de Almeida, chegou a admitir que não seria bom uma ida à cidade, pelo tratamento hostil que havia sido dispensado ao coronel, pelo chefe do estado:

Qual não foi, porém, a surpresa dos visitantes ao chegarem a Princesa e encontrá-la engalanada para recebe-los, acontecimento coerente com a mentalidade superior com que sempre se houve a liderança do Deputado José Pereira Lima e o seu povo. Não faltou banda de música, oradores, os salões de dança, as vestes encarnadas das jovens e das senhoras, nem a ornamentação das árvores da cidade com rosas vermelhas e o indispensável foguetório (PEREIRA, 2013, p. 127).

Ainda segundo Pereira (2013), embora hospedando-se na residência do coronel, João Pessoa manteve um único diálogo com o coronel sobre a situação que estava passando o país, mas não falou sobre o problema da formação da chapa oficial às próximas eleições, assunto que o coronel provocara junto ao presidente, indagando se Suassuna havia sido incluído na relação dos deputados federais:

Ao obter a resposta negativa, o deputado José Pereira não aceitou o critério de exclusão do nome do seu compadre, amigo e ex-presidente João Suassuna, que chegara ao seu conhecimento e, a permanecer essa decisão, ele não tinha como apoiá-lo. O Dr. João Pessoa admitiu que ainda conversaria sobre o assunto e silenciou (PEREIRA, 2013, p. 128).

Nada chateou mais o coronel José Pereira do que a escolha da chapa federal sem a sua consulta, excluindo o nome de João Suassuna, conforme desabafo ao Correio da Manhã, transcrito abaixo:

Apesar de estar na minha casa mais de vinte e quatro horas, na intimidade, apesar de ser eu um deputado à Assembleia e Membro do Conselho Executivo do Partido, apesar de nos acharmos às vésperas de um pleito de maior relevância, pleito do qual ele próprio, João Pessoa, era candidato à vice-presidência da República, não me deu nenhuma palavra sobre política, muito menos sobre a organização da chapa de candidaturas à representação federal do Congresso. Regressando a vinte para a capital sem se despedir de mim, o presidente, embora estivesse em minha casa, deixou o seu aludido Ajudante de Ordem encarregado de mostrar-me um papel no qual se liam os nomes dos candidatos do Partido à bancada da Câmara e ao terço do Senado. Era a chapa. Estranhei... Objetei ao senhor Sobreira... (Correio da Manhã – Rio de Janeiro, 16.04.1930) (PEREIRA, 2013, p. 129).

De acordo com Mariano (1991b), três dias após a visita de João Pessoa a Princesa, José Pereira envia um telegrama de rompimento ao governado:

Dr. João Pessoa – acabo de reunir amigos e correligionários aos quais informei do lançamento da chapa federal. Todos acordaram mesmo que V. Excia. escolhendo candidatos à revelia da Comissão Executiva, caracteriza palpável desrespeito aos respectivos membros. [...] Semelhante conduta aberra dos princípios do partido, cuja orientação muito diferia da atual, adotada por V. Excia. acaba de falsear. Por isso tudo delibero adotar a chapa nacional, concedendo liberdade a meus amigos para usarem direito de voto consoante lhes ditar opinião, comprometendo-me ainda defendê-los se qualquer ato de violência do governo atentar contra o direito de voto assegurado pela Constituição. – Saudações José Pereira (MARIANO, 1991, p. 65-67).

2.5 A PROCLAMAÇÃO DO TERRITÓRIO LIVRE DE PRINCESA

O ataque da Polícia Estadual a mando de João Pessoa à Vila de Teixeira, situada a poucos quilômetros de Princesa, no território da família Dantas, fez com que o coronel se preparasse tanto para ajudar na defesa da Vila, como para receber os invasores que se aproximavam, segundo Pereira (2013). O coronel armou homens e foi ao socorro dos seus amigos. A partir daí teve início a guerra civil de Princesa.

De acordo com Mariano (2010a), a luta armada só foi possível porque o coronel era um homem de posses e prestígio sendo considerado um dos maiores chefes sertanejos do Nordeste e que não pensou duas vezes para formar um exército particular, contando com o contingente de “cabras” que já o serviam e com armas que provinham do combate ao cangaço repassadas pelo Governo Federal, antes mesmo dos fatos de 1930. Embora existam contestações a respeito da realidade desses apoios pelo próprio coronel em entrevistas posteriores à revolta armada, Caminha (1981) documentou que o coronel recebeu apoios importantes de nomes da política

nacional como Washington Luiz, Júlio Prestes, o presidente de Pernambuco, Estácio Coimbra, e a família Pessoa de Queiroz de Recife:

Esses apoios fizeram com que José Pereira conseguisse reunir cerca de dois mil homens que sempre estiveram em vantagem quando comparados a Polícia Estadual, esta contava com pouco mais de oitocentos homens e um armamento precário. Basta dizer que a polícia Estadual brigava com munição de 1912, enquanto o exército do coronel lutava com centenas de cunhetes de balas, datados de 1929. Além disso, o dinheiro para este feito não faltava na cidade, as remessas vinham do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, proporcionando comida em abundância, fardamentos (chapéus, alpargatas, calça, embornal) e um salário semanal de 10 mil réis para os solteiros e 20 mil para os casados, sendo que os chefes recebiam quantias maiores (CAMINHA, 1981, p.45).

Foi durante a luta armada de trinta que o modernismo de Princesa entrou em decadência. Mariano (2010a) documenta que o município deixou de arrecadar impostos, a justiça regular não funcionava, e no período da luta armada, ninguém trabalhou na indústria – no beneficiamento de algodão e no curtume – ou nas casas comerciais. As escolas foram fechadas nas primeiras semanas da operação, deixando muitos alunos sem aula durante meses.

Ainda assim, até meados de Março de 1930 João Pessoa não levava muito a sério a luta armada, achava que no final do mês tudo estaria normalizado. Mas não foi o que aconteceu, a luta se prolongou até Agosto de 1930:

As tropas da polícia enfrentavam, em desvantagem, homens que conheciam bem a região. Para escapar das emboscadas nas estradas, a polícia seguia por dentro do mato, o que não era fácil, em virtude da vegetação árida, onde se deparavam com espinho xique-xique, coroa-de-frade, facheiro, mandacaru, macambira, jurema preta, unha-de-gato, pinho branco, entre outros (CAMINHA, 1981, p. 35).

O que João Pessoa nem o Brasil esperavam era que, no mês de Junho, um fato inusitado consolidaria o ápice da rebeldia de Princesa.

De acordo com Pereira (2013), à margem da frustração que lhe causou até os dias de Maio de 1930, diante do muito que se praticou durante a luta armada, embora os fatos não tenham sido suficientes para sensibilizar o Presidente da República e motivá-lo a intervir na Paraíba, o coronel e deputado José Pereira providenciou em 10 de Junho de 1930 telegrama às autoridades brasileiras, nos seguintes termos:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que acabamos de proclamar o seguinte:

DECRETO Nº 1, DE 9 DE JUNHO DE 1930

Decreta e proclama provisoriamente a independência do Município de Princesa, separado do Estado da Paraíba e estabelece a forma pela qual deve ele se reger.

A administração provisória do Território de Princesa, instituída por aclamação popular, decreta e proclama a resolução seguinte:

Art.1º - Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do Município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba, do qual está separado, desde 28 de fevereiro do corrente ano.

Art.2º - Passa o Município de Princesa a constituir, com os seus limites atuais, um território livre, que terá a denominação de Território de Princesa.

Art.3º - O Território de Princesa, assim constituído, permanece subordinado politicamente aos poderes públicos federais, conforme se acham estabelecidos na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art.4º - Enquanto, pelos meios populares, não se fizer a sua organização legal, será o território regido pela administração provisória do mesmo território.

Criado por Joaquim Inojosa¹⁹, mentor intelectual do movimento em Princesa, com a colaboração do jurista Odilon Nestor, professor da Faculdade de Direito do Recife a pedido dos Pessoa de Queiroz, Princesa tornou-se um *Território Livre* do Estado da Paraíba. O decreto foi assinado por José Pereira, José Frazão Medeiros Lima e Manuel Rodrigues Sinhô, os dois últimos foram nomeados “Ministros” do Território Livre segundo Inojosa (1984).

O decreto foi divulgado na primeira página do *Jornal de Princeza*, no dia 21 de junho de 1930, proclamando a autonomia político-administrativa em relação ao Estado, com subordinação exclusiva ao Governo Federal.

Princesa ganhou projeção nacional e internacional, com suas próprias leis, hino, exército, bandeira, jornal e seus ministros. O escritor princesense Mariano (1991b) descreve que até Lampião foi convidado pelo Delegado de Polícia da cidade de Piancó - PB para lutar contra os revoltosos de Princesa, de onde Yeige Kumamoto, único imigrante japonês a participar de um movimento armado no Brasil, fazia parte.

Escrito por Autro-Costa e composto em 13 de Julho de 1930, o hino que entoou a marcha do *Território Livre* era denominado “Marcha-Canção dos Legionários de Princesa” como documenta Mariano (2010a):

¹⁹ Joaquim Inojosa era um pernambucano de São Vicente Férrer, formado na Faculdade de Direito de Recife, exerceu um jornalismo combativo, além de ter sido um participante ativo da Semana de Arte Moderna de 1922, tendo prestigiado os notáveis espetáculos que marcaram aquele evento.

Cidadão de Princesa aguerrida!
 Celebremos, com força e paixão,
 A beleza invulgar desta lida
 e a bravura sem par do Sertão [...]!

A repercussão dos acontecimentos no interior da Paraíba rompeu fronteiras, chegando à capital federal ainda em Junho de 1930, como um caso inteiramente novo na história política do país. O decreto foi lido na Câmara Federal, produzindo acirrados debates entre os parlamentares, de acordo com Inojosa (1984). Além disso, a situação inédita também atingiu grande projeção em nível internacional, já que o *New York Times* dedicou uma página inteira ao movimento armado de Princesa conforme documentou Mariano (2010a).

A solução era forçar o Governo Federal para que houvesse uma intervenção no Estado, por isso a criação do *Território Livre de Princesa*. Por temor à intervenção, foi criado um manifesto no Estado, contendo 18.068 assinaturas, enviadas ao presidente Washington Luiz, para mostrar que a Parahyba tinha autonomia, não sendo necessária a intervenção, segundo Mariano (2010a).

Ainda de acordo com Mariano (2010a), sem a intervenção Federal, criou-se um impasse: nem a polícia Estadual avançava, nem o grupo de José Pereira saía da defesa. José Pereira então planejou uma expedição para tomar a Capital do Estado e depor o governador, planejando conseguir a adesão nas cidades onde passaria. Mas ao atacar Brejo do Cruz, por falta de apoio, o grupo foi forçado a voltar para Princesa.

Foram cinco meses de luta armada sem que as tropas do Estado conseguissem invadir Princesa. A cidade só foi ocupada, e pelas tropas federais, depois do assassinato de João Pessoa, ocorrido em 26 de julho de 1930, como descreve Caminha (1981):

Sabendo da morte de João Pessoa, os homens de José Pereira comemoraram a vitória, mas o coronel pensativo disse: “perdemos...! Perdi o gosto da luta”. Já prevendo os acontecimentos futuros, decorrentes da morte do governador, falou: “os ânimos agora vão se acirrar contra mim”. Os paraibanos ficaram chocados com o assassinato de João Pessoa (a partir daí criou-se um mito) e, em retaliação, perseguiram e incendiaram as casas dos perrepistas na capital (CAMINHA, 1981, p. 67).

Após a morte de João Pessoa, o coronel recebeu um telegrama do Governo Federal informando que forças do Exército estavam chegando à cidade, propondo um acordo: José Pereira não ofereceria resistência e, em troca, o exército o protegeria da polícia Estadual.

Segundo Pereira (2013), em 11 de Agosto de 1930, chegaram a Princesa o 19º e 21º Batalhões de Caçadores do Exército Brasileiro e tudo ocorreu normalmente.

Todavia, em 04 de Outubro de 1930, o coronel foi alertado a sair da cidade, uma vez que o exército não tinha mais o controle da situação de Princesa, devido à animosidade política que explodiu em todo o Brasil com a Revolução.

Diante do que lhe fora transmitido, papai convocou todos os seus familiares, dando-lhes ciência do que estava ocorrendo no país e do que lhe haviam sugerido. Sem as garantias que lhes eram dadas até então pelo Exército que, ao seu ver, não eram muito confiáveis, estava resolvido a fugir (PEREIRA, 2013, p. 209).

Separado da família, o coronel passou seus cinco anos de exílio sem residência fixa, percorrendo vários estados do Nordeste e temendo constante perseguição da polícia. Somente em 1936 voltou a Princesa, sendo recebido com festa, conforme relata o próprio filho do coronel, Aloysio Pereira:

Em 1935, o coronel José Pereira havia obtido, através de *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade de votos, a sua cidadania, embora o Tribunal de Justiça da Paraíba lhe tenha negado por duas vezes [...] Após suportar uma carga de perseguições pessoais e aos seus familiares, praticamente durante cinco anos, ele retornou a Princesa em 1936, atendendo aos apelos do sogro, meu avô materno, coronel Marçal Florentino Diniz, e de amigos que resistiram à fogueira revolucionária de 1930. [...] O fato marcou época na região, com repercussão em nível estadual e além-fronteiras (PEREIRA, 2013, p. 261).

2.6 MEMÓRIAS, HISTORIOGRAFIA E IMAGINÁRIO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Mas será admissível o diálogo entre historiografia e imaginário?

Inicialmente, vamos delimitar o que iremos conceituar por historiografia e por imaginário neste estudo. De acordo com o Dicionário da Comunicação, organizado por Filho (2009), iremos considerar historiografia como:

Produção escrita sobre temas históricos; conjunto dos conhecimentos históricos; campo especializado da ciência histórica que se dedica ao estudo do conhecimento produzido por ela. [...] São historiografias assim, as análises e reflexões sobre diferentes dimensões da história: estudos, métodos, interpretações etc. Nessa linha, a historiografia é chamada também de história

da história ou meta-história. Exemplificando, uma ‘historiografia da imprensa’ pode significar uma investigação (ou conjunto de estudos de determinado período da história do homem relacionado com o uso dessa técnica (primeiro sentido) ou uma discussão sobre as produções históricas já realizadas sobre o tema (segundo sentido) (MARCONDES FILHO, 2009, p. 227).

Sobre o uso do termo historiografia, Marcondes Filho (2009) afirma que há uma preocupação em delimitar o âmbito da ciência histórica, quanto a outro tipo de discurso. Isso porque a dicotomia historiografia/história remete também à oposição entre a feitura de uma narrativa com base em eventos ocorridos e a que é elaborada a partir de situações imaginárias. Com esse esclarecimento, nada mais coerente que ponderarmos o que o mesmo autor conceitua sobre imaginário:

Do lat. *Imaginariu*, que existe na imaginação. Campo de pesquisa sobre as imagens ‘que ordenam os modos de representação’, Os estudos do imaginário atravessam várias disciplinas, como antropologia, história, psicanálise, filosofia, arte e teologia. São muitos os pensadores que refletem sobre o imaginário. Entre eles, Gaston Bachelard, Gilbert Durand, Carl Gustav Jung, Claude Lévi-Strauss, Edgar Morin, Cornelius Castoriadis, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Roger Caillois, Mircea Eliade, Henry Corbin, Michel Maffesoli e Patrick Tacussel. O substrato comum às diversas linhas de pesquisa é a recusa de uma lógica binária e excludente, bem como a recusa da oposição simbólica real e imaginário. Os diversos conceitos que cercam os estudos do imaginário são baseados em um pensamento complexo, flexível e pluralista, que incorpora a contradição e a ambivalência (MARCONDES FILHO, 2009, p. 240).

Mas será possível delinear potencialidades do imaginário no campo da historiografia? A pesquisadora Marcia Janet Espirg publicou, em 2004, na cidade de Canoas – RS, um estudo na Revista Textura sobre o conceito de imaginário e sua utilização pela história. A pesquisadora elabora um raciocínio que identifica as mutações na forma de conceber o trabalho historiográfico. Tais modificações, de acordo com Espirg (2004), não ocorre por acaso. Segundo a pesquisadora, hoje, o historiador encontra-se mais sensível a temáticas que se aproximem do simbólico, observando-se um significativo aumento dos estudos nesse campo, especialmente relacionados à história cultural.

Ao descrever que a história buscará um refinamento operacional do conceito de imaginário e que esse refinamento ocorrerá através do contato com o empírico, Espirg (2004) recorre ao pensamento do romeno Lucian Boia, na obra *Por une histoire de l'imaginaire* (1998), para embasar seus argumentos.

Boia reconhece que a história do imaginário é uma história estrutural, entretanto profundamente dinâmica [...] A proposta de Boia para a história do imaginário, portanto, será de convergência entre os modelos antropológico e histórico, visto que o imaginário, apesar de possuir continuidades ao longo do tempo, também se mostra mutável – e cada época conferirá transformações a uma base que é comum (ESPIRG, 2004, p. 51).

É propício lembrar que a investigação visa analisar a construção imaginária em notícias difundidas sobre o marco histórico do *Território Livre de Princesa*. Espirg (2004) pondera que até o momento tivemos a oportunidade de entender como os historiadores estão se aproximando das teorias do imaginário, mais para oferecer uma contribuição de delimitação conceitual, que propriamente uma metodologia ou uma teoria histórica específica: “Existem antes imaginários históricos do que uma verdadeira história do imaginário”.

E são justamente os imaginários históricos que interessam. À luz do historiador Bronislaw Baczko, que realizou um estudo de caso sobre a Revolução Francesa, a autora reflete sobre o conceito de “tempo quente” na produção de imaginários, que segundo o criador Baczko é comum em crises revolucionárias:

Em alguns momentos históricos, irá acontecer o que denomina um “tempo quente” na produção de imaginários – ou seja, durante um momento de conflito social (ou “comoção de estruturas”) a imaginação poderá sofrer um ímpeto particular, ocorrendo uma produção acelerada de significações para os acontecimentos. Refere Baczko: A própria dinâmica da revolução, a transformação das estruturas políticas e sociais, bem como dos modos de pensar e dos sistemas de valores, e ainda os conflitos políticos e sociais marcados pela presença das massas, em especial as multidões revolucionárias – todos estes fatores estimulam a produção acelerada dos sentidos que se procura atribuir à precipitação de acontecimentos cujos efeitos muitas vezes surpreendem os atores políticos e sociais. Esta proposta [...] surge no momento em que o autor elabora seu estudo de caso acerca da Revolução Francesa. Entretanto, Baczko não elabora uma reflexão mais sofisticada sobre as relações entre a comoção de estruturas e os eventos, nem esclarece o quão “quente” deve ser o tempo para que a produção de imaginários sofra um acréscimo. A própria denominação “tempo quente”, destinado às crises revolucionárias, não é suficientemente esclarecida. Acredito, porém, que se trata de uma pista muito útil ao historiador, auxiliando-o em sua difícil tarefa de articular temporalidades diversas e explicar as mutações ocorridas no imaginário social (ESPIRG, 2004, p. 51-52).

Se a Revolução Francesa, conforme Baczko, pode ser considerada como “tempo quente” na produção de imaginários, certamente a Revolução de 1930 no Brasil serve como outro estudo de caso para aplicação desse conceito, sobretudo pela pluralidade cultural e a profunda transformação das estruturas políticas e sociais que inaugurou, inclusive, uma nova república

no país. O envolvimento de redações jornalísticas na revolta armada, quando as linhas editoriais passaram a defender livremente interesses políticos, segundo Silva (2016a), sem dúvida estimulou a produção acelerada dos sentidos precipitando acontecimentos cujos efeitos surpreenderam os atores políticos e sociais.

Esse debate vai além, se levarmos em consideração o entendimento da historiadora Sandra Pesavento, repercutido por Gomes (2011), quando apresenta a história como uma ficção controlada: “Uma ficção, enquanto construção ancorada em um imaginário, que dialoga com o real”:

O passado *tal como foi* é inalcançável. Mas ficção *controlada*, pois o historiador está preso ao que encontrou em suas fontes, não pode inventar personagens ou situações. Ficção e imaginário penetram no texto histórico preenchendo as lacunas que a pesquisa não consegue suprir (GOMES, 2011, p. 82).

Ainda sobre as possibilidades do sensível na historiografia, Gomes (2011) apresenta Paul Ricoeur pela relevância que vem ganhando seus estudos sobre história e ficção. Ricoeur apresenta a relação da história com o passado através do conceito de *representância*, quando “a palavra constitui-se a partir da ideia de uma representação construída com base na verossimilhança”.

Reinhart Koselleck, outro teórico relacionado por Gomes (2011), além de ter contribuído para a constituição do campo historiográfico na modernidade, defendeu que o texto histórico não se apresenta, apenas, como acúmulo de dados e datas, “devendo ter além de inteligibilidade, sentido, apresentados a partir da narração. É quando o historiador se apropria dos meios linguísticos da ficção para apreender uma realidade passada”.

Por tratarmos de um marco historiográfico, ponderamos que, assim como a produção jornalística, a narrativa histórica aqui documentada e lembrada necessita ser abalizada pelas suas potencialidades de diálogo com o imaginário, o que era improvável até pouco tempo, mas, conforme abordamos, vários são os autores, muitos deles historiadores, que defendem e se dedicam a aprofundar essa relação entre historiografia e imaginário.

Mas quanto às memórias e o imaginário? É possível desenvolver uma linha teórica de diálogo? Ao considerar as possibilidades de aproximações teóricas sobre memória e imaginário, é praticamente indissociável estudar e compreender o segundo ponto sem conhecer bem o funcionamento do primeiro e suas contribuições no armazenamento e conexões de imagens.

Ivan Izquierdo (2014) define “Memória” como aquisição, formação, conservação e evocação de informações. Para o médico e cientista argentino, especialista em neurobiologia da memória e aprendizado, é questão chave compreender que o acervo das nossas memórias nos individualiza, não existindo outro ser idêntico: “Somos aquilo que recordamos”. Além disso, o autor sugere ser mais sensato falar em “memórias”, e não em “Memória”.

No entanto, se a memória nos individualiza, como mensurar ou determinar a existência de uma memória coletiva? Ao refletir sobre, Izquierdo (2014) afirma que não sabemos viver muito bem no isolamento e acabamos formando grupos: “Procuramos laços, geralmente culturais ou de afinidades e, com base em nossas memórias comuns, formamos grupos”. O autor chama atenção para o papel das emoções na formação das memórias:

As memórias são feitas por células nervosas (neurônios), se armazenam em redes de neurônios e são evocadas pelas mesmas redes neuronais ou por outras. São moduladas pelas emoções, pelo nível de consciência e pelos estados de ânimo (IZQUIERDO, 2014, p. 17).

Embora recorra-se, com constância, às memórias autobiográficas e históricas como aporte essencial para o desenvolvimento da presente investigação, Bergson (1999) as diferencia da memória interior (interna), e exterior (social). Além disso, para avançarmos no entendimento entre as potencialidades de aproximações teóricas aqui proposto, é prudente falar sobre memória coletiva.

De acordo com Bergson (1999), “a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas”. Para discutir memória coletiva, deve-se abordar o tempo, uma vez que o imaginário social pode conter vários tempos sociais, e junto, várias memórias coletivas. O imaginário acusa os fenômenos de cada tempo social.

No caso específico da noticiabilidade do *Território Livre de Princesa*, a imprensa documentou, assim como a historiografia, várias memórias coletivas que se encontram no campo da ética e no espaço público. O jornalismo, estando no campo descritivo, exerce a função de documentar um tempo social e suas memórias coletivas. Para tanto, que lugar ocuparia o imaginário nessa condição?

O imaginário, conforme abordado, pode abarcar vários tempos sociais e memórias coletivas, tendo a força, inclusive, de acusar fenômenos e até modificar o tempo social:

Uma guerra, um motim, uma cerimônia nacional, uma festa popular, um novo meio de locomoção, os trabalhos que transformam as ruas de uma cidade

podem ser considerados com efeito de dois pontos de vista. São fatos únicos em seu gênero, pelos quais a existência de um grupo é modificada. Mas, eles se resolvem de outro lado, em uma série de imagens que atravessam as consciências individuais (HALBWACHS, 1968).

Segundo Bergson (1999), as datas e os acontecimentos históricos ou nacionais podem ser inteiramente exteriores às circunstâncias de nossa vida, mais tarde, quando refletimos, fazemos mais descobertas:

É por isso que essas noções históricas e gerais não representam aqui, senão, num papel muito secundário: elas supõe a existência preliminar e autônoma da memória pessoal. As lembranças coletivas viriam aplicar-se sobre as individuais, e nos dariam assim sobre elas uma tomada mais cômoda e mais segura. Mas será preciso então que as lembranças individuais estejam lá primeiramente, senão nossa memória funcionaria sem causa (BERGSON, 1999, p. 62).

E é no campo das memórias individuais, não menos responsáveis por compor e até influenciar, conforme vimos, as memórias coletivas, que abrimos espaço para, através dos estudos antropológicos do imaginário, entender essa relação entre consciente, inconsciente, imaginação e memórias. E, nesta perspectiva, destaca-se a força da contribuição interdisciplinar do psicanalista suíço, Carl Gustav Jung (1875 - 1961), ao delinear um sólido trajeto de estudo entre imaginário e tudo que compete à psique humana.

É essencial acessar a partir de que momento o pensamento simbólico e a imaginação passaram a receber atenção e contribuição científica. De acordo com Pitta (1995), simbolizar sempre fez parte da condição humana, no entanto, para a cultura ocidental, estes estudos foram feitos durante longo tempo de maneira desorganizada:

Modernamente, pode-se considerar que é com o filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962) que tem início um estudo sistemático e Interdisciplinar (a partir de diversas disciplinas ou campos de estudo) sobre o símbolo: isto ocorre com a fundação da Société de Symbolisme em 1930, em Genebra, que, a partir de 1962 passa a publicar os Cahiers Internationaux de Symbolisme. Discípulo de Bachelard, Gilbert Durand funda em 1967 o Centre de Recherches sur l'Imaginaire, em Charnbéry, na França, que passa a publicar a revista *Circé*. Com uma proposta, também, de interdisciplinaridade, o “Centre” se desenvolve com forte influência das obras de Bachelard e do psicanalista suíço C. G. Jung (1875 - 1961) (PITTA, 1995, p.1).

A partir de então, diversos grupos de estudos se espalharam, cujas produções científicas com diversas bases teóricas não apenas aprofundaram, mas criaram novas perspectivas para

apropriação científica das dimensões simbólicas. Entre as definições estabelecidas, ao longo da história, sobre o que seria imaginário, exige-se atenção para as definições de Gilbert Durand:

O Imaginário - isto é, o conjunto de imagens e de relações de imagens que constitui o capital pensado do homo 'sapiens' - nos aparece como o grande denominador fundamental onde vêm se arrumar (ranger) todos os procedimentos do espírito humano. [...] Para poder falar com competência do Imaginário não se deve confiar nas exigüidades e nos caprichos da sua própria imaginação, mas possuir um repertório quase exaustivo do Imaginário normal e patológico em todas as camadas culturais que nos propõem a história, as mitologias, a etnologia, a lingüística e as literaturas (PITTA, 1995, p. 2).

O relacionamento entre imagem, símbolo e trajeto de sentido tornou-se um grande desafio nos estudos do imaginário. É através de Barros (2010) que se delimita o que iremos considerar por imagem no presente estudo, com base na perspectiva do imaginário.

No cotidiano, imagem costuma ser associada a qualquer “representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou de objeto” ou ainda a “representação dinâmica, cinematográfica ou televisionada, de pessoa, animal, objeto, cena etc.”. Nos estudos do signo, imagem é um tipo de ícone que se assemelha, de algum modo, quanto à aparência, a seu objeto. Já nos Estudos do Imaginário, imagem é o modo de a consciência (re)apresentar objetos que não se apresentam diretamente à sensibilidade. Vê-se que estão excluídas aí as imagens iconográficas, aquelas que se colocam na ponta da percepção visual, pois elas podem ser confirmadas pela apresentação do objeto que representam. Aqui, já se torna útil mencionar também a noção de símbolo, também bastante particular no contexto do imaginário. Quando uma imagem se reúne com um sentido, um aspecto vivenciado, temos um símbolo. Isso quer dizer que o símbolo tem uma relação natural com algo ausente ou impossível de ser percebido (COELHO, 1997a, p.343) *apud* (BARROS, 2010, p. 128).

O ramo teórico do imaginário mais caro à psicologia e psicanálise é capaz de revelar, por sua vez, profundas aproximações teóricas entre memórias e imaginário. Estudos sobre o inconsciente coletivo, o desenvolvimento de todo o terreno arquetipal envolvendo consciente e inconsciente, e sempre associado à aferição de sentidos e narrativas, acabam sendo constantemente acessados pela memória, cuja funcionalidade, conforme abordou-se, não se isenta de subjetividade, muito pelo contrário, a subjetividade está presente nas memórias individuais que se constituem as memórias coletivas tão estudadas, documentadas e até contestadas pela historiografia, pelo jornalismo, entre outras áreas.

Um exemplo são os relatos orais, fonte tanto para a historiografia como para o jornalismo, recurso bastante identificado no material empírico desta análise. Um tipo de memória de conteúdo que, segundo Izquierdo (2014), pode ser declarativa, por registrar fatos,

eventos ou conhecimento, ou até mesmo episódica ou autobiográfica, quando a fonte participou ou assistiu ao determinado evento. Um tipo de memória, que não anula a existência do indivíduo, seu estado de espírito, seu passado e memórias ancestrais ao colocar-se na condição de fonte ou depoente.

E, ultrapassando essa ideia de potencialidade de aproximação teórica entre memórias e imaginário, já localizando, portanto, no campo indissociável de aprofundamento teórico, referenda-se o raciocínio levantado a partir de uma reflexão de Bergson (2014), quando afirmou ser a memória um recurso que os indivíduos têm para afetar o mundo, e que, enquanto indivíduos, só percebemos o tempo social quando o colocamos em sintonia com a nossa participação, com a nossa existência.

3 UMA AGENDA DE SENTIMENTOS E RESSENTIMENTOS NA COBERTURA POLÍTICA

Comunicar, tocar o “foro íntimo” dos cidadãos, significava utilizar uma linguagem que deveria atingir menos a inteligência do que a afetividade, provocar a indignação e a revolta e incitar a uma ação combativa e violenta que escapasse às garras de uma consciência reflexiva. (M. Ansart-Douulén).

3.1 O LEGADO DE PARCIALIDADE NA IMPRENSA BRASILEIRA

Desde a carta escrita por Pero Vaz de Caminha e enviada ao Rei de Portugal, D. Manuel, em 1500, como o primeiro registro documental da existência do Brasil, ou ainda, o seu “Registro de Nascimento,”²⁰ significativas foram as contribuições de viajantes-cronistas na elaboração dos primeiros registros étnicos, culturais e geográficos do Brasil. A literatura de informação,²¹ evidenciada pela prosa, poesia, crônica e teatro, foi a grande responsável por todo o acervo que marca o primeiro ano da existência da colônia brasileira, no século XVI.

A partir de então, as formas de escrever e contar o Brasil foram mudando em estilo, à medida que as influências do Barroco, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Simbolismo, Pré-Modernismo e Modernismo ²² romperam as fronteiras europeias, cruzaram a linha do Equador e influenciaram escritores e historiadores brasileiros na elaboração de uma história que testemunhou o Brasil deixar de ser Colônia, tornar-se Império, e proclamar a sua República no final do século XIX, até que a prática jornalística se consolidasse e pudesse dar, também, a sua contribuição para a historiografia brasileira.

Independente do estilo ou gênero, muitos foram os relatos, expressões e impressões sobre o Brasil da cana-de-açúcar, da mineração, do ouro branco²³, da monarquia, da escravatura, da revolução e da ditadura, lembrados ao longo da história sob as influências das escolas

²⁰ Ver o artigo “*O que se escrevia sobre a colônia*” do jornalista e escritor Antônio Carlos Olivieri no portal UOL Educação.

²¹ Ao conjunto de relatos escritos no primeiro século da história do Brasil, por portugueses ou não, dar-se o nome de Literatura de Informação ou Literatura dos cronistas ou viajantes. Ver: FARACO; MOURA. Língua e Literatura. 9ª Ed. – 2º grau, volume único. São Paulo: Atlas, 1999.

²² Conjunto de Estilos Literários de Época, também chamados de Escolas Literárias, dispostos na ordem em que passaram a vigorar no Brasil.

²³ O aquecimento da economia brasileira, através do algodão na segunda metade do século XVIII, deu a cultura o pseudônimo de “Ouro Branco”, lembrando o auge da mineração no país. Ver: ORDÓÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. Coleção Horizontes: História. São Paulo: IBEP, 2006.

literárias, como podemos observar no poema *O navio negreiro*²⁴, escrito em 1870, pelo poeta baiano Castro Alves, que utilizava a poesia para falar da luta abolicionista e da campanha republicana.

Assim como Castro Alves, vários foram os escritores que, utilizando a poesia, ajudaram a construir o que sabemos hoje sobre o Brasil. Já a prática jornalística consolidada na República Velha, a partir do ano de 1889 e fortalecida na República Nova, veio mediante as pressões da Revolução de 1930 no Brasil, efetivar a sua contribuição.

Independentemente dos estilos literários que marcaram essa transição²⁵, o jornalismo teve um papel significativo e até participativo no desenrolar de muitos dos fatos que assolaram a política brasileira no final do século XIX e início do século XX, indo de encontro à prática dos historiadores como bem assinalou o escritor espanhol Miguel de Cervantes (1547 – 1616), enfocando a neutralidade dos fatos:

Uma coisa é escrever como poeta, outra coisa como historiador: o poeta pode contar ou cantar coisas não como foram, mas, como deveriam ter sido, enquanto o historiador deve relatá-las não como deveriam ter sido, mas, como foram, sem acrescentar ou subtrair da verdade o que quer que seja.²⁶

Antes de reportar o envolvimento da imprensa nos acontecimentos de 1930 no Brasil, é preciso entender em que circunstâncias essa atividade começou a ser exercida no país, levando-se em consideração que a atividade só começou a ser realizada no início do século dezenove, duzentos anos após o descobrimento da colônia.

No entanto, levando-se em consideração que o Brasil possui pouco mais de quinhentos anos e o exercício da imprensa no país acontece a partir dos dois últimos séculos, compreender os motivos desse retardo é fundamental para compreender as circunstâncias de sua chegada ao país. De acordo com um artigo publicado no portal da Associação Nacional de Jornais – ANJ,²⁷ assim como diversas outras atividades foram tardias no Brasil, a exemplo da institucionalização

²⁴ Ver: CASTRO ALVES, Antônio de. *O navio negreiro*. In: *Poesia*. 4. Ed. Rio de Janeiro, Agir, 1972. P. 74-83. (Nossos Clássicos.).

²⁵ Entre os anos de 1889 e 1830 que demarcam a transição da República Velha para a Nova República, e o fortalecimento da prática jornalística no Brasil vigoraram os seguintes estilos literários: Realismo-Naturalismo-Parnasianismo (1881), Simbolismo (1893), Pré-Modernismo (1902) e Modernismo (1922);

²⁶ Disponível em: <<http://www.ocsan.net/lite/index.html>>. Acesso em 13 agosto de 2019.

²⁷ Ver artigo completo “Imprensa Brasileira: dois séculos de história”. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/component/k2/107-historia-do-jornal-no-brasil/738-imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia.html>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

do ensino superior, das manufaturas, da independência política e da abolição da escravatura, a tardia chegada da imprensa no país apenas seguiu a cultura da colonização portuguesa.

Segundo o artigo *Imprensa Brasileira: dois séculos de história* disponível no portal da Associação Nacional de Jornais - ANJ, atrasos no desenvolvimento econômico, social e cultural, assim como o analfabetismo e a concentração de renda, tornaram-se fatores condicionantes para que não houvesse no Brasil um percentual de público leitor que justificasse a prática jornalística.

A chegada da Família Real no Brasil, no início do século XIX, representaria um divisor de águas na forma de relatar e escrever sobre o Brasil, tendo em vista que por decreto do príncipe regente D. João VI foi oficializada a divulgação de notícias no país em maio de 1808.

De acordo com Lustosa (2000), uma das figuras mais notáveis da Corte portuguesa foi Antônio de Araújo e Azevedo, também chamado de “Conde da Barca”, sendo ele o responsável por trazer no porão do navio uma gráfica que daria origem à Imprensa Régia, uma espécie de imprensa estatal ou assessoria de comunicação da corte portuguesa.

Todavia, nem tudo e nem todos eram situação no Brasil do início do século dezenove, uma vez que a chegada da Família Real provocou descontentamento em diversos segmentos da sociedade brasileira, que se colocaram como opositores da Corte. Dentre eles, podemos citar o ativista e rebelde gaúcho, Hipólito José da Costa²⁸, detentor de profundos conhecimentos sociais e que passou a representar uma ameaça à Corte portuguesa quando criou o primeiro jornal brasileiro em primeiro de junho de 1808, o *Correio Brasiliense*, editado na Europa durante quatorze anos.

O *Correio Brasiliense* que durou até dezembro de 1822, foi a pedra no sapato dos portugueses interessados na recondução do Brasil ao estado colonial. Durante treze anos, para usar as palavras de Rizzini, o *Correio* foi o nosso único jornal “informativo, doutrinário e pugnaz”, e, por conta dele, Hipólito é não só o fundador da imprensa brasileira como também o criador da imprensa lusitana (LUSTOSA, 2000, p. 73).

Ainda segundo Lustosa (2000), no primeiro ano de sua atuação o jornalista tratava com ironia as medidas adotadas no Brasil pelo governo recém-instalado no Rio de Janeiro, sendo contrário ao poder absoluto, à escravidão e às regalias da Corte. Adotava um estilo bem-

²⁸ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça foi o grande precursor do jornalismo brasileiro, nascido em 25 de março de 1774, na Colônia de Sacramento, era bacharel em leis e doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Primeiro brasileiro a usar uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, despojada de elementos e acessórios, mais atual que a maioria das que nos legou o século XIX (LUSTOSA, 2000, p. 254).

humorado de fazer crítica, como é possível observar em um fragmento da página 22 do *Correio Brasiliense*, de outubro de 1808:

Entre os documentos recebidos, se acha uma declaração de guerra do Brasil contra os índios botocudos. Há muito tempo que não leio um papel tão célebre e o publicarei quando receber a resposta que S. Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Nação dos Botocudos der a esta grande peça da diplomacia, porque é natural que este longo papel que contém 8 páginas seja dirigido àquela Nação indígena; é verdade que ela ainda não sabe ler, mas aprenderá, julgo eu, para responder a isto (LUSTOSA, 2000, p. 75).

Uma das maneiras encontradas pela Corte portuguesa para se defender dos ataques republicanos de Hipólito da Costa, através do *Correio Brasiliense*, se deu com a criação da *Imprensa Régia*²⁹ que passou a editar o jornal monarquista *Gazeta de Notícias*, em 10 de setembro de 1908.

Mediante ao que foi exposto, é possível constatar que o advento do jornalismo e da imprensa no Brasil aconteceu em meio a uma guerra ideológica travada entre Hipólito da Costa e D. João VI, ambos detentores de mídia, com interesses distintos e ideais definidos, moldando o exercício de uma prática jornalística que já surge fundamentada na controvérsia, na parcialidade e no privilégio. Um caminho sem volta para que se configurasse um verdadeiro legado de parcialidade na prática jornalística do Brasil Republicano.

A participação da imprensa na busca de uma definição política para a nação brasileira estava, apenas, enfrentando sua primeira batalha ao buscar substituir o regime imperial vigente por um regime republicano. Segundo Lustosa (2000), a imprensa exerceu um papel importante e decisivo no desenrolar desses acontecimentos, tendo se posicionado como uma imprensa política, com posições e interesses definidos:

Essa participação começou logo no início de 1821, com a publicação de jornais de caráter conciliador que davam notícia das agitações da tropa portuguesa no Rio e acompanhavam o rei [...] o papel deflagrador neste

²⁹ A corte portuguesa que fugia de Napoleão Bonaparte trouxe em sua bagagem prensas e tipos móveis que originalmente seriam utilizados pelo governo em Lisboa. Criada em 13 de maio de 1808 por decreto do Príncipe Regente D. João para imprimir todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo, a Imprensa Régia permitia a publicação de obras diversas, desde que em concordância com a censura. As numerosas edições da primeira casa impressora criaram uma demanda de leitura até então inexistente, estimulando o surgimento de novas editoras e tipografias, e determinando mudanças significativas no país. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/22/200-anos-da-imprensa-regia/>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

momento ficou com o *Revérbero*³⁰ lançado em setembro de 1821, a ele juntando-se logo em seguida, outros jornais e panfletos que tiveram papel decisivo no Fico.³¹ [...] O *Revérbero*, o *Espelho*³² e a *Malagueta*³³ tiveram um importante papel no combate às medidas das Cortes portuguesas contra o Brasil, apresentando, concomitantemente, a evolução daquelas atitudes e das reações que provocaram na imprensa. Ao mesmo tempo apareceram as primeiras rivalidades que travaram entre si e seus redatores. [...] Após a independência, rigorosa repressão é promovida junto aos adversários e a atividade impressa fica concentrada nos periódicos governistas. Situação que muda em maio de 1823, com o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, marcada desde o início pelo enfrentamento desta com o agressivo jornalismo de situação por meio do *Diário do Governo*.³⁴ [...] Em 1823 há uma nova revolução na cena impressa. Os violentos ataques, aos portugueses em geral, mas visando o imperador em particular, que os jornais *Tamoyo*³⁵ e *Sentinela de Praia Grande*³⁶ promovem, levam o fechamento da Assembleia [...] (LUSTOSA, 2000, p. 16-19).

Esse contexto de parcialidade em que surgiu o jornalismo no Brasil, em especial entre 1821 e 1823, é abordado pela autora Lustosa (2000) como um período de intenso debate político, de radical transformação das instituições, sendo o propósito principal dos editoriais preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava, indo de encontro ao que propõe o pensamento de Pallares-Burke (1995):

Muitas são, então, as defesas da imprensa periódica como fonte de ilustração, a mais importante de todas sendo a da famosa *Encyclopédie* que se descreve como uma espécie de “journal”; da arte dos jornalistas como a arte “não de agradar, mas de analisar e instruir”; uma arte, de fato, muito próxima da dos próprios enciclopedistas que deveriam abster-se de “fornecer diversão e prazer, quando é possível instruir e influenciar”. Uma vez aprendendo a lê-

³⁰ Jornal de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, foi o primeiro jornal de caráter político independente, cultor de ideias liberais na linha das preconizadas pela Revolução Francesa. Seus redatores tiveram influência decisiva no processo da Independência (LUSTOSA, 2000, p. 445).

³¹ O Dia do Fico deu-se em 9 de janeiro de 1822 quando o então príncipe regente D. Pedro de Alcântara foi contra as ordens das Cortes Portuguesas que exigiam sua volta a Lisboa, ficando no Brasil. Ver: (ORDOÑEZ; QUEVEDO) História. São Paulo: IBEP, 2006.

³² Jornal que circulou no Rio de Janeiro entre 1º de outubro de 1821, tendo como redator Manuel de Araújo Ferreira Guimarães. Funcionando como uma folha semioficial, fazia um jornalismo extremamente agressivo. Nele D. Pedro publicaria seus primeiros artigos (LUSTOSA, 2000).

³³ Jornal publicado por Luis Augusto May, de forma irregular, a partir de 18 de dezembro de 1821. Costumava-se chamar May de “o Malagueta” (LUSTOSA, 2000).

³⁴ Nome adotado pela Gazeta do Rio de Janeiro a partir de 2 de Janeiro de 1823. Durou até 20 de maio de 1824, quando passou a se chamar *Diário Fluminense* (LUSTOSA, 2000).

³⁵ Jornal cuja publicação é atribuída aos Andrada. Circulou de 12 de agosto a 11 de novembro de 1823 (LUSTOSA, 2000).

³⁶ A Sentinela da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande, publicada pelo italiano da Sardenha, Joseph Stephano Grondona, durou o mesmo tempo que o *Tamoyo* (LUSTOSA, 2000).

los, todo periódico pode desempenhar um papel ilustrativo, dizem alguns dos seus defensores (PALLARES-BURKE, 1995, p. 14-5).

É possível afirmar, portanto, que a chegada do jornalismo no Brasil em meio a um período de transformações políticas serviu para acelerar as mudanças iminentes na conjuntura administrativa do país, sobretudo para oferecer ao exercício da profissão no país um legado de parcialidade, de vínculo político, e, em muitos casos, de subserviência, características constatadas em outros períodos, que também foram marcados por crises, revoluções e conflitos. O fato é que o lado político do jornalismo no Brasil não teve nada de ocasional, enraizando-se e estruturando-se no comodismo e nas vantagens intencionais.

3.2 A SUBSERVIÊNCIA ÀS PAIXÕES POLÍTICAS

Em pouco mais de dois séculos de exercício³⁷ no Brasil, a imprensa contribuiu com diversas transformações na formação do sistema político da nação e na consolidação da democracia que conhecemos hoje. Ainda que essa prática só tenha se efetivado no período imperial³⁸, muitos dos reflexos do sistema colonizador português, caracterizado pela exploração, puderam ser noticiados por jornalistas a partir do século XIX quando escreveram e pressionaram os poderes vigentes sobre a abolição da escravatura, a tardia industrialização, a queda do império e a necessidade de uma república.

A liberdade de imprensa e as dificuldades a ela associadas são normalmente consideradas resultado de pressões políticas, econômicas, e de sua subordinação aos interesses e valores das elites políticas dominantes. Poucos estudos se preocupam em analisar o papel consciente e voluntário dos jornalistas, sua adesão a movimentos ou partidos políticos e suas visões de mundo. Alguns estudos abordam esse tema pelo prisma da objetividade/subjetividade, conceitos que muitos analistas consideram simplificadores e que não dão conta da complexidade da questão da parcialidade e da objetividade da mídia. A parcialidade política pode resultar de simpatias partidárias ou de convicções ideológicas dos jornalistas, ou estar ligada à orientação própria do tipo de empresa jornalística ou a determinantes comerciais. Mas, em geral, a identificação dessas diferentes formas de parcialidade é considerada difícil (ABREU, 2003, p.15).

³⁷ Em 2019 a imprensa celebra duzentos e onze anos de existência no Brasil.

³⁸ O Regime Imperial no Brasil correspondeu ao período de 1822 a 1889, quando foi proclamado a República. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/brasil-monarquia.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

Na década de trinta, a principal preocupação dos proprietários de veículos de comunicação ainda era consolidar um modelo lucrativo de negócio, socioprofissionalizar a notícia e dominar a tecnologia existente. Somente no final do século XX a preocupação ultrapassou os limites dos meios, focando também nas mensagens comunicacionais.

Segundo Guareschi (2000), essa alteração de interesse se deve ao surgimento de novas tecnologias de informação, à aceleração incomparável do fluxo de informação, da transmissão de formas simbólicas e de conteúdos cognitivos e emocionais que passaram a figurar em lugar de destaque.

A realidade do final do século vinte exige cada vez mais que os sujeitos saibam lidar com uma imensa gama de informações que invadem diariamente sua vida cotidiana, de uma forma desconhecida para as gerações precedentes. Lidar com o impacto deste fluxo acelerado de informações e, principalmente, dar-lhes um significado, ou seja, interpretá-las, integrando-as em sua visão de mundo, é hoje uma tarefa inevitável dos sujeitos modernos (GUARESCHI, 2000, p.43).

Foi dentro desse contexto de ausência tanto de elementos conceituais como de recursos tecnológicos que a imprensa brasileira deu sua contribuição às transformações políticas do país. Isso porque sempre quem detinha a mídia dominava também o poder econômico, como atestam os diversos momentos de “censura à imprensa”, tão frequentes nas ditaduras do século XX. Ainda de acordo com Guareschi (2000), mesmo em período de normalidade democrática, as ligações entre as grandes indústrias da comunicação e o poder econômico sempre existiram.

Por isso, não podemos pensar a contribuição da imprensa na construção do sistema político brasileiro sem considerar as relações de poder econômico dos detentores de mídia e suas interferências nos destinos políticos do país.³⁹ É fato que no século XIX esses mesmos detentores de mídia não tinham a reflexão, conforme pondera Thompson (1995), de que controlar o fluxo de informações que circula pela sociedade significa, em grande medida, controlar a produção do “imaginário social,” atuando diretamente na forma como os indivíduos representam para si mesmos, e em seu grupo social, as relações e as condições de vida a que estão submetidos.

Tal assimilação da importância do controle dos meios de comunicação e do fluxo de conteúdos simbólicos veio assumir um papel crucial como instrumento de poder nas sociedades

³⁹ Segundo dados da FENAJ (1991), no Brasil registra-se uma escandalosa concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Nove famílias (Marinho, Bloch, Santos, Saad, Frias, Mesquita, Levy, Civita e Nascimento Brito) controlam cerca de 90% de tudo que os brasileiros ouvem, leem e veem através dos meios de comunicação social, conforme dados da Federação Nacional de Jornalistas.

modernas, o que explica a ausência de estudos mais profundos que debatam o protagonismo da mídia na construção do sistema político brasileiro, mesmo durante os períodos de recessão. Até que ponto a mídia contribuiu para o apogeu da Revolução de 1930 no Brasil? Até onde a mídia foi determinante para a consolidação do Estado Novo de Getúlio Vargas? Sob que aspectos a imprensa contribuiu para o fim do Regime Militar? Como o jornalismo atuou mediante a batalha pela democracia brasileira?

São escassos os estudos que apontam o protagonismo da imprensa na construção política do Brasil, o que demonstra, a priori, uma necessidade em mensurar a força e o impacto de publicações que interferem em momentos marcantes da historiografia nacional.

Abreu (2003) sugere que discussões ainda mais abrangentes sejam realizadas em torno desse protagonismo jornalístico que acontece através de uma relação de poder e que não pode ser estudada apenas de forma categórica, com base em dados históricos, mas deve ser entendida como parte de um contexto de mudanças que mexeram com diversas estruturas da formação da soberania político brasileira, observando que o jornalismo também sofreu essas mudanças e contribuiu com essas transformações.

Falemos de mídia e da “transição democrática brasileira”, por exemplo: seria correto delimitar a história dos meios de comunicação em função de marcos definidos exclusivamente pela agenda política e institucional, como a revogação de atos institucionais ou a aprovação de uma nova Constituição? Ou de eventuais ciclos econômicos, como os da substituição de importações, ou da superação de crises inflacionárias quase crônicas? Por outro lado, bastaria resumir a periodização da mídia às revoluções tecnológicas por que passou – como a introdução da informática, do vídeo tape ou da transmissão em cores etc. – ou fazê-lo a partir dos seus grandes momentos de renovação lingüística, de formas de interação com a audiência, de suas manifestações de cultura popular e tradicional ou mesmo erudita? (ABREU, 2003, p. 8).

Outro fator que não se permite desconsiderar identificar é a atuação do jornalismo na consolidação do sistema político brasileiro. Weber (1992) sugere compreender a situação do jornalista, que varia bastante de acordo com o partido ou a natureza do seu jornal. Para Weber, não basta examinar o produto final, no caso da presente investigação, o material empírico do jornal estatal *A União* e do *Jornal do Commercio* de Pernambuco; é preciso interessar-se por seus produtores, pelo destino e pela sorte reservada aos jornalistas.

Em outras palavras, Weber (1992) orienta pensar, primeiro, sob que aspectos os jornalistas atuavam dentro das redações jornalísticas, se tinham a dimensão do ideal

democrático que impulsionou a expansão da profissão no mundo, se eram engajados politicamente, entre outros aspectos.

De acordo com Abreu (2003), o engajamento político vivenciado não só por jornalistas, mas por brasileiros em geral tornou-se típico, porque foi nesse século que caíram todas as barreiras que impediam o direito do indivíduo de se associar, se reunir e se expressar. Foi no século XX que se ampliaram os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos de reivindicação e as associações cívicas.

Com base nesse pressuposto, observamos que todas as transformações políticas ocorridas no Brasil do século XX atingiram em cheio aquilo que a prática jornalística preza como sendo sua razão de existir - a liberdade de expressão e o poder de indignação. Mas é preciso ponderar que esse engajamento político pode resultar de uma confusão de entendimento diante do que seria estar exercendo a função social do jornalista, pois desempenhar esse papel para muitos representava engajar-se politicamente, com influência política, expandindo, por vezes, as vozes dissonantes do regime e desempenhando o papel de catalisadores das reivindicações dos diversos setores sociais empenhados na volta à democracia.

Aqui abre-se espaço para rememorar o que Abreu (2003) elencou como critérios para a função social dos jornalistas:

A responsabilidade social do jornalista, quando este desempenha sua função social, dá sentido aos acontecimentos, dá sentido ao mundo em que vivemos. Informar é dar sentido, o que significa que o jornalista não escolhe essa função; ela é dada pela própria atividade da informação. Ao exercer o jornalismo, o jornalista é um ator social que tem responsabilidade pela seleção e pela construção da informação; é ele que seleciona, hierarquiza e dá sentido ao acontecimento que se torna conhecido e inteligível. Seu trabalho de construção da realidade é resultado de um certo tipo de olhar, da utilização de uma forma particular de discurso, e para ser aceito deve ser percebido como muito próximo do real (ABREU, 2003, p. 17).

A relação de subserviência da mídia brasileira para com grupos políticos economicamente dominantes justifica, em parte, a falta de ética e o contexto de parcialidade adotado por grandes veículos de comunicação, sem deixar de considerar, conforme observou a pesquisadora Pâmela Pinto através do artigo “Reflexos dos laços entre mídia e política na imprensa brasileira” (2010), que a relação embrionária da imprensa no Brasil traz para o sistema midiático um vínculo histórico com o campo político.

No Brasil a relação entre jornalismo e política é complexa, da chegada da Família Real do Brasil, em 1808, à adoção do *trusteeship model*, na década de 1930, observou-se a concentração das mídias nas mãos das elites econômicas e políticas – sistema preservado no país até os dias atuais. A falta de rigor nas legislações foi determinante para a ocorrência de conglomerados, já que era permitida a propriedade cruzada, isto é, a possibilidade de um mesmo grupo empresarial controlar jornais, revistas, rádios e televisão em um mercado. Na época, as concessões de veículos foram para os grupos já consolidados no país. Assim se formaram os maiores grupos de mídia no Brasil, resultado de um sistema midiático concentrado e controlado por um reduzido grupo de empresas (LIMA, 2006 *apud* PINTO, 2010, p. 124).

Ainda de acordo com Pinto (2010), a mídia brasileira é dividida em dois blocos - o da “grande imprensa”, através do jornalismo empresarial, e a “pequena” imprensa, na maioria das vezes vinculada a domínios políticos locais e regionais. Sobre as relações de subserviência do jornalismo brasileiro e o favoritismo político, a pesquisadora considerou que outro fator determinante para as relações das empresas midiáticas com o poder público foi a dependência financeira dos meios de comunicação em todo o país na obtenção da infraestrutura necessária a sua expansão.

Todavia, a necessidade de se pensar o impacto da mídia no cenário político também foi observado pela pesquisadora, mesmo diante da relação de subserviência do conteúdo produzido pela imprensa em benefício dos desmandos políticos do país:

É importante avaliar o impacto desse conteúdo em questões como a política. Existe uma intenção permanente, determinada pelo nível de dependência econômica das empresas, entre os jornalismo e a política. Esse fato não permite naturalizar as práticas coronelísticas, nem isentar o partidário implícito de conglomerados de comunicação (PINTO, 2010, p. 128).

Essa mesma necessidade também foi observada por Guareschi (2000), mediante o poder simbólico adquirido pelo sistema político brasileiro, através da imprensa nacional:

Beneficia-se do poder simbólico quem tem acesso aos recursos que criam e garantem esse poder simbólico, que são os meios de comunicação. E a constatação que se tem é de que apenas um mínimo de pessoas partilha desses recursos em nossa sociedade. Seria Justo? Não estaríamos diante de um problema ético? [...] a comunicação é um serviço público que tem como tarefa fundamental a discussão do projeto nacional, isto é, possibilitar a palavra a todos e todas para que eles e elas possam expressar seu pensamento, manifestar sua opinião, apresentar seu projeto de vida em sociedade. Se essa possibilidade não existe, a ética deixa a desejar (GUARESCHI, 2000, p. 64).

Tais ponderações demonstram o contexto de subserviência política em que a imprensa estruturou-se no Brasil. São discussões que envolvem questões éticas, ideológicas e políticas, sobretudo na luta pela consolidação e manutenção de um sistema democrático. Todo esse contexto de parcialidade requer, agora, dedicação no entendimento das questões referentes ao imaginário social dos consumidores dessas informações.

3.3 O ENGAJAMENTO EMOCIONAL DAS PUBLICAÇÕES

Tomando como objeto de estudo o protagonismo da imprensa na Revolução de 1930 no Brasil e a guerra de conteúdos do jornal *A União* da Paraíba e do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, e constatadas as práticas de parcialidades na defesa de interesses aliancistas e republicanos, é propício questionar que tipo de conteúdo foi assimilado pelo público consumidor da época e que tipo de discurso se reproduziu nas gerações precedentes.

Para isso, é fundamental apreender como a razão e a paixão fazem parte do universo político e, por consequência, da cobertura política. Muito mais do que avaliar os sentimentos envolvidos nessa guerra ideológica entre os jornais, é preciso considerar que ressentimentos motivaram, primeiro, os protagonistas do conflito – João Pessoa e José Pereira –, para em seguida entender que ressentimentos motivaram, por exemplo, a família Pessoa de Queiroz de Recife, detentora do *Jornal do Commercio*, e ainda que tipo de sentimentos e ressentimentos estavam sendo provocados nos leitores pelas linhas editoriais desses jornais, durante e após o conflito.

Tomando como ponto de partida o envolvimento de sentimentos como a paixão na política e no jornalismo, é oportuno pensar como o emocional era visto no século XVIII, a partir de um tipo de linguagem que se sobrepõe ao racional, afirmação feita por Michèlle Ansart-Douulen, em um artigo sobre racionalismo e foro íntimo:

Todos os revolucionários do século XVIII acreditavam na eficácia de uma linguagem racional, o que deveria progressivamente o papel atribuído [...] à comunicação direta das emoções e das crenças, à empatia, à moral e a religião. Ao mesmo tempo, a crença na transparência das consciências permanecia constante: apelando ao exame de consciência, tentando descobrir atrás das aparências, a nobreza das convicções ou a traição [...] o que significa desconhecer o conteúdo sempre ambíguo da linguagem. [...] Assim, em uma entrevista com Robespierre, por ele mesmo relatada, afirma-se que o poder da emoção e das paixões ultrapassa o da razão; o sucesso de seu jornal *O Amigo do Povo* devia-se mais “à efusão de minha alma, aos élanos do meu coração” do que às “discussões acirradas”. Comunicar, tocar o “foro íntimo” dos cidadãos, significava utilizar uma linguagem que deveria atingir menos a

inteligência do que a afetividade, provocar a indignação e a revolta e incitar a uma ação combativa e violenta que escapasse às garras de uma consciência reflexiva. Esta afirmação lúcida sobre os limites da razão suscitava desconfiança e hostilidade entre os adeptos dos filósofos iluministas (SEIXAS; BRESCIANI; BREPOHL, 2002, p. 25).

Ainda não se pode comprovar se a linguagem emocional difundida pelos jornais analisados nesta pesquisa foi planejada pelos seus idealizadores estrategicamente, seguindo o exemplo de Robespierre⁴⁰, todavia não podemos subestimar a capacidade de análise das redações jornalísticas de *A União* e do *Jornal do Commercio*, ao observar a reação do populismo e as ações dos protagonistas do conflito sempre que mensagens dotadas de elementos emocionais eram publicadas.

Despertar o nativismo, o engajamento político, a adesão à luta armada eram, na verdade, frutos de uma linguagem emocional em publicações repetitivas, que tanto serviam para pressionar os opositores, como para incitar a necessidade de aliar-se a um dos dois interesses políticos em conflito, para que, ao final da batalha, a vitória proporcionasse à amada pátria – no caso Princeza e a Parahyba – a liberdade, unidade e tranquilidade almejada. Como refletiu Fustel de Coulanges⁴¹ ao explicar que a sensação de pertencimento de um povo a uma nação vai muito mais além do que ter o mesmo tipo de raça ou língua. Intencionalmente ou não, era isso que os periódicos analisados nesta pesquisa estavam explorando em suas publicações:

O que distingue as nações não é nem a raça, nem a língua. Os homens sentem no coração que são um só povo, quando tem uma comunidade de ideias, de interesses, de afetividades, de lembranças e esperanças. Eis o que faz a pátria. Eis por que os homens querem caminhar em conjunto, trabalhar em conjunto, combater em conjunto, viver e morrer uns para os outros. A pátria é aquilo que amamos (SEIXAS; BRESCIANI; BREPOHL, 2002, p. 86).

Incitar o ódio ao inimigo, mostrar-se como o lado bom, correto, mais preparado e antes mesmo do final da luta, como vitorioso, também fez parte da mensagem passada pelos jornais, na tentativa de persuadir aliados durante o conflito. Essa persuasão no discurso político é atribuída, sobretudo, à necessidade da gestão do poder, e, segundo Charaudeau (2006), precisa ser o mais crível possível, ainda que demagógica, para atingir os seus objetivos.

⁴⁰ Maximilien François Marie Isidore de Robespierre (6 de maio de 1758, Arras — 28 de julho de 1794, Paris), advogado e político francês, foi uma das personalidades mais importantes da Revolução Francesa. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/robespierre/>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

⁴¹ Historiador francês, de família bretranha, Numa Denis Fustel de Coulanges, desenvolveu seus estudos em uma escola francesa em Atenas, sendo considerado o mais sistemático e intransigente dos historiadores. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fustel.htm>. Acesso 13 de agosto de 2019.

Sendo a política um domínio de prática social em que se enfrentam relações de força simbólica para a conquista e a gestão de um poder, ela só pode ser exercida na condição mínima de ser fundada sobre uma legitimidade adquirida e atribuída. Mas isso não é suficiente, pois o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social (CHARAUDEAU, 2006, p. 69).

Todavia, Charaudeau (2006) observa ainda que o discurso político não pode ser relacionado separadamente com a razão, a paixão e com a imagem, ainda que esse discurso seja reproduzido de forma midiática:

A persuasão usada pelo discurso político relaciona-se com a paixão, com a razão e com a imagem. Com a paixão, pois o campo político é por excelência o lugar em que as relações de poder e de submissão são governadas por princípios passionais. Espinosa via nas paixões “as causas e os fundamentos” da sociedade política, de suas instituições e de seu desregramento, e Voltaire decretava em sua época que “as paixões são as rodas que fazem avançar todas as máquinas (ele pensava na máquina humana), pois, dizia ele, “a vontade de comandar, que é uma das ramificações do orgulho, é tão visível em um professorzinho medíocre [...] quanto no papa e em um imperador, e excita ainda mais fortemente a indústria humana a levar os homens a obedecerem uns aos outros. A persuasão se relaciona com a paixão, mas também com a razão, pois os que procuram comandar devem se tornar legítimos e fidedignos, e os que aceitam submeter-se por delegação interposta procuram controlar o poder outorgado e mesmo reivindicar o direito de questionar sua aquisição. Daí “uma co-ação” polêmica de luta entre o lugar do outro ou submeter-se ao outro. Com relação a imagem, o discurso político se associa a ela, porque não há adesão a ideias que não passe pelos homens (CHARAUDEAU, 2006, p. 93-94).

Assim, é essencial a percepção da paixão política como combustível para o desencadeamento da dialética simbólica entre *A União* e o *Jornal do Commercio*. Mais imprescindível ainda é pensar o ressentimento político, ideológico e cultural como fator fundamental para a fomentação da discórdia e do ódio entre os adversários revolucionários e os consumidores de informação, que tiveram acesso aos conteúdos dos periódicos.

Segundo Pierre Ansart em *Memória e História dos Ressentimentos* (2004), o ressentimento parte de um conjunto de vários outros sentimentos que não podem deixar de serem considerados: o primeiro compõe-se de sentimentos difusos do ódio, de inveja e de hostilidade; o segundo é a sensação de ser impotente para exprimir de forma ativa estes

sentimentos; o terceiro é a experiência continuamente renovada de impotência e hostilidade. De acordo com o autor, essa definição faz do ressentimento um conjunto de sentimentos em que “predomina” o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, mas, sobretudo, a experiência continuamente renovada da impotência rancorosa.

Referidos os ressentimentos das publicações, é interessante mobilizar discursos em torno de que ressentimentos seriam esses. Podemos destacar dentro dessa ótica o ressentimento do coronel José Pereira pelo fato de se sentir traído por João Pessoa, o ressentimento de João Pessoa por não poder contar com o apoio de um dos coroneis mais influentes em sua campanha aliancista, assim como o ressentimento da família Pessoa de Queiroz de Recife diante dos prejuízos financeiros causados pela reforma administrativa de João Pessoa aos seus negócios. Esses são apenas alguns dos fatores que ainda serão explicitados nesta pesquisa e que podem ter gerado tantos ressentimentos antes, durante e depois da revolta.

Para a análise do material empírico apresentado nesta pesquisa, é necessário, primeiro, aguçar a percepção para entender como o ressentimento foi utilizado como discurso político na persuasão de aliados. Tal ação justifica-se ao considerarmos a afirmação de Ansart (2004) para quem esse apelo aos ressentimentos e a sua gestão constituem um verdadeiro manancial para os líderes políticos desenvolverem ressentimentos para mobilizar eleitores a seu favor. A referência aos ressentimentos e insatisfação constitui assim um capital indefinido de argumentos no interior do campo político, nas lutas que lhe são inerentes.

Pensar nos sentimentos e ressentimentos publicados em *A União* e pelo *Jornal do Commercio* requer também considerar que a evolução emocional dessas hostilidades recebam uma atenção especial, antes da análise do material empírico disponível nesta pesquisa. Isso porque Ansart (2004) nos alerta sobre o quanto é mais difícil traçar e compreender a história dos ódios, do que a dos fatos objetivos:

A dificuldade é redobrada quando trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais. [...] É preciso formular o papel do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações (ANSART, 2004, p. 29).

Ao trabalhar com uma temática de 1930, esta análise não poderia deixar de aguçar a percepção sobre como estão se reproduzindo as memórias dos ressentimentos criados e

fortalecidos durante aquele período, em especial, quando recorremos ao recorte desta pesquisa e questionamos sobre que tipo de ressentimento ficou no imaginário social de quem teve acesso às publicações parciais de *A União* e do *Jornal do Commercio*, principalmente dos que tiveram acesso apenas ao conteúdo de um desses exemplares, durante a revolução.

Ainda que esse não seja o objetivo desta pesquisa, cuja incumbência maior é oferecer primeiro mecanismos para que esse tipo de percepção ganhe força e gere novos questionamentos diante de tudo o que se sabe sobre a participação da cidade de Princesa Isabel na Revolução de 30, buscar novas respostas, tomando como objeto de estudo não mais os discursos historiográficos e sim os jornalísticos contribuirá para que um novo viés de análise surja, mediante a necessidade observada de recorrer a novas fontes, que possibilitem o entendimento de questionamentos do presente, recorrentes ainda dos ressentimentos do conflito.

Para Ansart (2004), é possível sim que ressentimentos de 1930 tenham se reproduzido oitenta anos depois da revolta, considerando que podem chegar a esquecer os ressentimentos, mas não os fatos:

A questão da memória dos ressentimentos é diferente. Trata-se aqui de se colocar uma outra questão, mais delicada, e que podemos dividir em várias interrogações: que memória conserva o indivíduo de seus próprios ressentimentos? Por outro lado, que memória conserva dos ressentimentos daquele de quem foi vítima? Que memória um grupo de seus próprios ressentimentos e dos ressentimentos dos inimigos dos quais foi vítima? Nas democracias pluralistas, qual a atitude dos poderes públicos diante dessas lembranças? [...] Por mais diversos e contraditórios que tenham sido os sofrimentos de cada um, pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi ator ou vítima, mas esquece-se ou, ao menos, aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos (ANSART, 2004, p. 30-31).

Tomando como pressuposto as circunstâncias de subserviência em que o jornalismo tem se exercido no país, desde quando foi implementado em 1808, esta pesquisa se propõe a motivar questionamentos sobre a parcialidade difundida nos periódicos em questão, cujos ressentimentos propagados representam, sobretudo, um risco à veracidade dos fatos responsáveis por eclodir o movimento armado. O que ficou no imaginário dos consumidores de informação que na época só tiveram acesso ao jornal *A União*, sobre a cidade de Princesa e José Pereira? O que ficou no imaginário daqueles que só tiveram acesso ao *Jornal do Commercio*, sobre João Pessoa? Somente um estudo maior poderá responder, tendo em vista que denunciar o jornalismo como fonte de difusão dos ressentimentos políticos, como assinalou Ansart (2004), caracterizou-se, a priori, como um exercício de maior urgência:

Talvez seja urgente manifestar uma vigilância maior em relação às ameaças provocadas pelos encorajamentos atuais a novos ressentimentos e sua legitimação pelo Estado. É inquietante, por exemplo, ouvir a propaganda oficial instigar vigorosamente o ódio contra os inimigos reais ou supostos, transformando assim, muitos jornalistas e manipuladores de opinião em militantes das causas governamentais contra novos bodes expiatórios. Um deslocamento produz-se sob os nossos olhos, deslocamento já estigmatizado por Platão e que conduz do desprezo ao ódio; o ódio ocupando confusamente o lugar do desprezo. Desprezo dos ricos pelos pobres, de uma poderosa classe dirigente pelas oposições a seu poder, desprezo que pode se transformar em ódio quando os dominantes se sentem ou se acreditam ameaçados em sua hegemonia e interesses (ANSART, 2004, p. 43).

Diante das polêmicas em torno da subjetividade que norteou a cobertura jornalística da Revolução de 1930 no Brasil, é necessário recorrer agora ao que foi dito através da objetividade da historiografia, uma vez que os elementos para que a análise do material empírico considere tanto a objetividade quanto a subjetividade já estão sendo oferecidas.

3.4 A IMPRENSA NA PARAÍBA

A produção jornalística no Estado da Paraíba começou dezoito anos após a chegada da prática no Brasil. Em 1826 surgiu o primeiro jornal da Paraíba, o *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*. Segundo a jornalista e escritora paraibana Fátima Araújo (1986), a partir desse momento, registrou-se no Estado uma história bonita de periódicos quase sempre fundados na garra e no ideologismo, mas a maioria dos jornais foram efêmeros. Houve jornal que teve uma publicação. Alguns poucos duravam mais, o que não acontecia com a maioria. As causas principais eram a falta de recursos e o alto índice de analfabetismo⁴².

Logo depois da implantação da prática jornalística na Paraíba, ainda no século XIX, uma característica comum aos primeiros jornais e folhetins paraibanos era a publicação de conteúdos literários, como podemos observar:

Diversos foram os conteúdos literários que preencheram as páginas de diversos periódicos paraibanos entre dezembro de 1860 e janeiro de 1894. Nessa época, jornais e folhetins como: A borboleta, A Comarca, A Época, A Esperança, A Estrela, A Evolução, A Gazeta da Paraíba, A ideia, A Luta, A

⁴² Na Paraíba de 1927, sabiam ler 126.951 pessoas enquanto os analfabetos eram 834.155, portanto os não alfabetizados representavam 70,7 da população (LEAL, 1965, p. 356).

Opinião, A Ordem, A Paraíba, A Paz, A Pinça, A Regeneração, A Verdade, Acadêmico Paraibano, Arauto Paraibano, Correio Noticioso, Democracia, Diário da Manhã, Diário da Paraíba, Eco Escolástico, Gazeta da Paraíba, Gazeta do Comércio, Gazeta do Sertão, Gazeta dos Artistas, Gazetinha, Jornal, Jornal da Paraíba, O Arauto Paraibano, O Artista, O Bossuet da Jojoca, O Brado Artístico, O Campinense, O Cisne, O Comercio, O Condor, O Conservador, O Despertador, O Emancipador, O Estado da Paraíba, O Estímulo, O Estudante, O Futuro, O Governista Paraibano, O Heliotrópio, O Independente, O Labor, O Liberal Paraibano, O Livro, O Mercantil, O Mirante, O Monitor, O Norte, O Paraibano, O Pelicano, O Popular, O Porvir, O Rebento, O Reformista, O Solícito, O Sorriso, O Tipógrafo, O Verdadeiro Monarquista, The Paraíba Times e União Tipográfica, trouxeram em suas páginas, diversas formas de expressão literária.⁴³

Entretanto, não podemos falar da história da imprensa paraibana sem destacar a resistência de *A União*, fundado em 2 de fevereiro de 1893 e considerado hoje o terceiro jornal mais antigo em circulação no país. De acordo com Coutinho (2000), assim como o jornalismo brasileiro surgiu dentro de um contexto de subserviência e parcialidade, a situação de *A União*, que mesmo sendo um periódico de caráter estatal foi responsável por oportunizar campo de estágio para centenas de jornalistas paraibanos ao longo do século, merece atenção:

No final do século nós tivemos jornais de oposição que tinham um admirável espírito de independência. Mas o jornal que orientou a mídia na Paraíba é *A União*. Mas *A União* é um jornal sectário. Do ponto de vista histórico, o depoimento de *A União* é um depoimento suspeito porque foi um jornal sempre atrelado aos interesses do poder. Não foi um jornal imparcial. Mesmo que não tivesse sido imparcial, se porventura acolhesse algumas opiniões ou movimentos de oposição, ele expressaria a verdade histórica da época. *A União* ficava sempre do lado dos governos, como até hoje, é o único jornal oficial que ainda sobrevive, um jornal a serviço da propaganda do Governo, e que está sempre a serviço de interesses grupais. Por isso mesmo é um jornal, de significação histórica relativa porque apenas reflete o ponto de vista de um dos lados. [...] No seu tempo *A União* teve um papel importantíssimo, inclusive na formação da mentalidade jornalística da Paraíba, na formação de pessoal. Foi realmente o órgão universitário de que nós dispúnhamos para a formação do pessoal dedicado ao jornalismo. E era um tempo muito mais romântico, muito mais objetivo e muito mais verdade do que hoje.⁴⁴

⁴³ Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornais/fofhetinsestudosa_literatura_nos_jornais_paraibanos.pdf. Acesso em novembro de 2011.

⁴⁴ Disponível em: http://www.ihgp.net_pb500p. Acesso em novembro de 2011.

Ainda considerando os periódicos paraibanos que tiveram destaque, é preciso citar *A Imprensa*, de caráter não estatal, mas pertencente a Diocese paraibana, que acabava por influenciar a linha editorial do jornal como afirma Araújo (1986):

Em 1897 surge o jornal da Diocese – *A Imprensa*, quatro anos depois de *A União*. Era um jornal católico doutrinário, noticioso, que possui importância na imprensa paraibana, e merece um estudo mais apurado. Foi um órgão de projeção que marcou época. Foi fundado em 27 de maio de 1897 por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, 1º Bispo e 1º Arcebispo do nosso Estado. O primeiro redator-chefe foi o padre José Tomaz, que trabalhava em conjunto com outro religioso, Manoel Paiva. Esse jornal teve grande aceitação por parte da opinião pública. Era um jornal corajoso, e trazia editoriais belíssimos, peças opinativas e reportagens interpretativas bastante recheadas [...] Foi despertando a ira de alguns políticos, aqui e acolá saía de circulação, entrava em eclipse, por falta de recursos, por falta de apoio, tudo por conta de pressões. Até que na década de 60 ele fechou para sempre. [...] a gente verificava no jornal do século passado *A Imprensa*, editoriais belíssimos. Muitas vezes eles questionavam os atos políticos, o que se fez, e o que se há de fazer nesta terra. Muitas vezes até ajudavam os governantes (ARAÚJO, 1986).

Os profissionais de comunicação do Estado também sofreram nos períodos de ditadura, assim como em outras regiões do país. Entre 1941 e 1944, *A União* foi usado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda⁴⁵ do Estado Novo, de Getúlio Vargas, o famoso DIP:

O DIP na Paraíba funcionava em um prédio do atual Palácio da Justiça, na ala esquerda do lado da rua da Palmeira, onde anteriormente esteve instalado o Tribunal Regional Eleitoral. Toda a matéria publicada tinha que ir para lá a fim de passar pela censura. O que passava sem censura eram as notícias favoráveis ao Governo, aos aliados da grande guerra aliancista. Mesmo assim havia uma fiscalização para não passar nada de mais, pois na redação havia alguns germanófilos. A redação, portanto, sob censura, nos constrangia. Lembro-me do conteúdo do jornalista Natanael Alves, que era o editorialista do jornal O NORTE, e certa vez redigiu um editorial que não agradou a

⁴⁵ Na Paraíba, o DIP era chamado de DEIP – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. O DIP foi criado no Brasil em 1939, em substituição ao "Departamento de Propaganda e Difusão Cultural" (DPDC) que, em 1934, havia substituído ao Departamento Oficial de Propaganda (DOP), cuja estrutura obsoleta obrigou ao governo a ampliar sua abrangência. O DIP foi extinto em 1945, de modo que a criação, o objetivo e a história de todos esses departamentos se confundem com a Era Vargas. O DIP serviu para promover propagandas da política populista de Getúlio Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

direção do jornal. Ele foi simplesmente substituído, foi dispensado do jornal, o que é lamentável.⁴⁶

Segundo Araújo (1986), os censores atuaram também na Paraíba, durante a ditadura de 1964 no Brasil.

Na ditadura de 1964 houve também muita censura nos jornais paraibanos. Muitas vezes o jornal estava quase todo pronto e durante a madrugada os censores invadiam o jornal e obrigavam a tirar imediatamente uma notícia, tapar o buraco com qualquer matéria [...] às vezes a censura era feita em cima da hora, não dando tempo para colocação de outra matéria no espaço, que assim ficava vazio.⁴⁷

Dentre os marcos na história da imprensa paraibana, a fundação da Associação Paraibana de Imprensa – API, no dia 7 de setembro de 1933, dia em que Getúlio Vargas veio à Paraíba inaugurar um monumento em homenagem a João Pessoa, não pode ser esquecido. Vargas não compareceu ao evento e preferiu ficar na casa do amigo e anfitrião João Amorim. Mas lá estavam, como testemunhas da história, o ministro José Américo, o general Góis Monteiro, o governador (interventor) Gratuliano de Brito e nomes expressivos das letras nacionais, como Américo Facó (que representou a ABI), Orris Barbosa, Porto da Silveira, Osias Gomes, João Santa Cruz e, entre dezenas de outros, um jovem de 18 anos, ainda aluno do Liceu, que viria a se tornar um dos nomes mais importantes da literatura brasileira e que ainda circula por retretas, saraus e salões da capital paraibana, chamado Ascendino Leite.

Segundo texto de Fernando Moura⁴⁸, a API resistiu a fortes pressões durante as duas ditaduras brasileiras:

De lá pra cá, a API foi invadida, fechada, realçada, exaltada e palco dos mais intensos movimentos culturais, sociais e políticos ocorridos na história da Paraíba, da década de 1930 até nossos dias. Dos presentes para os ausentes,

⁴⁶ Depoimento completo de Luiz Hugo Guimarães disponível em: http://www.ihgp.net_pb500p. Acesso em novembro de 2011.

⁴⁷ Disponível em: http://www.ihgp.net_pb500p. Acesso em novembro de 2011.

⁴⁸ O jornalista, compositor e poeta, tendo sido editor da página de Esportes do jornal *O Norte*, além de passagens pelos jornais *Correio da Paraíba* e *A União*. Falecido em dia 24 de setembro de 1998, Fernando Moura coordenou, entre 1983 e 90 o Departamento de Marketing do Banco do Estado da Paraíba. Atuou nas diretorias do Sindicato dos Jornalistas, Associação Paraibana de Imprensa (API) e Associação Atlética Banco do Estado. Fundou e presidiu, por dois mandatos, a Associação Centro Histórico Vivo (Achevvo), que luta pelo processo de revitalização do patrimônio histórico de João Pessoa. Disponível em: http://www.cmjp.pb.gov.br/Noticia/980_franca-e-moura-sao-homenageados-com-nome-de-rua-e-titulo-de-cidadao-pessoense. Acesso 2 de dezembro de 2011.

sem ordem cronológica, passaram pelo comando da entidade, nomes de peso do jornalismo paraibano, como Gonzaga Rodrigues, Severino Ramos, Rubens Nóbrega, Agnaldo Almeida, Carlos Aranha, Nonato Guedes, José Euflávio, Walter Santos, João Pinto, Antonio Costa, José Leal, Adalberto Barreto, José Souto, Rocha Barreto, Orris Barbosa, Samuel Duarte e o mentor da construção da sede própria, cujo nome está chancelado na edificação, José Leal. Com cerca de 1.200 associados, a entidade funciona em seu antigo prédio de dois andares na Visconde de Pelotas, 149, centro, pertinho da Praça Rio Branco, em frente à antiga lanchonete e restaurante La Verittá, cenário imbatível na memória eleitoral da API. Espaço plural, onde eleitores, antes e após as renhidas – e fraternas – disputas, se confraternizavam, numa saudável e pedagógica simbiose dos contrários, sobrando dos apimentados e humorados diálogos a sensação do dever cumprido com a democracia interna e geral. Às vésperas do 80º aniversário, a API, sob o comando da primeira mulher a ocupar sua presidência, Marcela Sitônio, se prepara para restaurar memórias e espaços diluídos pelo tempo, linkada em novas plataformas de comunicação, restabelecendo o peso histórico dos seus papéis político, social e cultural para jornalistas, radialistas, publicitários, fotógrafos, cineastas, escritores, compositores, poetas, professores, teatrólogos, artistas e executivos de comunicação, bem como atuando junto à sociedade que lhe deu lastro e endosso.⁴⁹

Diante do que foi exposto, observamos que a parcialidade constatada no jornalismo brasileiro, desde o seu desenvolvimento embrionário, refletiu na forma como a prática se inseriu na Paraíba, em especial, pelo fato da redação do jornal *A União* ser considerada a Escola de grandes jornalistas paraibanos, o que nos conduz a refletir sob que lições de subserviência os profissionais da imprensa paraibana foram condicionados desde a sua formação, ainda que isso tenha acontecido naturalmente.

A força e a tradição do jornal *A União* em um contexto de jornalismo estatal no Brasil se consolidou e se manifestou de forma mais contundente durante o movimento revolucionário de 1930, quando se observa toda a contribuição desse periódico enquanto recurso de guerra ideológica, utilizando-se, inclusive, da subjetividade do discurso político, amplamente discutido nesse capítulo. Em pleno ano de 2019, o periódico permanece em circulação nas versões impressa e digital, adequando-se às exigências da era digital, sendo gerido pela Empresa Paraibana de Comunicação – EPC.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.apipb.com.br/sobre-a-api/>. Acesso em dezembro de 2011.

3.5 OS JORNAIS TOMAM PARTIDO NA REVOLTA

Explorada pelo jornal *A União* e pelo *Jornal do Commercio*, a noticiabilidade da participação de Princesa Isabel na Revolução de 1930 mostrou o envolvimento do jornalismo brasileiro em um dos episódios mais marcantes da história do país, através da ligação dos personagens paraibanos para com as redações de cada um desses veículos impressos.

Fundado em 3 de abril de 1919 em Recife, no Pernambuco, pelo jornalista, empresário e político paraibano Francisco Pessoa de Queirós⁵⁰, o *Jornal do Commercio* que há 13 anos é o maior jornal de circulação de Pernambuco, com a maior carteira de assinantes do Estado e figurando entre os periódicos de maior credibilidade do Brasil, já nasceu engajado no ideal da campanha de Epitácio Pessoa à Presidência da República. É tanto que durante o mandato de Epitácio, Francisco Pessoa de Queirós foi diplomata em Buenos Aires, Londres e Bucarest, tendo representado o Congresso Brasileiro na Conferência Internacional em Bruxelas (1925), em Roma (1927), no Rio de Janeiro e em Paris (1928), como membro da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Ao longo de sua história, o jornal já conquistou muitos dos principais prêmios nacionais destinados ao setor de comunicação como o Esso Regional Nordeste, Fiat Allis, Vladimir Herzog, Imprensa Embratel, Unisys e José Reis de divulgação científica, entre outros. É recordista absoluto do Prêmio Cristina Tavares, maior reconhecimento jornalístico pernambucano, com dezenas de troféus em texto, arte, foto e desenho. Já entre os reconhecimentos mundiais, estão o Prêmio Desertificação: Uma Ameaça Global, conferido pela ONU, o da International Library of Photography e vários reconhecimentos no News Page Design que elege as melhores capas de jornais do mundo.

O *Jornal do Commercio* é parte integrante do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, um conglomerado de veículos de comunicação que conta ainda com a TV Jornal, Rádio Jornal, JC/CBN Recife e o JC OnLine (todos situados no Recife), além dos veículos localizados no interior do Estado como a TV Jornal Caruaru e a rede Rádio Jornal (presente em Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Pesqueira, Petrolina).

⁵⁰ Pela grafia antiga, Francisco Pessoa de Queiroz, mais conhecido como F. Pessoa de Queiroz, diplomata, jornalista e empresário, foi também Deputado Federal e Senador da República. Nasceu em Umbuzeiro, cidade paraibana situada na fronteira com Pernambuco, no dia 7 de novembro de 1890. Filho de João Vicente Queiroz e de Mirandolina Lucena Pessoa de Queiroz, assim como João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, também era sobrinho do presidente Epitácio Pessoa.

Durante a Revolução de 1930, o jornal enfrentou sua primeira grande crise⁵¹, quando partidários de João Pessoa depredaram e incendiaram a empresa tirando o jornal de circulação durante três anos. Isso porque o jornal defendia a candidatura de Júlio Prestes contra a chapa oposicionista formada por Getúlio Vargas e João Pessoa. Sinalizando a posição do Jornal, seus redatores atacaram duramente a política de João Pessoa, resultando em graves desavenças políticas⁵². Com a queda do regime vigente em 1930, Francisco Pessoa de Queiroz foi deposto do cargo de deputado e deportado, permanecendo exilado na França até 1932. Quando volta ao Brasil, assume a missão de restaurar os bens da família que haviam sido praticamente destruídos por manifestantes exaltados durante a Revolução.

Afastado da política, decidiu pautar sua conduta pela neutralidade e independência. Em 1934, restabelece o *Jornal do Commercio*, reestruturando-o, instalando-o luxuosamente e transformando-o em sociedade anônima. Contrata grandes nomes do jornalismo como Caio Pereira, Luiz Delgado, Mario Melo, Esmaragdo Marroquim e outros, dando nova vida ao jornal.⁵³

Nos anos 40 e 50, o jornal tornou-se um dos mais importantes do Nordeste. Foi nessa época que foram inauguradas a Rádio Jornal do Commercio e emissoras da rádio em Caruaru, Limoeiro, Garanhuns e Pesqueira. A TV Jornal do Commercio, no Canal 2, somou-se ao grupo no início dos anos 60. Na década de 70, a empresa entrou em crise, que chegou ao ápice em 1987. Uma greve tirou o jornal das bancas durante 41 dias. A publicação só voltou às ruas sob a liderança do empresário João Carlos Paes Mendonça⁵⁴.

De 1987 para cá, o Jornal passou por profundas reformulações, que alcançaram todo o Sistema. Os investimentos priorizaram a reestruturação e consolidação da redação, a informatização e a impressão. O processo de impressão migrou do nylonprint para o sistema digital, passando pelo *off-set*. Hoje, uma impressora *Uniset 60*, da *MAM Holand*, de última geração, consegue rodar até 100 mil exemplares coloridos/hora. A implantação de uma sólida carteira de assinantes também deu corpo às mudanças⁵⁵.

⁵¹ Após o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930.

⁵² Disponível em: <http://www.assinejc.com.br/FiquePorDentroJC.aspx#historico>. Acesso em setembro de 2011.

⁵³ ANDRADE, Maria do Carmo. *F. Pessoa de Queiroz*. Pesquisa Escolar On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em agosto de 2009.

⁵⁴ Disponível em: <http://www.assinejc.com.br/FiquePorDentroJC.aspx#historico>. Acesso em setembro de 2011.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.assinejc.com.br/FiquePorDentroJC.aspx#historico>. Acesso em setembro de 2011.

Não menos importante, o Jornal estatal *A União* é considerado o terceiro jornal mais antigo de circulação no país e foi fundado na capital do Estado da Paraíba por Álvaro Machado⁵⁶, em 2 de fevereiro de 1893. O jornal surgiu como órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, agremiação fundada pelo próprio Álvaro Machado. Inicialmente os escritórios e tipografia de *A União* funcionaram na Rua Visconde de Pelotas, nº 49, esquina com a Rua Miguel Couto, no Centro da Cidade Alta. Mais tarde o edifício foi demolido para alargar a via que dá acesso ao Parque Sólon de Lucena (Lagoa). Várias outras mudanças ocorreram antes de chegar ao atual endereço – no Distrito Industrial da Capital – chegando a funcionar inclusive no bairro de Jaguaribe.⁵⁷

No início, *A União* trazia farto noticiário e as notas do então presidente da Província, Álvaro Machado. Com o passar dos anos, o jornal funcionou como intérprete das aspirações paraibanas quando a eclosão do Movimento Revolucionário de 1930 já se avizinhava. Naquela época, a Paraíba adquiriu renome nacional fazendo jus às tradições de luta de seu povo. Naquela ocasião, o jornal converteu-se na trincheira da guerra que se travou entre o presidente João Pessoa – que detinha o apoio popular – e os poderes centrais⁵⁸.

A União desempenhou, na Paraíba, o mesmo papel das escolas de letras europeias ou dos inovadores laboratórios norte-americanos, onde a consciência de escrever era adquirida no exercício das técnicas, na descoberta de pequenos e grandes segredos, antes mesmo do domínio da gramática e da estilística.

Quarenta e sete anos depois, no dia 13 de março de 1940, surgiu o Diário Oficial. Foram 15 anos de convivência. É por isso que os fatos relacionados à Imprensa Oficial na Paraíba estão obrigatoriamente integrados à memória do jornal, com um papel às vezes de testemunha, às vezes personagem da história política e sociocultural do Estado. O Diário Oficial passou a circular separadamente a partir de 1º de julho de 1955. O matutino prosseguiu sua trajetória e é o terceiro mais antigo do país e o primeiro entre os que são impressos no Estado.⁵⁹

Mesmo tendo passado tanto tempo desde sua fundação, o jornal não é apenas um veículo de comunicação que ao longo de mais de 100 anos mantém acesa a chama da vocação educativa, informativa e cultural. Com seu parque gráfico, participou e continua participando

⁵⁶ Presidente da província paraibana, no momento em que o jornal é fundado no Estado.

⁵⁷ Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx>. Acesso em setembro de 2011.

⁵⁸ Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx>. Acesso em setembro de 2011.

⁵⁹ Disponível em: <http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx>. Acesso em setembro de 2011.

ativamente do movimento editorial do Estado, imprimindo livros de autores, sejam eles novos ou já consagrados.

Nessa fase de transformações que *A União* vem passando desde janeiro de 2003, quando houve mudança na Superintendência, o jornal já vem se apresentando com novidades, sobretudo a informatização de setores, como o de Artes, pela aquisição de modernos equipamentos – que devem culminar – literalmente – com uma cara diferente: um novo projeto gráfico, com a diminuição de seu formato associado ao aumento do número de páginas, o que oferece mais informações ao leitor.

Com base nas informações anteriormente explicitadas, seja pela tradição dos jornais ou pelo vínculo que ambos tiveram com os personagens paraibanos diretamente envolvidos no movimento revolucionário de 1930, observamos que simultânea à batalha de armas, outra revolução acontecia nas redações jornalísticas de *A União* e do *Jornal do Commercio* de Recife. Uma guerra psicológica, pensada para pressionar e inflamar os ânimos dos paraibanos envolvidos, que, ao consumir as informações arquitetadas, angustiaram-se quando não havia necessidade, ou tranquilizaram-se em momentos que exigiam permanente vigilância.

É através desse cenário, caracterizado pela parcialidade, que a participação da Paraíba e de Princesa Isabel é contada no jornalismo brasileiro. Muitos são os questionamentos sobre as reais intenções do coronel José Pereira ao proclamar a independência de Princesa, assim como ainda são muitos os questionamentos sobre o assassinato de João Pessoa. Para tanto, temos a necessidade de nos valer da historiografia, apesar de lacunar, para compreendermos os acontecimentos de 30 no Brasil, uma vez que não podemos calcular o quanto de verdade foi omitida pelo jornalismo brasileiro, quando observamos os exemplos de parcialidade de *A União* e do *Jornal do Commercio* de Recife.

As páginas que se seguem servirão para provar o quão é importante reavaliar os conceitos, os estigmas e os estereótipos conservados ao longo desses oitenta anos pós-revolução, que continuam vivos no imaginário dos princesenses e dos paraibanos, silenciados pela ação do tempo e pelo ressentimento político para com o marco histórico.

3.6 A IMPRENSA APROPRIA-SE DE MARCO HISTÓRICO

É certo que para entender a conjuntura política, econômica e social brasileira que desencadeou a Revolução de 1930 no Brasil é preciso recorrer à historiografia, uma vez que o presente estudo identifica a parcialidade das linhas editoriais que noticiaram os acontecimentos

de 1930. Para tanto, é interessante observar como a comunicação esteve presente na revolta, servindo como recurso para a tomada de atitudes que culminaram em acontecimentos singulares, curiosos e trágicos durante o conflito.

Diversos eram os jornais impressos brasileiros existentes no início do século XX que vigoraram durante a Revolução de 1930 no Brasil. Mas, entre os periódicos que estampavam com frequência em suas páginas textos referentes ao envolvimento de Princesa Isabel e da Paraíba na revolta, podemos citar: “*A Noite*” (RJ), “*Jornal Diário da Manhã*” (PE), “*O Jornal*” (RJ), “*Jornal do Commercio*” (RJ e PE), “*Diário de Pernambuco*” (PE), “*Diário da Tarde*” (PE), “*A Imprensa*” (PB), “*Diário da Paraíba*” (PB), “*Diário da Noite*” (RJ), “*Diário de Notícias*” (RS), “*A União*” (PB), “*Gazeta de Notícias*” (RJ), “*Jornal de Triunpho*” (PE), “*Correio da Manhã*” (RJ), além do “*Jornal de Princeza*” (PB), este último tendo publicado apenas duas edições.⁶⁰

Dentro desse universo comunicacional, não podemos deixar de ressaltar o importante papel do telégrafo e dos panfletos como instrumentos de comunicação entre as partes envolvidas no conflito. Muitos dos telegramas trocados hoje compõem obras escritas inteiramente com o conteúdo dessas correspondências. Um exemplo disso é o livro *O arquivo de José Américo e a Revolução de 1930*⁶¹, publicado em João Pessoa, em 1985, através da Fundação Casa de José Américo, e que reúne cópias de telegramas, cartas, ofícios e notas sobre a revolução na Paraíba.

Foi através de um telegrama⁶², por exemplo, que o coronel José Pereira oficializou o rompimento com o Governo do Estado em 22 de fevereiro de 1930 dando início à revolta na Paraíba. Um despacho que gerou uma sequência de outras três correspondências⁶³. Além disso,

⁶⁰ Ver MARIANO (2010a).

⁶¹ O livro reúne cópias dos despachos telegráficos, provavelmente encontrados na antiga repartição do Telégrafo Nacional, dias depois da vitória da Revolução. Presume-se que esse fato material foi apreendido por recomendação do próprio José Américo, secretário de Estado no Governo de João Pessoa, quando investido no Cargo de Chefe do Governo Central Provisório do Norte do Brasil. Não querendo retirá-lo da repartição responsável pela sua conservação, teria determinado que se extraísse cópia autêntica de tudo que ali se encontrava, preocupado, talvez, com a utilização desse documentário, quando ele mesmo se desse à tarefa de escrever a história da Revolução de 1930 (ANDRADE, 1985).

⁶² No início do Serviço Postal em Princesa, as malas eram conduzidas por animais, como meio de transporte rápido e eficiente, utilizado pela agência dos Correios, isso a partir de 1911. Em 1922, é implantado o telégrafo nos correios de Princesa que passou a operar pelo sistema de CW-Fonia. O prédio dos Correios (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) na cidade foi construído pelo governo provisório de 1932. Durante a ocupação da cidade pelas tropas do 19º e 21º Batalhão de Caçadores do Exército, em agosto de 1930, é instalado um sistema de rádio-telegrafia (MARIANO, 1991b).

⁶³ Após o 1º telegrama de José Pereira a João Pessoa, rompendo a aliança, o presidente da Paraíba envia outro telegrama para confirmar se José Pereira tinha de fato emitido a postagem. Esse segundo telegrama é respondido

de acordo com o escritor Paulo Mariano (1991b), o primeiro panfleto que a população de Princesa tomou conhecimento foi no dia 06 de Julho de 1930, durante a guerra, escrito pelo secretário de Segurança do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida:

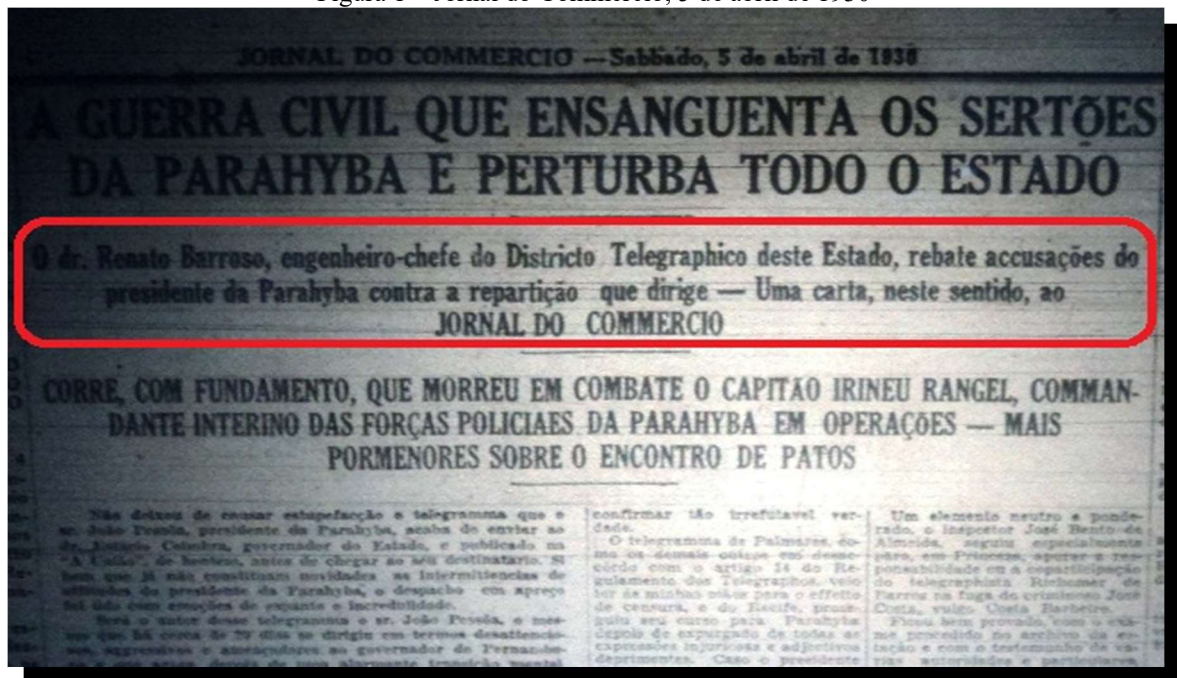
O governo da Paraíba intima-vos a entregar as vossas armas. Vossas vidas serão garantidas, dando o governo liberdade aos que não respondem por outros crimes. Convém ouvir a palavra do governo. Deveis apresentar-vos aos nossos oficiais. Dentro de 24 horas Princesa será bombardeada pelos aeroplanos da polícia e tudo será arrasado. Evitai o vosso sacrificio inútil. Ainda é tempo de salvar-vos. Não vos enganeis; vossos chefes estão inteiramente perdidos (MARIANO, 1991b, p. 37).

Informações derivadas de conteúdos de telegramas por diversas vezes viraram notícias nos jornais impressos durante a revolta, que costumavam publicar na íntegra o conteúdo de tais telegramas sem passar pelo tratamento das técnicas jornalísticas. Os telegramas eram tidos como uma das principais fontes de informação para os veículos impressos, muitas vezes escritos pelos protagonistas da revolta com o intuito de vê-los publicados nos jornais. Durante o desenrolar dos acontecimentos de 1930, podemos observar publicações de telegramas trocados entre José Pereira e João Pessoa, João Pessoa e Washington Luiz, João Pessoa e Epitácio Pessoa, João Pessoa e Assis Chateaubriand, entre outros.

Ao considerar de grande importância o papel do conteúdo telegráfico como fonte jornalística, tanto o *Jornal do Commercio* como *A União* passaram a publicar informações que acusavam ou desmentiam o envolvimento do serviço de telégrafo vigente, em benefício de uma das partes envolvidas, como podemos observar no exemplar do *Jornal do Commercio*, de 5 de abril de 1930, que traz uma carta do engenheiro-chefe do Distrito Telegraphico de Pernambuco rebatendo acusações de João Pessoa que colocavam em questão a atuação do telégrafo brasileiro e dos profissionais que ali trabalhavam:

através de um terceiro, onde José Pereira confirma o envio, e, dessa forma, João Pessoa manifesta sua indignação em uma quarta correspondência. Somente o primeiro telegrama foi enviado no dia 22 de fevereiro de 1930, os outros três, seguem datados do dia 22 de fevereiro de 1930 (VIDAL, 1978).

Figura 1 – Jornal do Commercio, 5 de abril de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Para tanto, podemos observar como essa suposta fiscalização dos jornais ao telégrafo, perdurou ao longo da revolta, quando observarmos a publicação do Jornal “*A União*”, referente ao dia 26 de junho de 1930, trazendo novas denúncias sobre uma suposta espionagem feita pelos telégrafos em favor de Princesa, uma vez que esses eram subordinados ao Governo Federal, do qual José Pereira recebia apoio:

Figura 2 – A União, 26 de junho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Segue trecho do texto em destaque no jornal *A União* de 26 de junho de 1930:

[...] Estamos alludindo a evidente cumplicidade dos Telegraphos com o movimento armado que alliciou em Princesa os mais terríveis bandidos do Nordeste. Não evocaremos aqui o caso da manutenção da estação do reductomór de Princeza, para seu uso exclusivo, enquanto se mandara fechar outras estações no Estado situadas em pontos inteiramente estranhos a periphéria da luta. Muito mais eloqüente é a criação de uma esperta organização de espionagem que se constitui de tantos membros quantos encarregados de aparelhos telegraphicos na Parahyba [...].

Outra participação importante do jornalismo na revolução de 1930 acontece com a criação do *Jornal de Princeza*, elaborado especialmente para noticiar a independência política e administrativa da cidade. Ou seja, foi através de um jornal impresso que José Pereira anunciou um dos episódios mais singulares da história política brasileira, ao constituir o *Território Livre de Princeza*, no dia 09 de junho de 1930, cujo decreto foi publicado em 21 de junho de 1930, na primeira edição do jornal:

Figura 3 - Jornal de Princeza, 21 de junho de 1930



Fonte: Silva (2016a)

O decreto publicado na primeira edição do *Jornal de Princesa* proclamava provisoriamente a independência do município do Estado da Paraíba:

DECRETO Nº 1, DE 9 DE JUNHO DE 1930

Decreta e proclama provisoriamente a independência do Município de Princesa, separado do Estado da Paraíba e estabelece a forma pela qual deve ele se reger.

A administração provisória do Território de Princesa, instituída por aclamação popular, decreta e proclama a resolução seguinte:

Art.1º - Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do Município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba, do qual está separado, desde 28 de fevereiro do corrente ano.

Art.2º - Passa o Município de Princesa a constituir, com os seus limites atuais, um território livre, que terá a denominação de Território de Princesa.

Art.3º - O Território de Princesa, assim constituído, permanece subordinado politicamente aos poderes públicos federais, conforme se acham estabelecidos na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art.4º - Enquanto, pelos meios populares, não se fizer a sua organização legal, será o território regido pela administração provisória do mesmo território.

Tudo o que era publicado nos jornais impressos servia para influenciar as tomadas de decisões dos oponentes João Pessoa e José Pereira, como mostra o fragmento de uma carta escrita por João Pessoa ao primo Sr. Pessoa Filho, depois que o presidente paraibano enviou um emissário a Recife a fim de entender-se com o comandante da Região Militar, diante da falta de munição da polícia paraibana.

Paraíba, 25-3-1930, - Antonio. – Vamos lutando como Deus é servido: Sós, abandonados e desmuniados. [...] O choque decisivo está para qualquer destes dias. [...] Ainda hoje, *O Norte*, órgão perrepista, anuncia que caminhões acabam de chegar à Princesa, conduzindo 400 fardos de carne. [...] Hoje dou uma entrevista *A União*. Antes dei outra ao Diário de Pernambuco. Diz-me o efeito causado. Julguei prudente falar [...] (VIDAL, 1978, p. 131).

Ainda segundo o escritor Vidal (1978), oficiais do exército, cuja instituição militar está vinculada ao Governo Federal, comandado na época por Washington Luiz, e apoiado na Paraíba por José Pereira, acabavam por intimidar jornais impressos paraibanos, cuja linha editorial beneficiava João Pessoa.

As provocações dos soldados do Exército sucediam-se. *O Liberal* e *A União* eram rasgados em praça pública; lenços vermelhos usados por populares eram arrancados de seu poder violentamente; até as moças eram desrespeitadas. [...] Certa vez receberam os rapazes que dirigiam *O Liberal* um aviso dos soldados

de que pretendiam empastelar esse vespertino. Sua redação era no próprio escritório do órgão oficial [...] (VIDAL, 1978, p. 131).

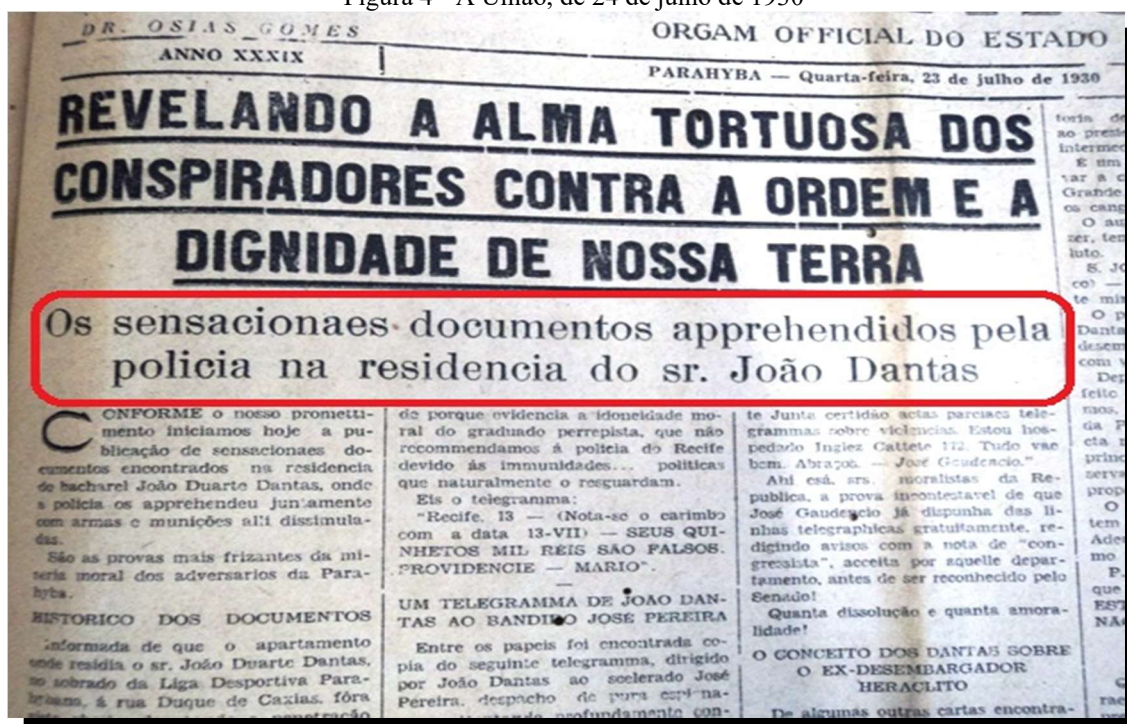
De acordo com Vidal (1978), até Eritácio Pessoa, após chegar da Europa, utilizou jornais impressos para demonstrar o apoio à entrada da Paraíba na chapa da Aliança Liberal, ao conceder uma famosa entrevista ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1929. Nesse episódio, Eritácio agiu de forma contrária às orientações que lhe foram repassadas.

Mas é evidente que não é possível falar na contribuição dos jornais impressos para com o desenrolar dos fatos da revolução na Paraíba sem mencionar o caso das *Cartas Íntimas* de João Dantas, advogado, adversário político de João Pessoa, aliado de José Pereira, ligado à história como o responsável por efetuar os disparos que mataram João Pessoa na Confeitaria da Glória em Recife, cuja atitude costuma ser mais atribuída a questões pessoais do que propriamente políticas.

Sabe-se que, durante a revolução, embates políticos foram travados através da imprensa entre João Dantas e João Pessoa, inclusive com ataques ao pai de João Dantas, Dr. Franklin Dantas, e outros familiares. Com ordens de João Pessoa, a polícia da Paraíba invadiu o escritório de João Dantas, na Capital do Estado, localizado a Rua Duque de Caxias, apropriando-se de cartas íntimas entre ele e a professora Anayde Beiriz. Após essa medida, diariamente o *Jornal A União* fazia suspense ao comentar sobre “documentos imorais” que haviam sido encontrados no escritório de João Dantas e que os interessados poderiam ter acesso ao material, na sede da polícia.

Segundo o livro *Órfãos da Revolução*, de Domingos Meirelles (2005), na época, em decorrência de uma reforma no Palácio do Governo, João Pessoa despachava em prédio defronte à sede de *A União*. Os mais íntimos de João Pessoa sabiam que nada era publicado no jornal oficial sem sua autorização. A correspondência veio a público dias depois da invasão, como podemos observar na publicação do *Jornal A União*, de 24 de julho de 1930:

Figura 4 - A União, de 24 de julho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Reconstituídos os acontecimentos de 1930, sob a ótica da comunicação, mais precisamente dos jornais impressos, observamos ainda como as redações jornalísticas serviram de cenário para o desenrolar dos acontecimentos e como os periódicos agendaram ações e contribuíram na tomada de decisões, a exemplo da morte de João Pessoa. Segundo o que consta na obra do escritor paraibano Vidal (1978), antes de viajar a Recife, João Pessoa fez questão de passar na redação do Jornal *A União* para colher exemplares do dia. Ao chegar à Capital pernambucana, João Pessoa manifestou o desejo de ir à redação do *Diário da Manhã*, com o objetivo de mandar fazer no atelier de gravura, diversos clichês para a edição especial de *A União*, comemorativa do primeiro aniversário do “Nego”.

Ainda de acordo com Vidal (1978), foi através do Jornal *A União* que João Dantas ficou sabendo da passagem de João Pessoa por Recife.

Ao tomar o bonde que o traria de volta a capital paraibana, e quando este se pôs em movimento, viu em mãos de um passageiro, seu vizinho, um exemplar de *A União*, do mesmo dia vinte e seis de julho, e conseguiu ler sob epígrafes ruidosas, que haviam arrombado um cofre que ele, respondente, deixara em sua residência na Paraíba, e dele haviam retirado cartas particulares e documentos íntimos que, por terem sido, como dizia o artigo, reputados imorais, deixavam de publicar; que em face de tal leitura, chegou ao cúmulo a sua indignação. E lendo também no mesmo jornal, quando o passageiro voltou à folha, que João Pessoa viera a esta capital naquele mesmo dia e que se demoraria poucas horas, sentiu ser demasiada afronta, saltando do bonde e

retornando a casa do seu cunhado onde armou-se de um revólver de sua propriedade (VIDAL, 1978, p. 347-348).

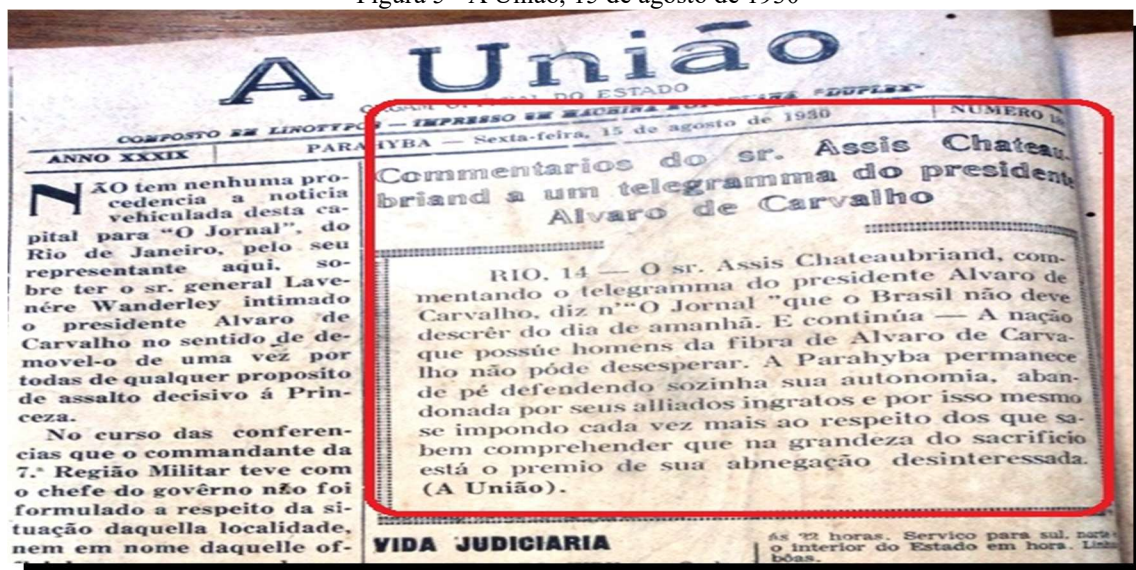
Ainda de acordo com Vidal (1978), antes de encontrar João Pessoa na Confeitaria da Glória e realizar o ato que planejava, João Dantas havia procurado o presidente da Paraíba no *Diário da Manhã*. Não o tendo encontrado, dirigiu-se ao Hotel Lusitano onde entregou a João Suassuna um artigo para ser publicado no *Jornal do Commercio*, solicitando ainda que o mesmo o lesse e submetesse a apreciação dos amigos, antes de mandá-lo a redação do jornal.

Levando tudo isso em consideração, é possível dizer que a ampla noticiabilidade da Revolução de 1930 se deve a diversos fatores, alguns deles já citados no presente trabalho, através do envolvimento de João Pessoa com a redação jornalística do periódico estatal *A União*, e do envolvimento de José Pereira com o *Jornal do Commercio* de Recife. Embora as publicações de ambos os jornais repercutissem em larga escala, gerando pauta para diversos outros periódicos nordestinos e até nacionais, os quais optavam pelas notícias convenientes as suas linhas editoriais e interesses, não podemos deixar de considerar que a repercussão dos acontecimentos da Paraíba em nível nacional se deu, também, através de outro elemento, caracterizado pelo império jornalístico do paraibano Assis Chateaubriand⁶⁴.

Grande colaborador do movimento armado de 1930, Chateaubriand apoiou a Aliança Liberal e ajudou a levar Getúlio Vargas ao poder, uma vez que a força de mobilização social dos *Diários Associados* se explicava pela quantidade de veículos de comunicação compreendidos ao longo dos anos. Um império que chegou a reunir 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal, uma revista mensal, revistas infantis e uma editora. Dessa forma, era comum ver reproduzido no *Jornal A União*, artigos, correspondências, cartas e notícias de Chateaubriand referente às investidas da Aliança Liberal no Brasil, conforme mostram os exemplares do dia 15 de agosto e do dia 05 de outubro de 1930, respectivamente:

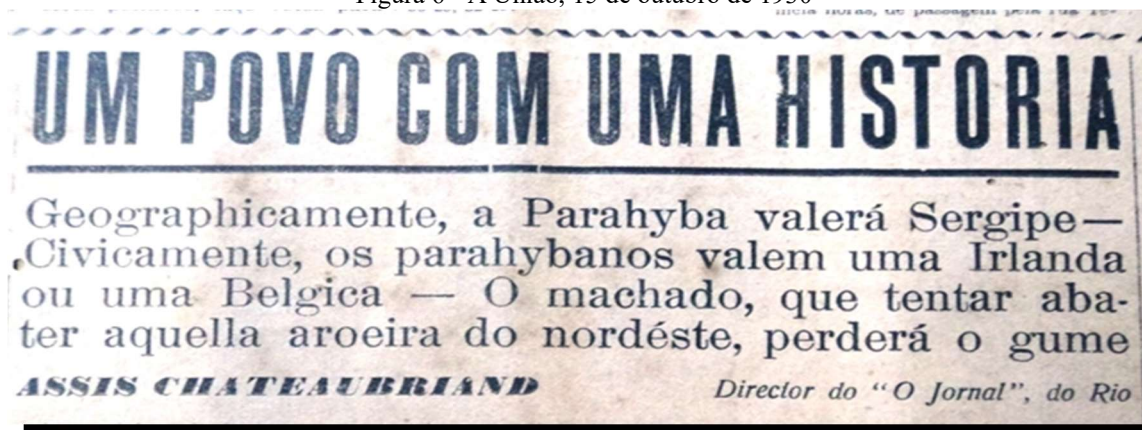
⁶⁴ Paraibano de Umbuzeiro, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, mais conhecido por Assis Chateaubriand ou por Chatô (depois da biografia de Fernando Morais), foi um dos homens mais influentes do Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Dono de um império jornalístico - os *Diários Associados* -, que chegou a reunir dezenas de jornais, revistas e estações de rádio, foi também pioneiro da televisão no Brasil, criando a TV Tupi em 1950. Com a Aliança Liberal, Chateaubriand apoiou o movimento revolucionário de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Durante o Estado Novo, conseguiu de Getúlio a promulgação de um decreto que lhe deu direito à guarda de uma filha, após a separação da mulher. Agia social e empresarialmente com uma ética própria: chantageou empresas, publicou poesias de anunciantes e irritou inimigos. Apesar disso, Chatô teve relações cordiais (e interesseiras) com pessoas influentes, como o conde Francisco Matarazzo, Alexander Mackenzie (presidente da Light & Power), o empresário americano Percival Farquhar e o próprio Getúlio Vargas. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/assis-chateaubriand.jhtm>. Acesso em 2 de novembro de 2011.

Figura 5 - A União, 15 de agosto de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

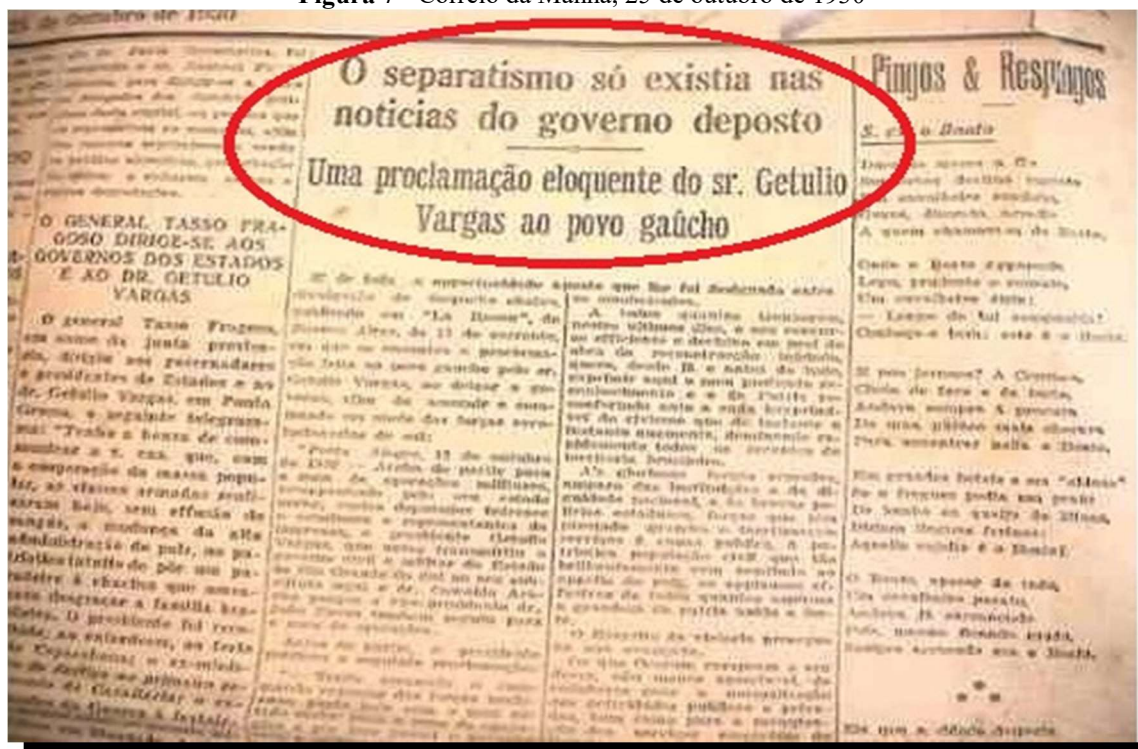
Figura 6 - A União, 15 de outubro de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Tão nítida foi a guerra ideológica travada entre os jornais impressos brasileiros durante a Revolta de 30 que mesmo após a morte de João Pessoa, a rendição de José Pereira e a restituição do *Território Livre de Princesa* ao território paraibano, o tipo de conteúdo que foi publicado durante o conflito continuou presente nos discursos das lideranças envolvidas diretamente no levante. Isso é possível observar no exemplar do *Jornal Correio da Manhã* do Rio de Janeiro de 25 de outubro de 1930, quando Getúlio Vargas, líder da Aliança Liberal, fala ao povo gaúcho sobre a tentativa de implementação de um suposto separatismo na Aliança Liberal, nas notícias difundidas por jornais, cuja linha editorial beneficiava o presidente Washington Luiz e o Governo Federal:

Figura 7 - Correio da Manhã, 25 de outubro de 1930



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira - Acervo Digital Correio da Manhã

De acordo com o professor de história e pesquisador paraibano, Lúcio Flávio Vasconcelos⁶⁵, em uma reportagem do jornal impresso *Correio da Paraíba*, em 25 de julho de 2010, a morte de João Pessoa só fortaleceu a contribuição da imprensa para com a causa aliancista, uma vez que a figura do mártir paraibano da revolução, como assim passou a ser chamado João Pessoa, foi amplamente explorada por Getúlio Vargas e Assis Chateaubriand, uma vez que o corpo do mesmo foi embalsamado e levado de navio para todos os portos, até chegar ao Rio de Janeiro. Uma estratégia midiática que se apropriou mais uma vez dos sentimentos políticos, através da comoção, em detrimento da derrubada da já fragilizada Política do Café com Leite.

⁶⁵ Lúcio Flávio Vasconcelos é Graduado em História pela UFPB, tem Mestrado e Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Departamento de História da UFPB e também Professor Orientador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB. Publicou os livros *História Política do Sendero Luminoso* (1998), *Guardiões da Ordem* (2001) e *América Latina: Entre a Civilização e Barbárie* (2005), todos lançados pela UFPB. Atualmente é debatedor no programa Conexão Master. Disponível em: <http://www.wscom.com.br/blog/lucioflavio/blog/page/6>. Acesso em dezembro de 2011.

3.7 A REVOLUÇÃO DIRETO DAS REDAÇÕES JORNALÍSTICAS

Informar e investigar fatos, conforme sugere o exercício da prática jornalística, não era suficiente para as redações de *A União* e do *Jornal do Commercio*, focadas em alimentar conspirações revolucionistas.

Travou-se uma guerra simbólica nas redações jornalísticas do Brasil, tendo como fonte as publicações de *A União* e do *Jornal do Commercio*, que acabavam por pautar periódicos nacionais que compartilhavam interesses aliancistas ou republicanos.

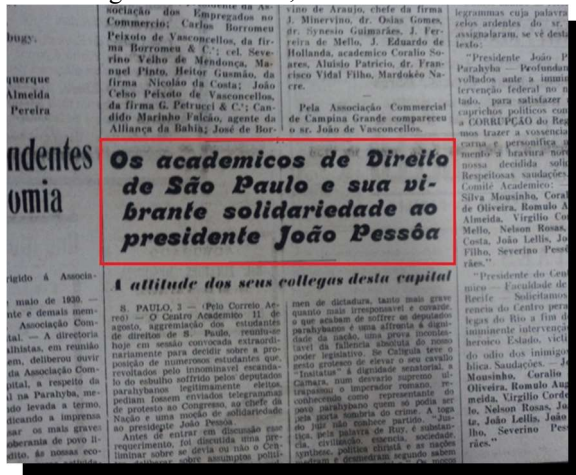
Adotado como ferramenta de guerra, o jornal *A União* buscou mostrar aos paraibanos e brasileiros o quanto o presidente João Pessoa estava correto em suas convicções, a partir de apoios, adesões e votos de solidariedade advindos de classes sociais, entidades religiosas, da população paraibana e da imprensa nacional, como observa-se nas publicações:

Figura 8 - A União, 8 de maio de 1930



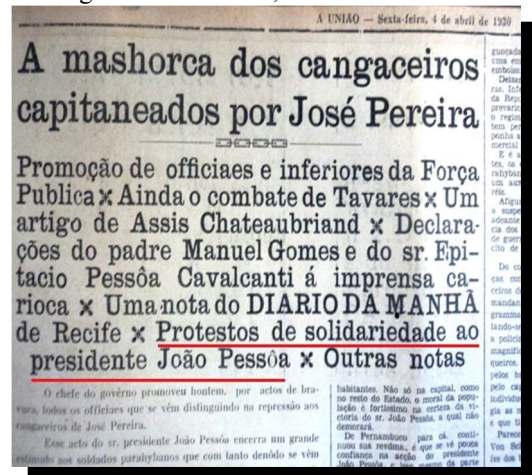
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 9 - A União, 8 de maio de 1930



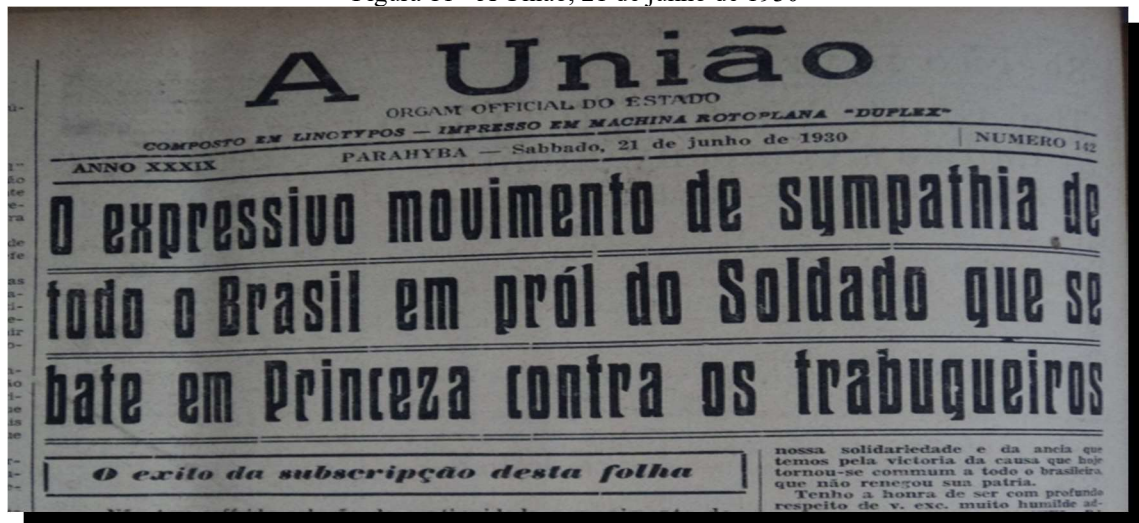
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 10 - A União, 4 de abril de 1930



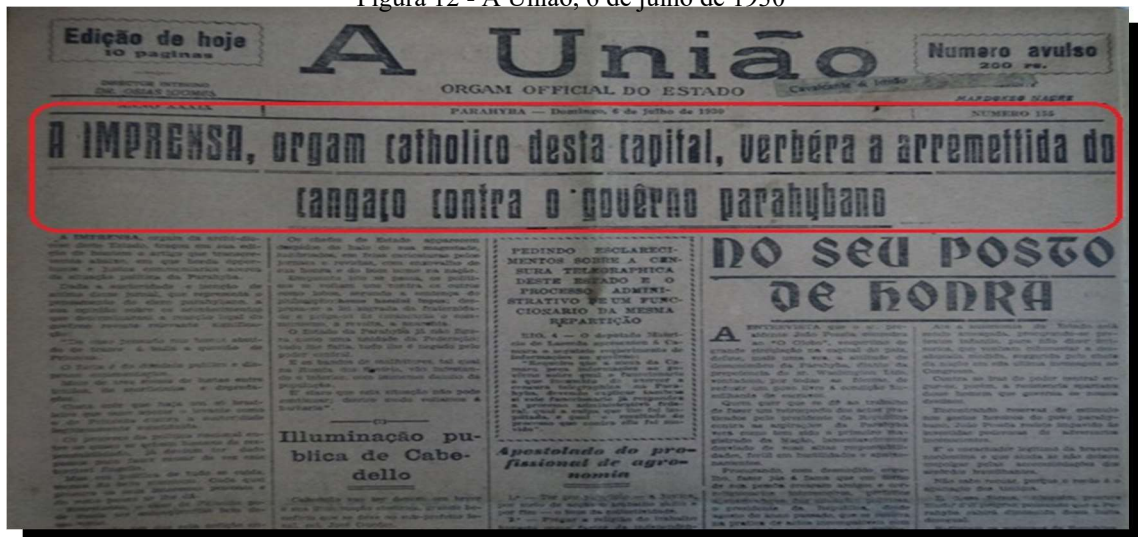
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 11 - A União, 21 de junho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

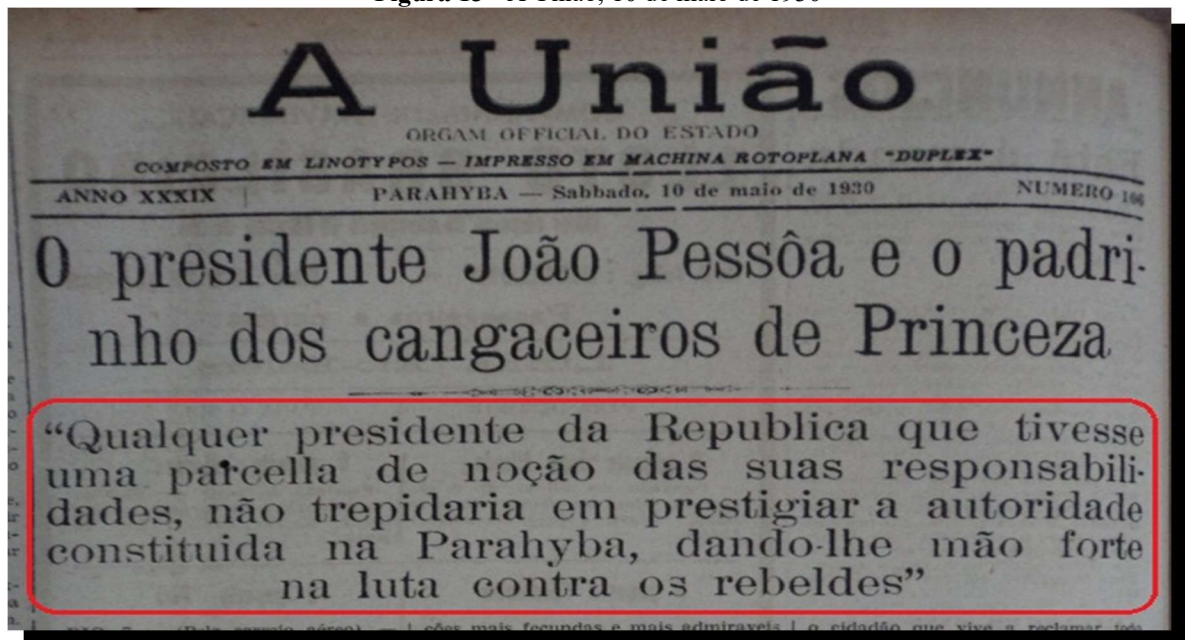
Figura 12 - A União, 6 de julho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

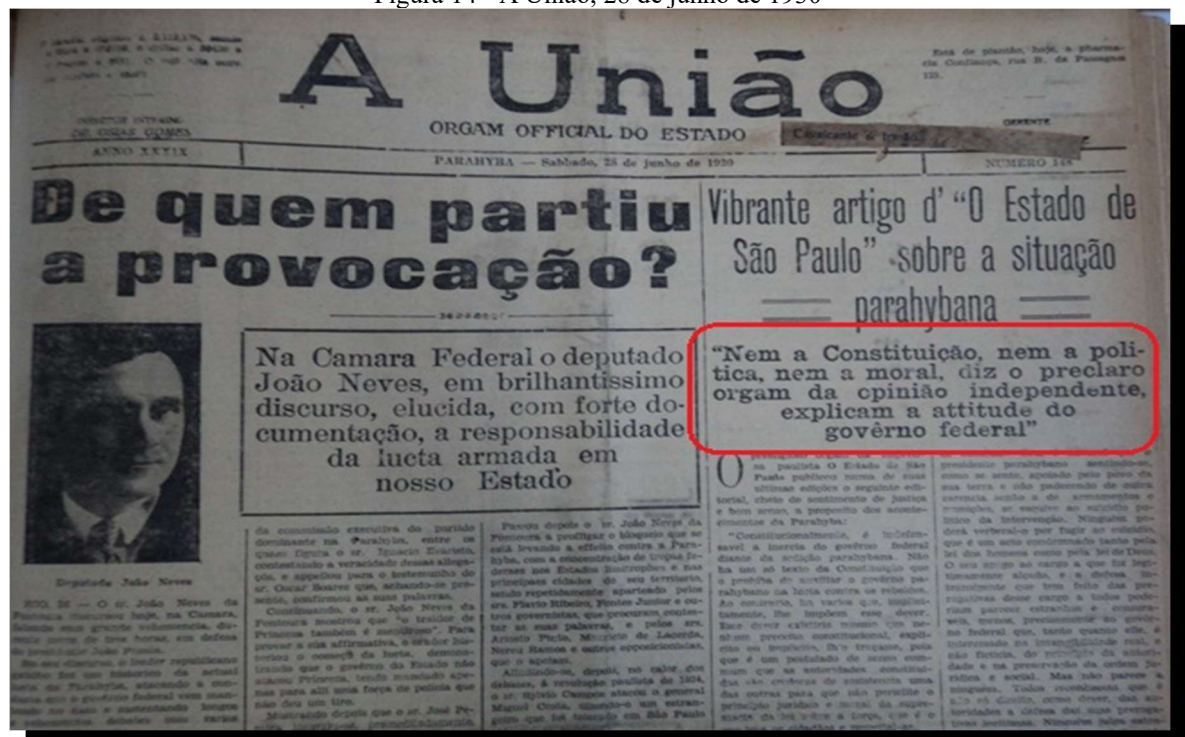
O jornal estatal também servia para intimidar o presidente da república Washington Luiz quanto ao financiamento da guerra de Princesa e a falta de atitude do Governo Federal para com José Pereira. Para o jornal *A União*, as tropas de José Pereira eram caracterizadas pelos requintes de crueldade e sempre estavam apreensivas, desanimadas e despreparadas, diante dos ataques e estratégias da polícia oficial, como podemos observar na sequência abaixo:

Figura 13 - A União, 10 de maio de 1930



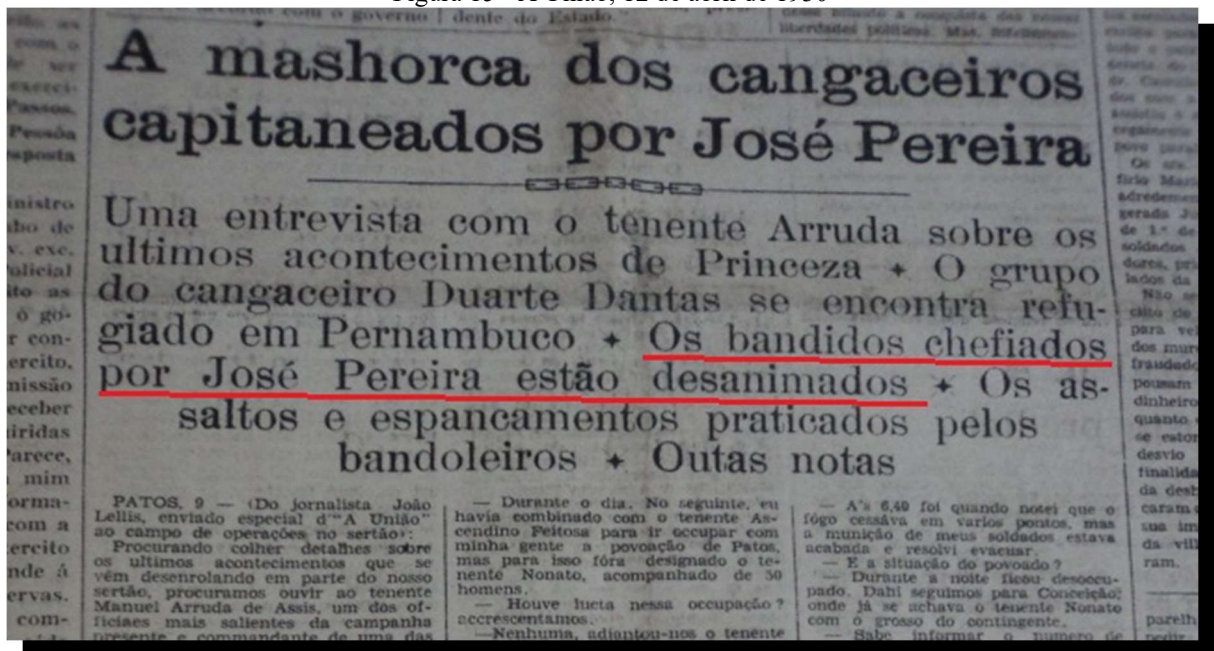
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 14 - A União, 28 de junho de 1930



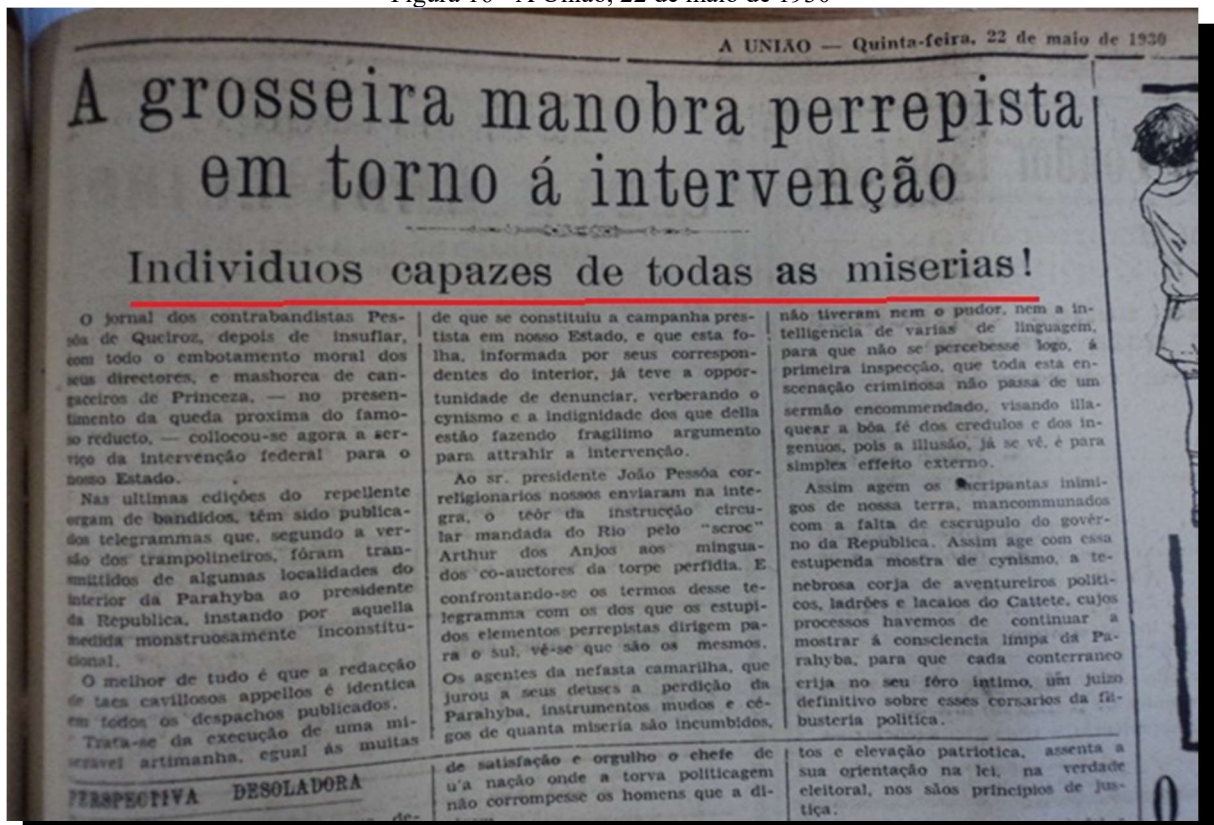
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 15 - A União, 12 de abril de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 16 - A União, 22 de maio de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Segundo *A União*, enquanto o desânimo tomava conta dos “bandidos” chefiados por José Pereira, as forças oficiais paraibanas dispunham de preparo, ânimo, vitórias e estratégias.

Eram verdadeiros heróis, que a cada dia chegavam mais perto de tomar Princesa e acabar com a revolta:

Figura 17 - A União, 8 de março de 1930



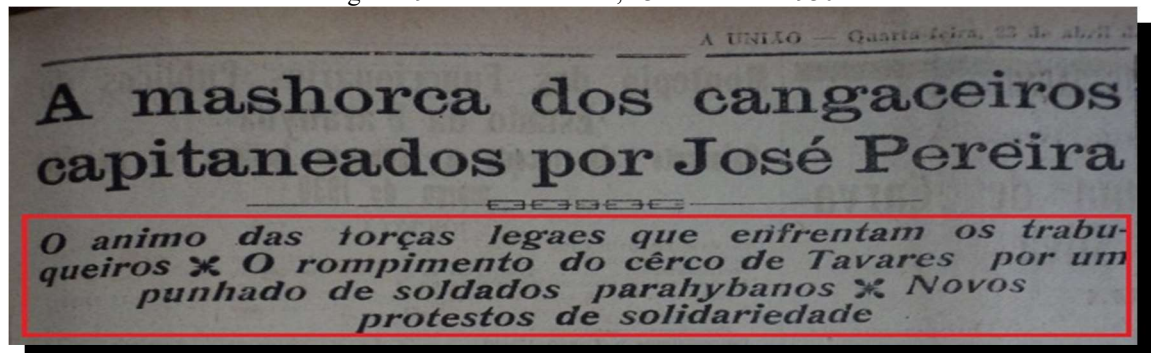
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 18 - A União, 11 de março de 1930



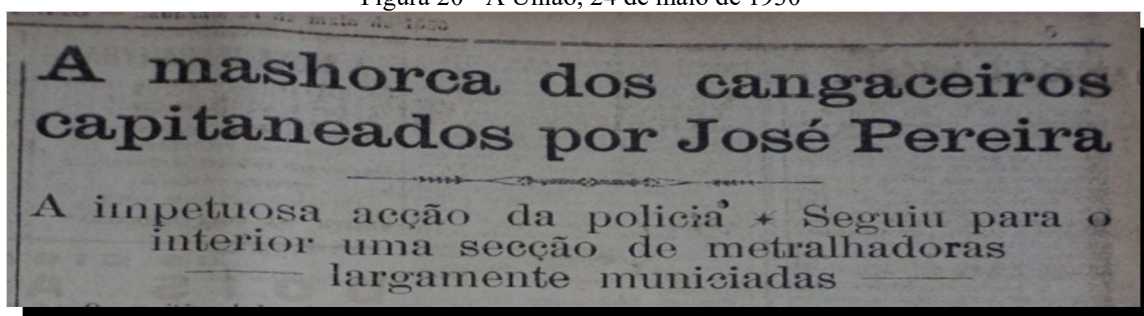
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 19 - Fonte: A União, 23 de abril de 1930



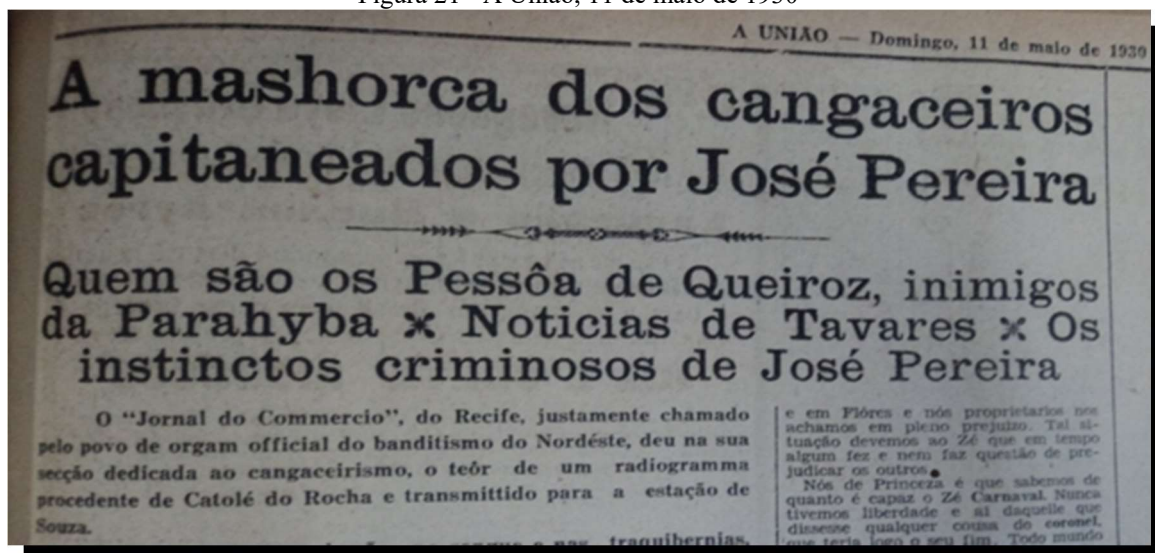
Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Figura 20 - A União, 24 de maio de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Recorrente também era a campanha de difamação ao coronel José Pereira e aos irmãos Pessoa de Queiroz de Recife, detentores do *Jornal do Commercio*:

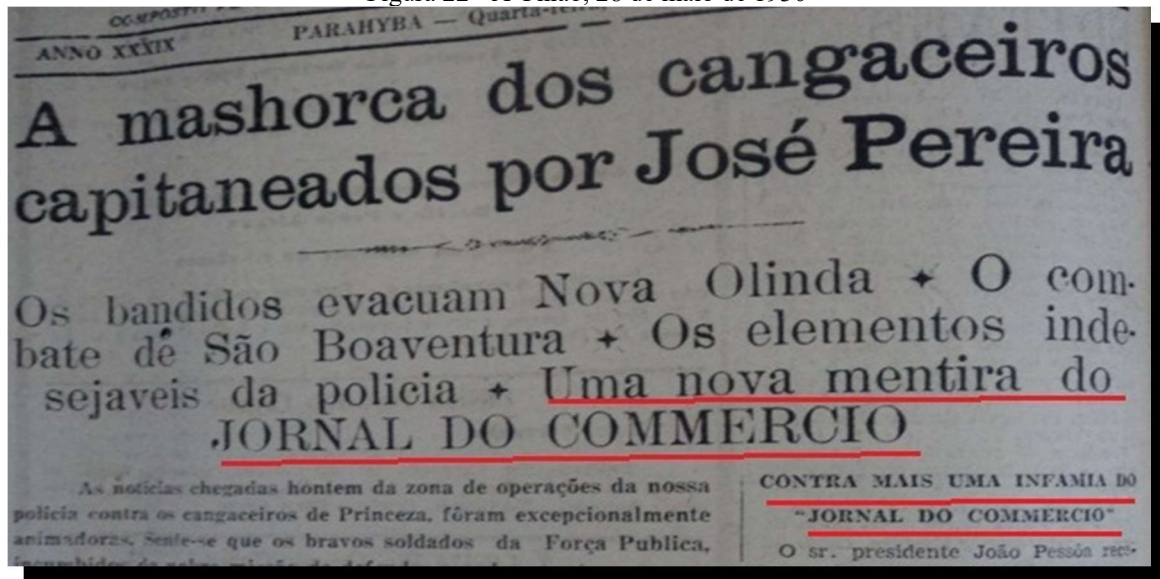
Figura 21 - A União, 11 de maio de 1930⁶⁶

Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Mas a campanha difamatória de *A União* tinha também o objetivo de desacreditar o que era publicado no *Jornal do Commercio*, como pode ser verificado nas edições de 28 de maio e 17 de julho de 1930:

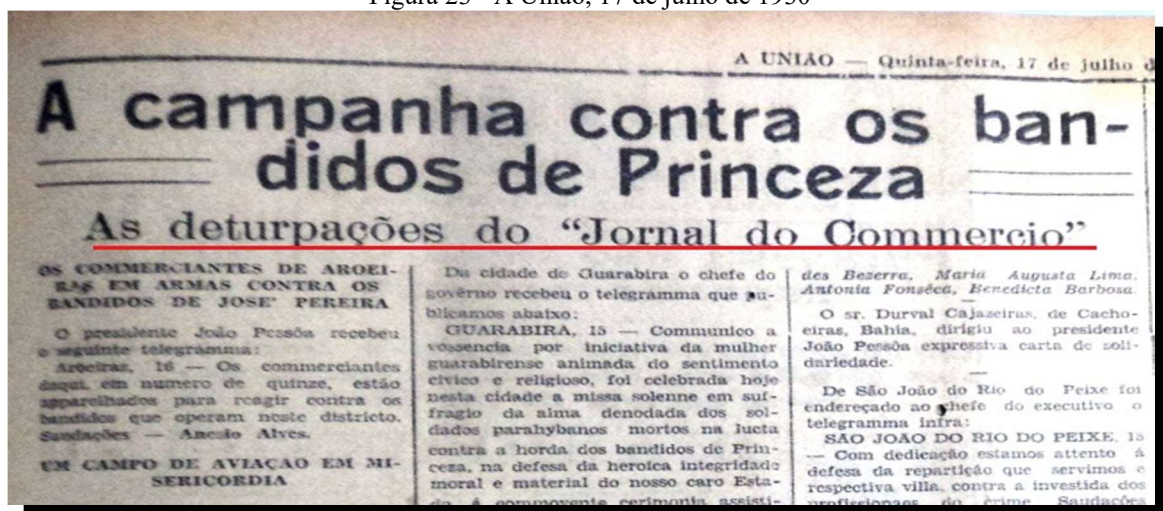
⁶⁶ Neste exemplar, o *Jornal do Commercio* de Recife é batizado por *A União* como órgão oficial do banditismo no Nordeste, cuja sessão dedicada ao cangaceirismo publicou o teor de um radiograma procedente de Catolé do Rocha e precedente a Sousa.

Figura 22 - A União, 28 de maio de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

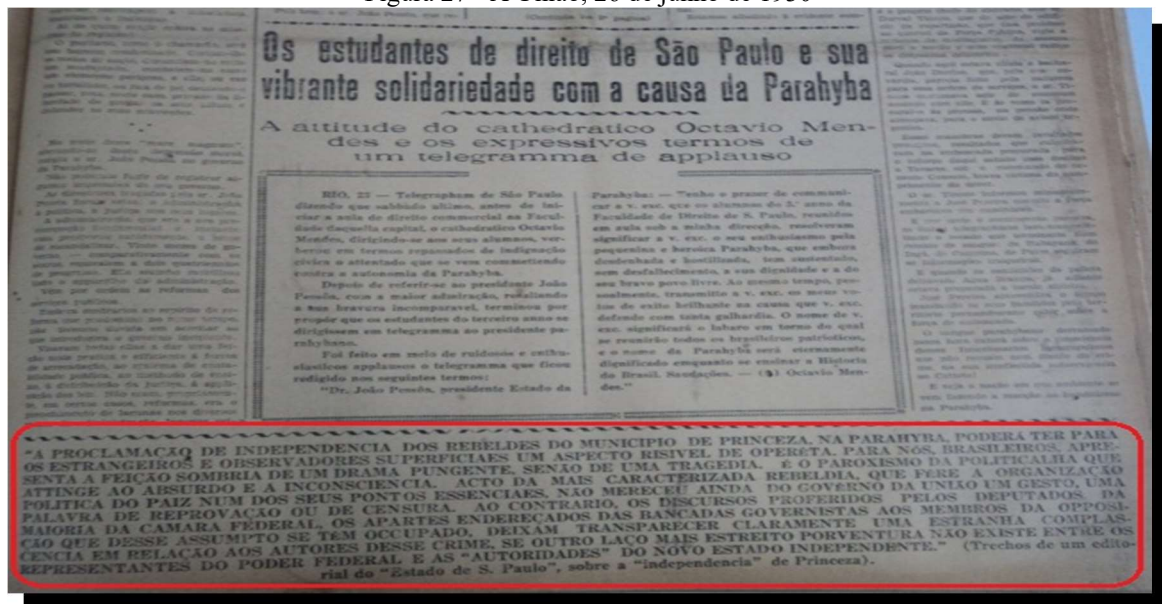
Figura 23 - A União, 17 de julho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

Também era comum ser publicado em *A União* depoimentos de princesenses sobre a revolta armada de Princesa, na tentativa de mostrar o quanto os próprios princesenses eram contrários, ou estavam sofrendo com as ações de seu chefe político:

Figura 27 - A União, 26 de junho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Casa de José Américo

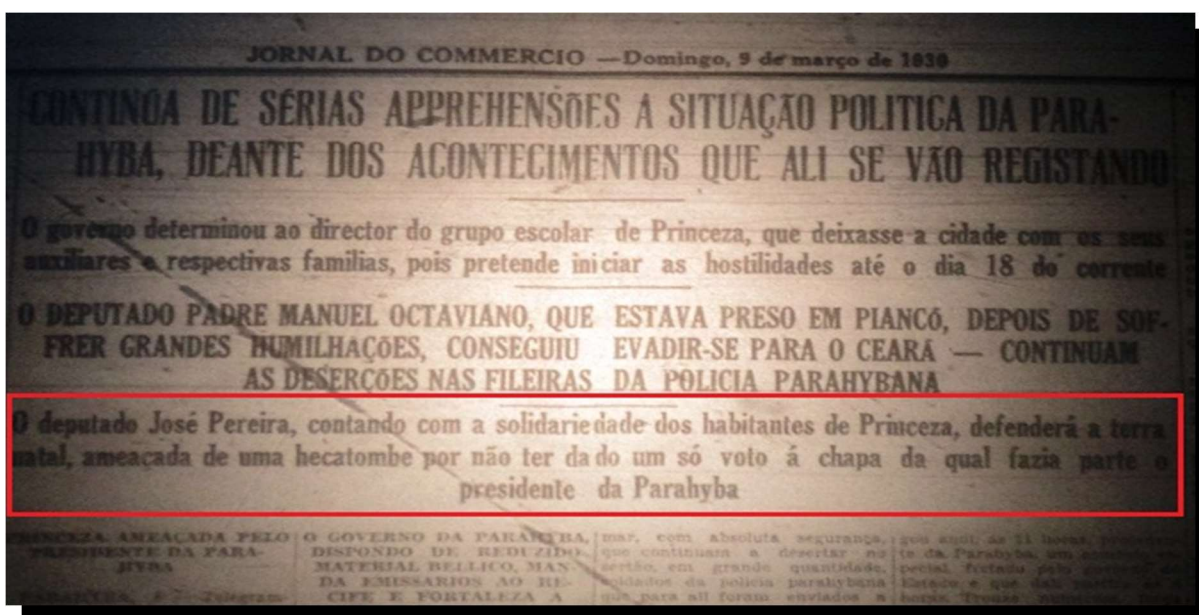
O trecho em destaque de *A União* é a transcrição de um editorial do jornal “*Estado de São Paulo*” publicado em 26 de junho de 1930 sobre a “Independência de Princesa”, com o seguinte teor:

A proclamação de independência dos rebeldes do município de Princesa, na Parahyba, poderá ter para os estrangeiros e observadores superficiais um aspecto risível de opereta. Para nós brasileiros, apresenta a feição sombria de um drama pungente, senão de uma tragédia. É o paroxismo da politicalha que attinge o absurdo e a inconsciência. Acto da mais caracterizada rebeldia, que fere a organização política do paiz, num dos seus pontos essenciaes, Não mereceu ainda do Governo da União um gesto, uma palavra de reprovação, ou de censura. Ao contrário, os discursos proferidos pelos deputados da maioria da Câmara Federal, os apartes endereçados das bancadas governistas aos membros da opposição que desse assumpto se tem occupado, deixam transparecer claramente uma estranha complacência em relação aos autores desse crime, se, outro laço, mais estreito por ventura não existe entre os representantes da Câmara Federal e as “autoridades” do novo Estado “independente”.

A campanha difamatória contra a revelia de Princesa contemplou ainda nos exemplares de *A União* a publicação de correspondências, entrevistas concedidas por João Pessoa a jornais nacionais, denotando o seu prestígio no país. Depoimentos de Epitácio Pessoa e Assis Chateaubriand, movimentos de amparo às famílias dos policiais paraibanos, convocações destinadas aos paraibanos para a luta contra o cangaceirismo de Princesa, difamação dos aliados de José Pereira, como João Suassuna e João Dantas, entre outras estratégias midiáticas.

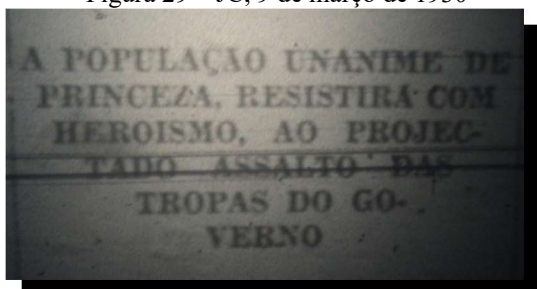
Todavia, não menos diferente fez o *Jornal do Commercio* de Pernambuco, colocando-se durante o governo de João Pessoa como voz dos princesenses e de José Pereira, diante das acusações e estratégias de João Pessoa, através de *A União*. Assim como o jornal estatal paraibano utilizava suas páginas para mostrar constantemente os apoios recebidos por João Pessoa, jogando a população de Princesa contra José Pereira, o *Jornal do Commercio* fazia questão de anunciar quando José Pereira recebia demonstrações de solidariedade ou adesões, principalmente dos princesenses:

Figura 28 - Jornal do Commercio, 9 de março de 1930⁶⁷



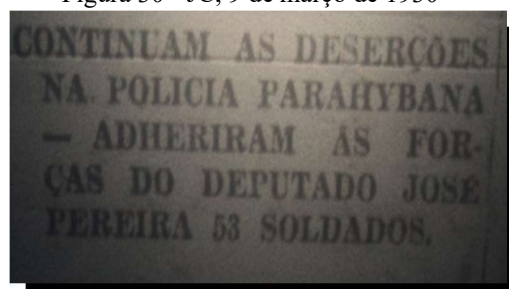
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 29 – JC, 9 de março de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 30 - JC, 9 de março de 1930

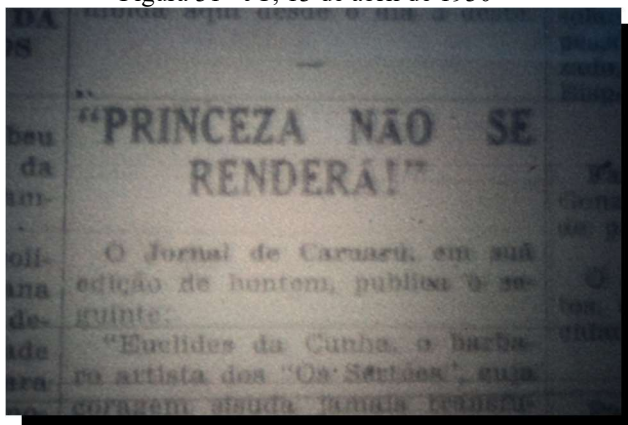


Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

⁶⁷ Transcrição do texto em destaque: “O deputado José Pereira, contando com a solidariedade dos habitantes de Princeza, defenderá a terra natal, ameaçada de uma hecatombe por não ter dado um só voto à chapa da qual fazia parte o presidente da Parahyba” (Jornal do Commercio, 9 de março de 1930).

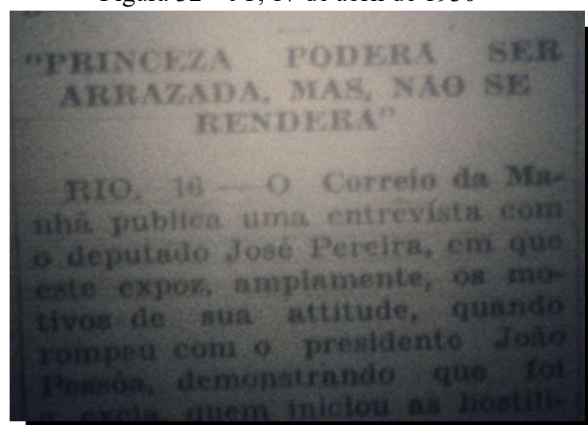
Enquanto *A União* mostrava a força da polícia paraibana e o desânimo das tropas de Princesa, o *Jornal do Commercio* fazia referências à invencibilidade dos soldados de José Pereira, de seu material bélico e da autoestima dos libertários:

Figura 31 - JC, 13 de abril de 1930



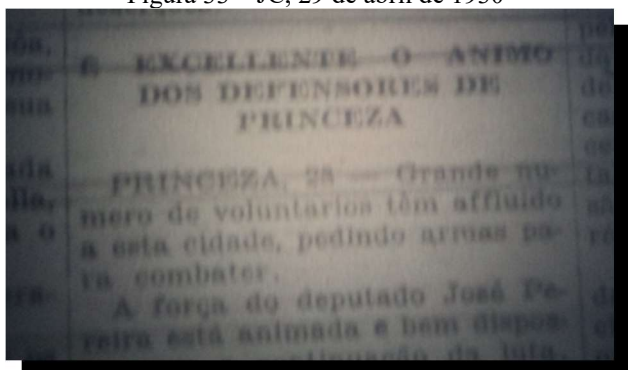
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 32 - JC, 17 de abril de 1930



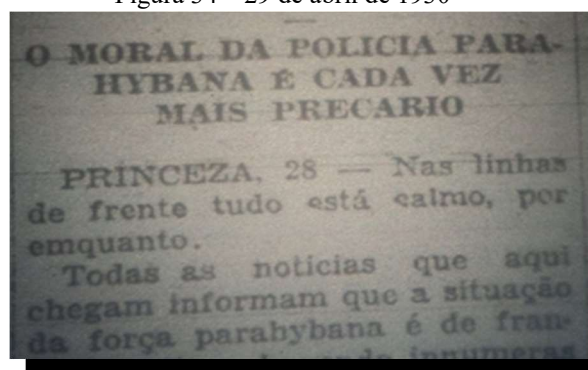
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 33 - JC, 29 de abril de 1930



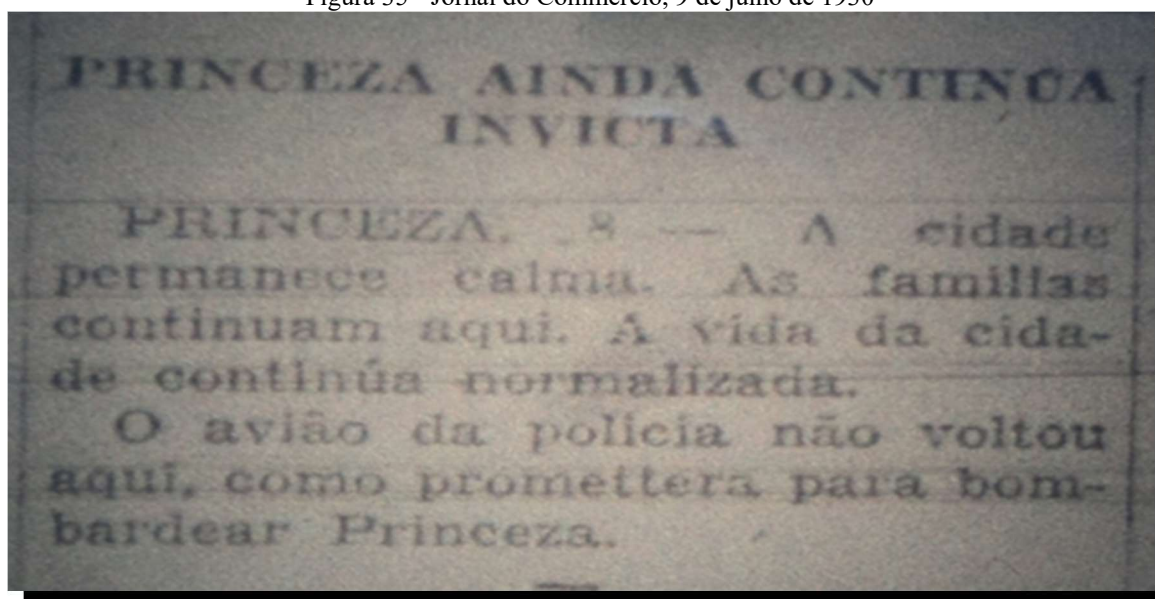
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 34 - 29 de abril de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

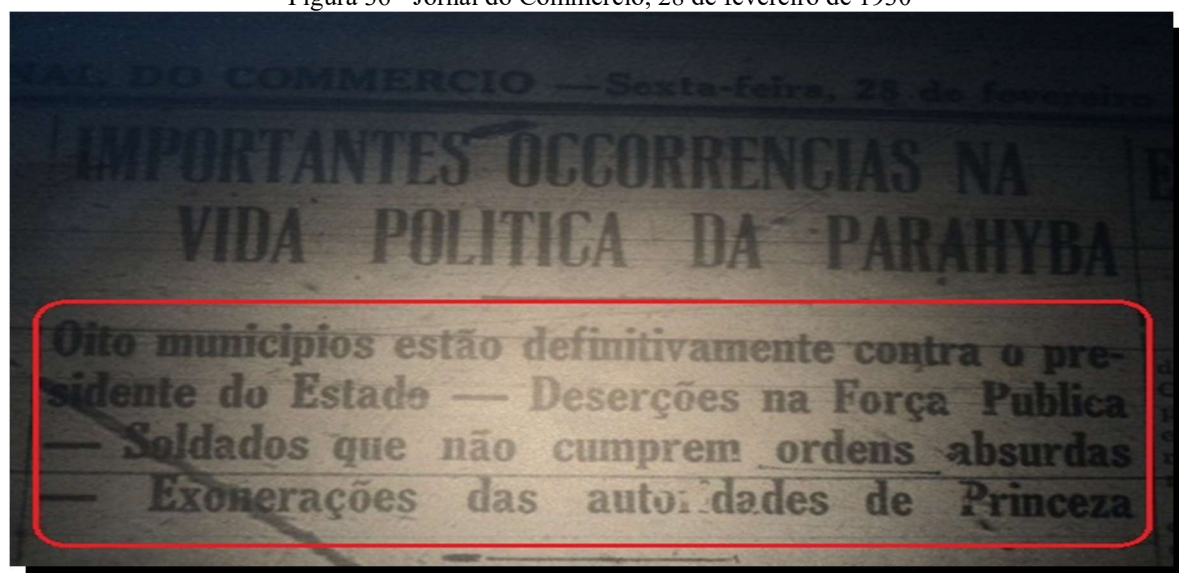
Figura 35 - Jornal do Commercio, 9 de julho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

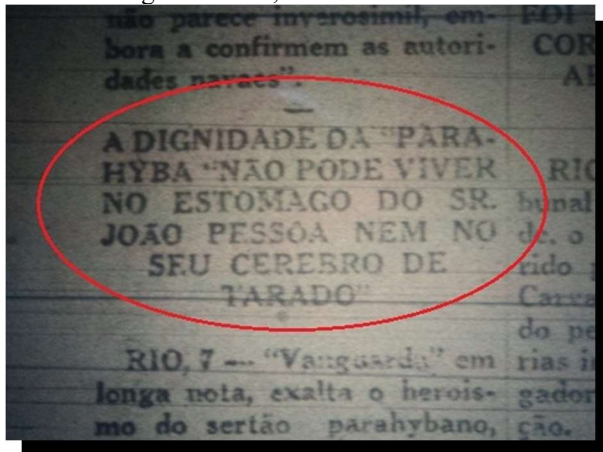
Assim como fazia *A União* com José Pereira, o *Jornal do Commercio* não hesitava em difundir uma campanha difamatória contra João Pessoa, como pode ser visto na sequência de publicações desse periódico:

Figura 36 - Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930



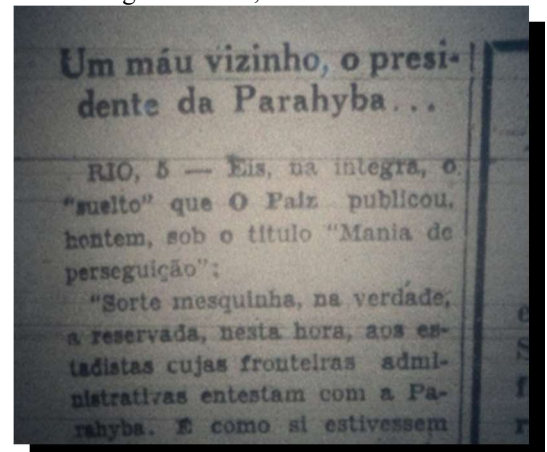
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 37 - JC, 8 de abril de 1930



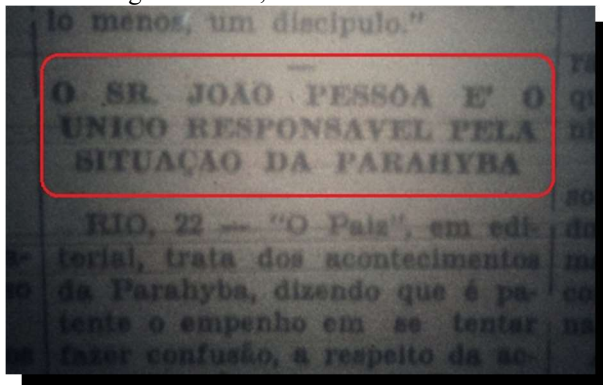
Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 38 - JC, 6 de abril de 1930



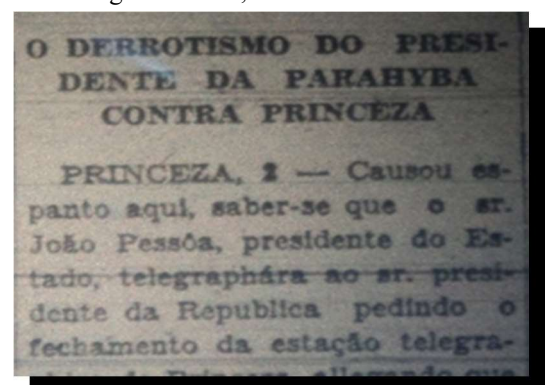
Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 39 - JC, 25 de abril de 1930



Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

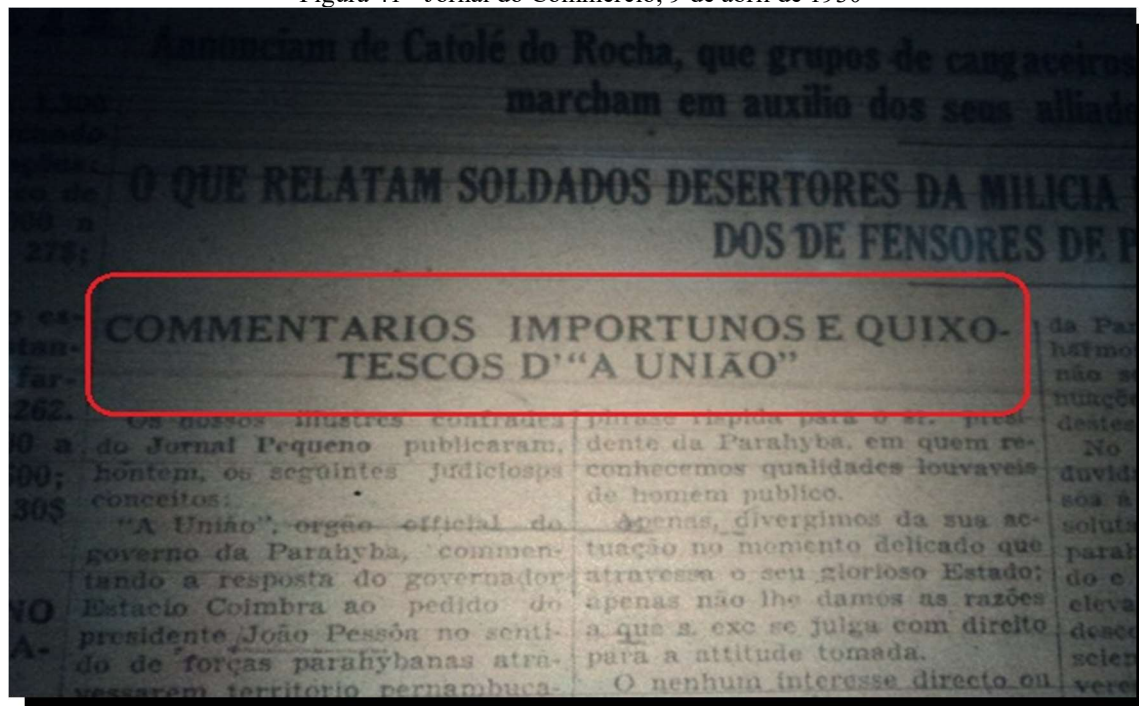
Figura 40 - JC, 3 de abril de 1930



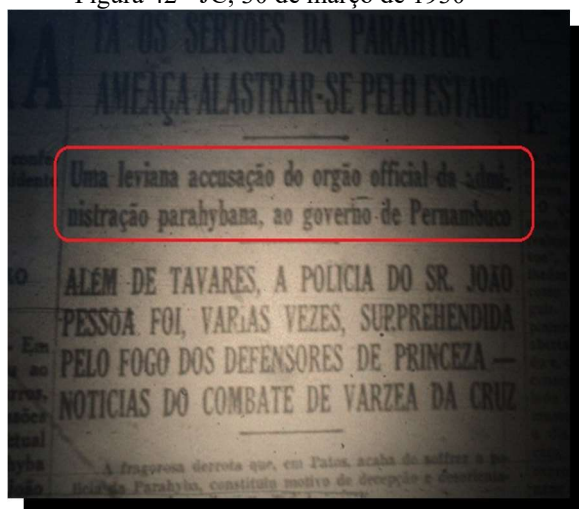
Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Todavia, descredibilizar João Pessoa não era o suficiente. O *Jornal do Commercio* tinha por objetivo tornar o que era publicado em *A União* motivo de desconfiança por parte de seus leitores, estabelecendo com o que chamava de “jornal pequeno”. Uma estratégia que fora repetida em vários exemplares num diálogo direto como pode ser visto nos trechos a seguir:

Figura 41 - Jornal do Commercio, 9 de abril de 1930

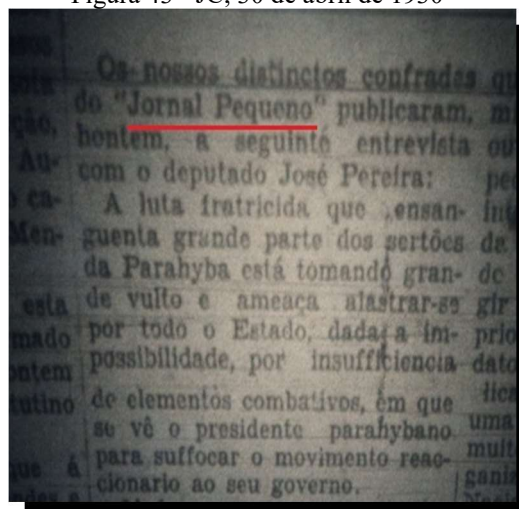


Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 42 - JC, 30 de março de 1930⁶⁸

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 43 - JC, 30 de abril de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Pelo que consta nas publicações do *Jornal do Commercio*, o editorial tentava responsabilizar João Pessoa por tudo de ruim que acontecia no interior da Paraíba, como podemos observar no texto transcrito do exemplar do jornal, em 12 de julho de 1930, onde mais uma vez se reafirma a tentativa de desacreditar *A União*:

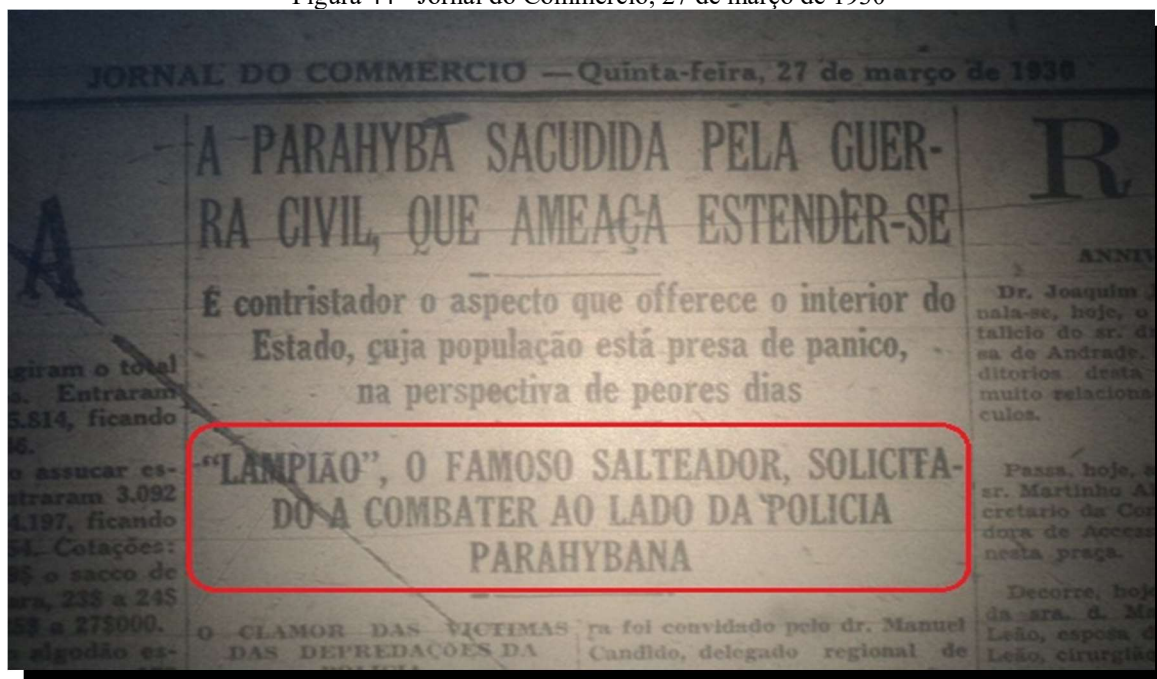
⁶⁸ O trecho em destaque no Jornal do Commercio, 30 de março de 1930, contém o seguinte teor: Uma leviana acusação do órgão oficial da administração parahybana, ao governo de Pernambuco

QUEIXE-SE O PRESIDENTE DE SI MESMO

PARAHYBA, 11 – Commenta-se aqui que o senhor João Pessoa, no seu jornal *A União* esteja estranhando e condemnando os assaltos, roubos e incêndios que proliferam no interior, quando se sabe que taes atentados são obra dos “povisérios”, que v. exc. incitou por intermédio dos seus commandantes de columnas

Não bastava o rebate de acusações e publicar entrevistas de José Pereira concedidas em veículos republicanos de circulação nacional, o *Jornal do Commercio* estrategicamente feria João Pessoa, da mesma forma que este utilizava a imprensa para associar as tropas de José Pereira ao cangaço. No exemplar de 27 de março de 1930, o *Jornal do Commercio* mostra quem de fato estava à procura de auxílio do cangaço⁶⁹:

Figura 44 - Jornal do Commercio, 27 de março de 1930



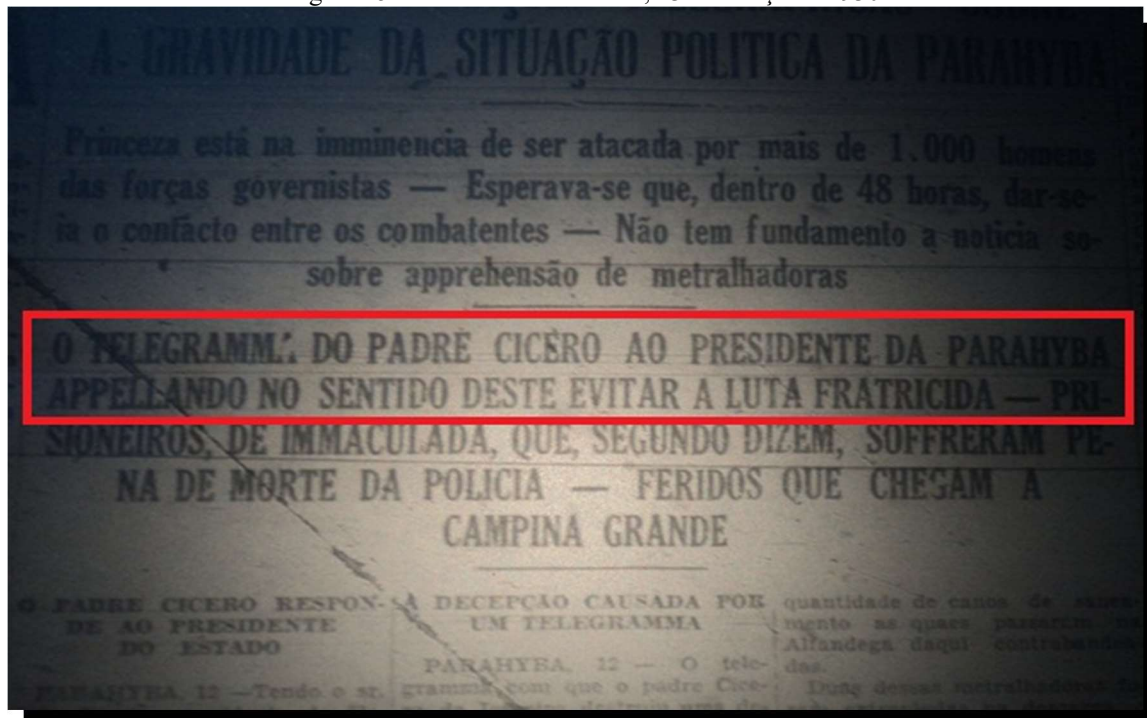
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Da mesma forma que tentava associar pessoas mal vistas na sociedade com João Pessoa, o *Jornal do Commercio* tentava mostrar que pessoas detentoras de admiração social apoiavam

⁶⁹ Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, nasceu em Serra Talhada - PE, sendo considerado o mais temido cangaceiro da história do cangaço no Nordeste. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/lampiao/lampiao.php>. Acesso em novembro de 2011.

José Pereira, como, por exemplo, o padre Cícero⁷⁰. No exemplar do dia 13 de março de 1930, é publicado um telegrama do padre fazendo um apelo a João Pessoa:

Figura 45 - Jornal do Commercio, 13 de março de 1930

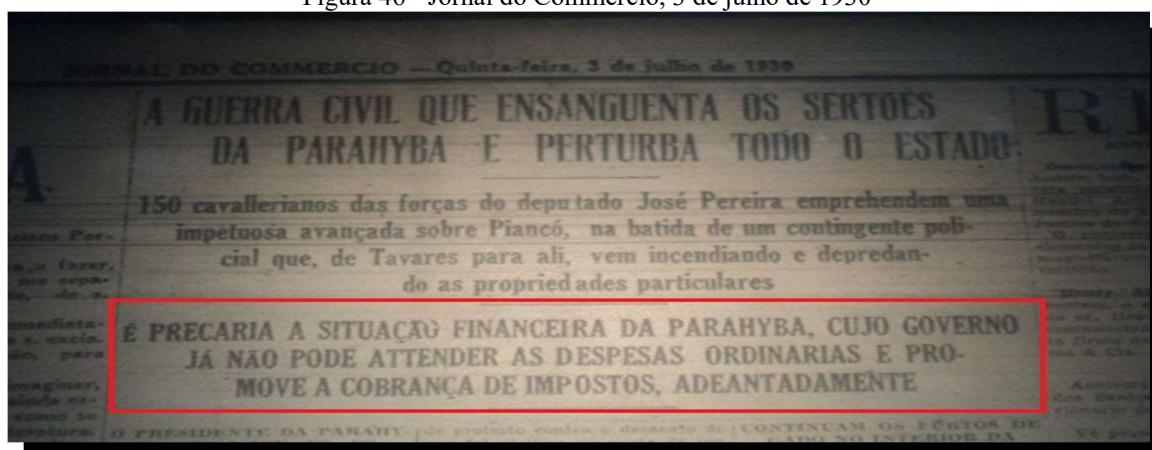


Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Mas a principal preocupação do *Jornal do Commercio* era mostrar o quanto a Paraíba estava sem rumos nas mãos de João Pessoa; como José Pereira estava confiante e tinha controle do que fazia, chegando a desafiar João Pessoa; como José Pereira tinha prestígio na mídia nacional, tornando-se uma figura não menos importante do que João Pessoa; e ainda como eram os relatos daqueles que lutaram para João Pessoa e desistiram no meio do caminho. Tudo isso pode ser visto no *Jornal do Commercio*, como mostram os exemplares abaixo, seguindo respectivamente aos conteúdos mencionados:

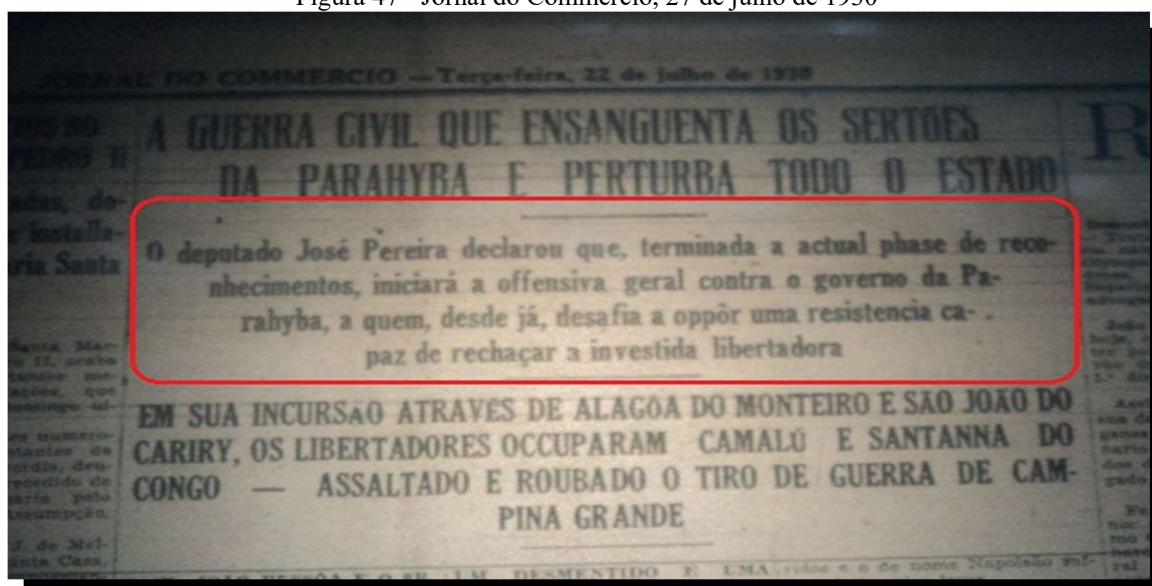
⁷⁰ Cícero Romão Batista nasceu em Crato - CE, em 24 de março de 1844, e faleceu em Juazeiro do Norte - CE, em 20 de julho de 1934. Foi um sacerdote católico brasileiro. Na devoção popular é conhecido como Padre Cícero ou Padim Ciço. Proprietário de terras, gado e dono de diversos imóveis, o Padre Cícero fazia parte da sociedade e política conservadora do sertão do Cariri. Tinha no médico Floro Bartolomeu seu braço direito e integrava o sistema político cearense que ficou sob o controle da família Accioli durante mais de duas décadas. Carismático, obteve grande prestígio e influência sobre a vida social, política e religiosa do Ceará e da Região Nordeste do Brasil. Disponível em: <http://diocesedecrato.org/padre-cicero-romao-batista/>. Acesso em 13 de agosto de 2019. Acesso em 13 de agosto de 2019.

Figura 46 - Jornal do Commercio, 3 de julho de 1930



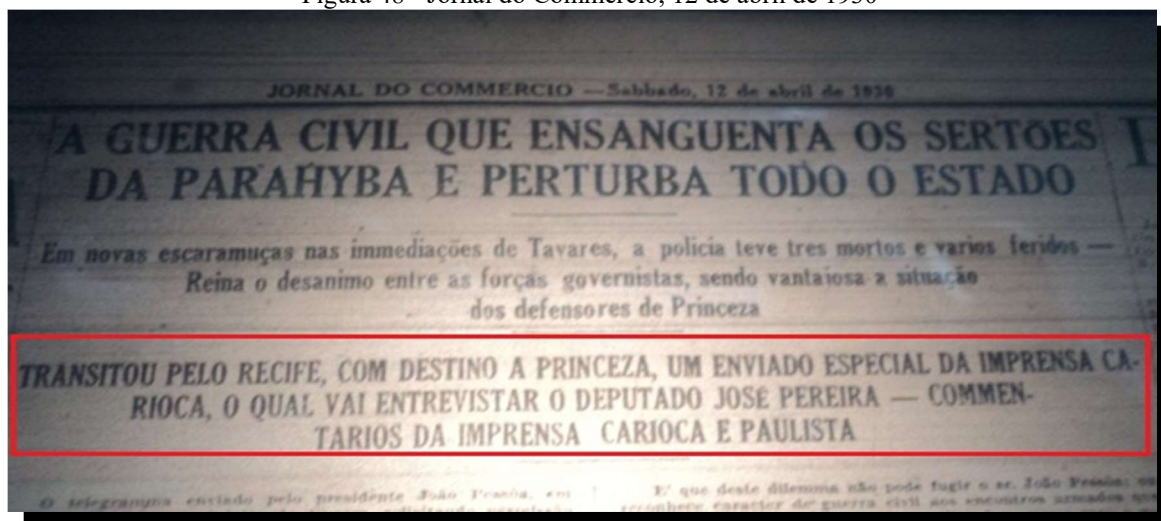
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 47 - Jornal do Commercio, 27 de julho de 1930



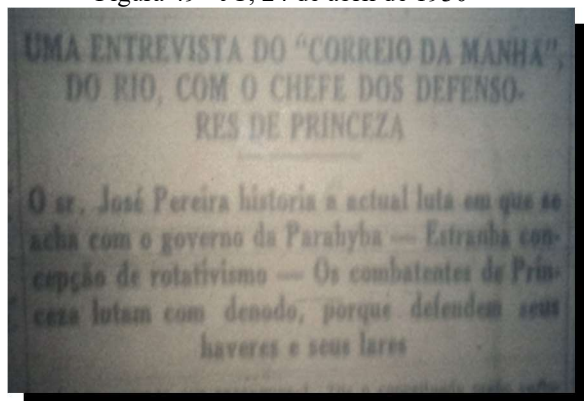
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 48 - Jornal do Commercio, 12 de abril de 1930



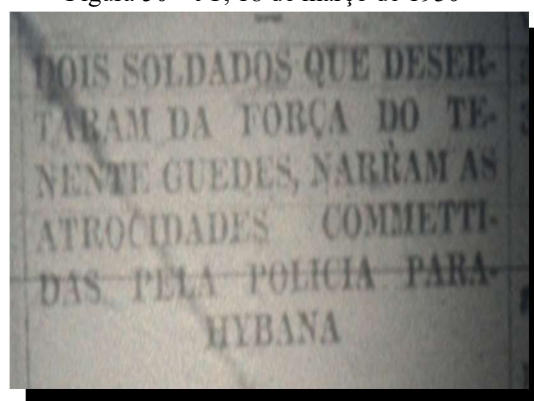
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 49 - JC, 24 de abril de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

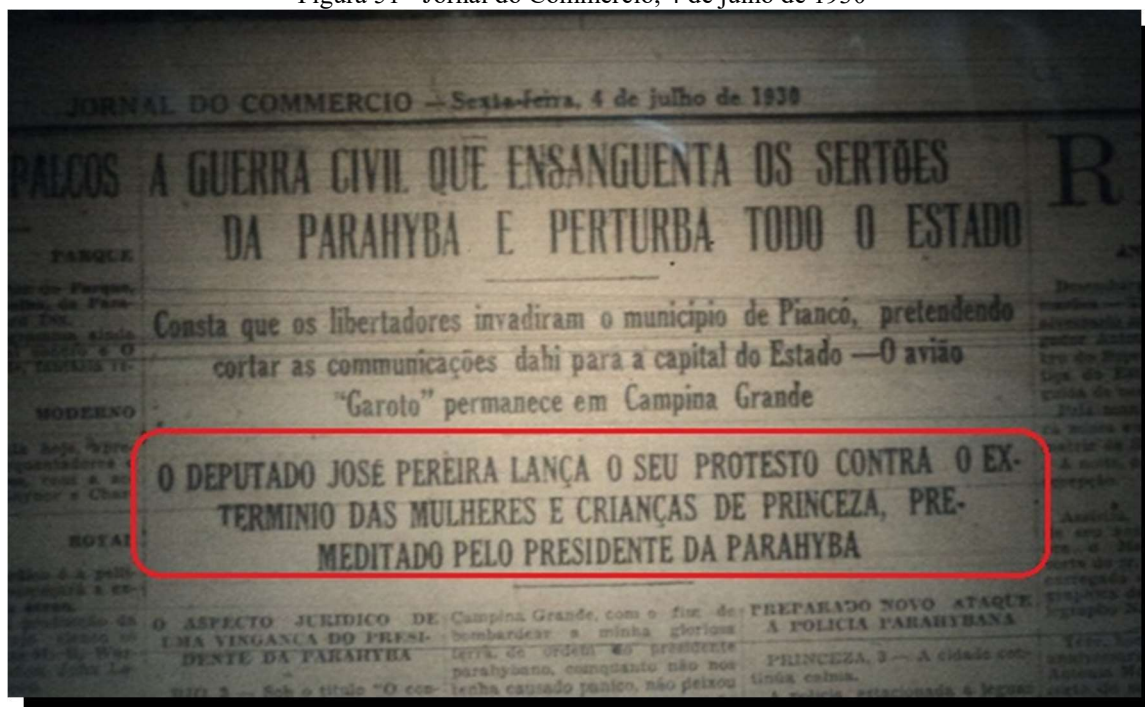
Figura 50 - JC, 18 de março de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

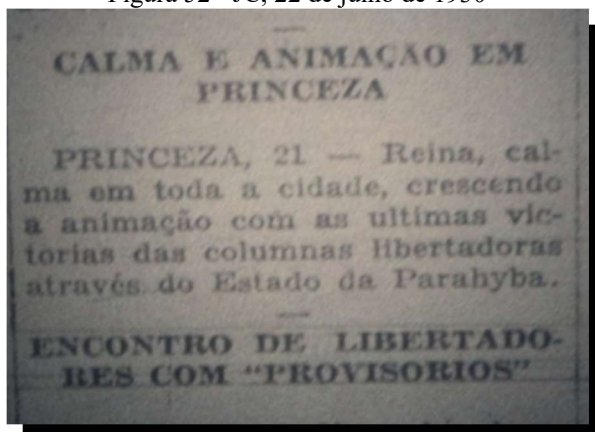
Foi essa a maneira de noticiar do *Jornal do Commercio*, sob a permissão dos irmãos Pessoa de Queiroz, durante o governo de João Pessoa. Tudo para mostrar o lado humano de José Pereira, dando-lhe o espaço midiático necessário para competir de igual com João Pessoa, oferecendo-lhe, através do periódico, o poder de convocação, expectativa de vitória e abalo psicológico ao adversário, necessário à luta, como podemos analisar no exemplar publicado em 4 e 22 de julho e 14 de março de 1930:

Figura 51 - Jornal do Commercio, 4 de julho de 1930



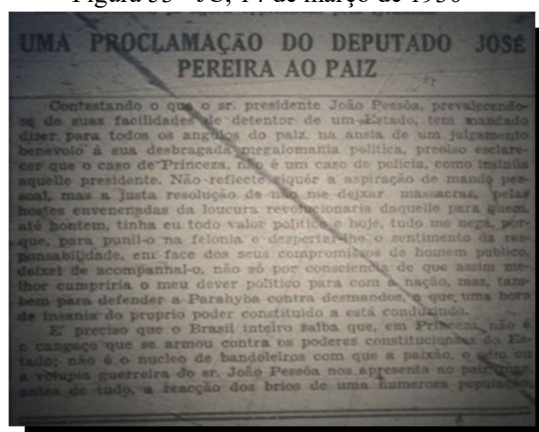
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 52 - JC, 22 de julho de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 53 - JC, 14 de março de 1930



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Podemos dizer que em 1930, durante o governo de João Pessoa na Paraíba, os jornais *A União* e o *Jornal do Commercio* não se preocuparam em oferecer condições para que os seus leitores tirassem suas próprias conclusões. Isso significava dizer que quem lesse o *Jornal do Commercio* faria uma leitura da revolução de Princesa, identificando como vilão o presidente João Pessoa, e, da mesma forma, quem lesse *A União* assimilaria que o grande mentor e causador de tamanho sofrimento na Paraíba era justamente o coronel José Pereira.

3.8 O EMBATE EDITORIAL NAS PUBLICAÇÕES

O espaço dedicado pelos jornais ao conflito foi levantado por Silva (2016a) que relacionou quantitativamente os dias em que os jornais fizeram referência a Princeza, a Parahyba, a José Pereira e a João Pessoa, entre fevereiro e julho de 1930, meses em que o conflito perdura.

Os números demonstram a disposição dos jornais em apoiar as partes envolvidas, servindo de munição para acalorar e confundir os ânimos. Além de tornarem-se meios para disseminação de tantas mensagens preconceituosas e antiéticas.

De acordo com Silva (2016a), entre fevereiro e julho de 1930, *A União* publica sessenta e duas notícias sobre o conflito armado. A autora justifica a ausência de análise nos exemplares do mês de janeiro de 1930 pelo fato do coronel José Pereira ainda não ter rompido oficialmente com João Pessoa, fato que só ocorre em fevereiro de 1930. Seguindo o mesmo raciocínio, a autora justifica a contabilidade até julho de 1930, devido à morte de João Pessoa, que encerra a luta armada e, por consequência, o interesse dos jornais na cobertura.

O mesmo ocorre com o *Jornal do Commercio*. Silva (2016a) constata entre fevereiro e julho de 1930 sessenta notícias envolvendo José Pereira, João Pessoa, Princeza e a Parahyba, justificando a ausência de análise nos exemplares do mês de janeiro de 1930, pelo fato do coronel José Pereira só romper oficialmente com João Pessoa em fevereiro de 1930.

Ainda de acordo com Silva (2016a), não constam nos acervos de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife – PE, os exemplares de maio e junho de 1930, pelo fato do *Jornal do Commercio* ter sido empastelado e ficado sem operar nesse período. A análise foca nos conteúdos até o mês de julho de 1930, quando João Pessoa é assassinado. Vejamos:

Quadro 1 – Jornal A União - Números

JORNAL A UNIÃO EM NÚMEROS	
MESES/1930	DIAS/EXEMPLARES
FEVEREIRO	01
MARÇO	09
ABRIL	09
MAIO	17
JUNHO	10
JULHO	16

Fonte: Silva (2016a)

Quadro 2 – Jornal do Commercio - Números

JORNAL DO COMMERCIO EM NÚMEROS	
MESES/1930	DIAS/EXEMPLARES
FEVEREIRO	02
MARÇO	17
ABRIL	24
MAIO	-
JUNHO	-
JULHO	17

Fonte: Silva (2016a)

Foi através de Silva (2016a) que esta análise vislumbrou um rico material empírico para aplicar as teorias e metodologias do imaginário. Elencados os termos que reforçam conceitos, estigmas e estereótipos, observam-se generalizações que macularam os princesenses, o coronel, o próprio João Pessoa e a Parahyba. A historiadora Inês Caminha (1981) corroborou em seus escritos:

Os dois periódicos, *A União* e *Jornal do Commercio* travaram intensas discussões a respeito da revolta, mostrando a força que eles tiveram nos discursos que criaram e legitimaram a insurreição armada. Na campanha do jornal *A União*, José Pereira era chamado de “truculento”, “cabeça de assassinos e ladrões”, “asqueroso e traidor”, “bronco e retardado mental”, e muito mais. João Suassuna era “João Tamboeira”; João Pessoa de Queiroz era o “famoso incendiário e contrabandista de Pernambuco [...]”; Duarte Dantas era “o vilão de Teixeira e cangaceiro pelos antecedentes até a terceira geração”. Os insultos eram respondidos na mesma moeda: o *Jornal do Commercio* publicou um artigo, intitulado “As voltas com um doido I – João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque”, era a resposta dos Dantas e dos Pessoa de Queiroz. O artigo teve continuidade com o “doido II e III”. Vale lembrar que Princesa estava sob o controle de José Pereira com apoio, jurídico e financeiro, dos Pessoa de Queiroz (CAMINHA, 1981, p. 63).

Em outros dois quadros, Silva (2016a) analisa os adjetivos mais utilizados pelos jornais quando referem-se aos protagonistas do conflito. A autora informa que no *Jornal do Commercio* José Pereira era noticiado como “deputado”, “chefe dos defensores de Princeza”, “líder dos libertários”, e os seus homens eram chamados de “tropa de José Pereira”, “libertadores”, “combatentes”, “soldados”, “forças do coronel José Pereira”, “forças libertadoras de Princeza”, e “defensores de Princeza”.

Enquanto isso, no Jornal *A União*, José Pereira e seus homens não passavam de “cangaceiros”, “perrepistas” e “bandidos,” conforme elenca Silva (2016a):

Quadro 3 – Jornal A União Termos/Manchetes

JORNAL A UNIÃO - TERMOS/MANCHETES – 1930	
TERMOS	MANCHETES
Cangaceiros de Princeza	“Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade da nossa terra”
Os bandidos	“A voz das classes independentes em defesa da autonomia da Parahyba!”
Mashorqueiros	“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira”
Cangaceiros de gravata	“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabuqueiros”

Facínoras	“Os assaltos e espancamentos praticados pelos bandoleiros”
Órgão Oficial do Banditismo! (Jornal do Commercio)	“Os bandidos chefiados por José Pereira estão desanimados”
Trabuqueiros	“A grosseira manobra perrepista em torno à intervenção”
Os rebeldes	“Indivíduos capazes de todas as misérias”
Bandidos do Nordeste	“Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o Sertão”
Perrepistas	“Os bandoleiros foram escorrasados em immaculada pela polícia parahybana”
Indivíduos	“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instintos criminosos de ‘Zé Pereira”
Conspiradores	“Quem são os Pessoa de Queiroz, inimigos da Parahyba?”
Tarados	“Os elementos indesejáveis da polícia”
Covil dos bandidos	“A campanha contra os bandidos de Princeza”
Covil dos cangaceiros	“A acção da polícia tentando combater os cangaceiros no interior”

Fonte: Silva (2016a)

Neste aspecto, é fundamental ter acesso ao tratamento dado pelo *Jornal do Commercio* a João Pessoa e Princeza, em consonância com os quadros de Silva (2016a):

Quadro 4 – Jornal do Commercio – Termos/Manchetes

JORNAL DO COMMERCIO – TERMOS/MANCHETES - 1930	
“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo”	“O moral da polícia parahybana é cada vez mais precário”
“Oito municípios estão contra o presidente do Estado”	“Soldados que não cumprem ordens absurdas”
“Queixe-se o presidente de si mesmo”	“Um mau vizinho... o presidente da Parahyba”
“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba”	“O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza”
“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado”	“É contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico, na perspectiva de peores dias”
“A Parahyba sacudida pela guerra civil que ameaça estender-se”	“A gravidade da situação política da Parahyba”
“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia”	“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado”

“Dois soldados que deserdaram (...) narram as atrocidades cometidas pela polícia parahybana”	“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba”
--	--

Fonte: Silva (2016a)

Através da análise de Silva (2016a), escancaram-se práticas de parcialidade em uma imprensa que mina o nativismo, a autoestima e o pertencimento de princesenses e paraibanos, pela constante ridicularização e tom vexatório das coberturas. Tantas generalizações construiu estereótipos a partir de mensagens injustas, preconceituosas e difamatórias, sem apuração ou compromisso com a comprovação das mensagens:

A forma como Princesa Isabel foi noticiada, oscilou entre narrativas de caráter positivo e negativo, o que pode explicar o enfraquecimento da identidade dos princesenses para com o marco histórico, justificando ainda a falta de compreensão, dificuldade de assimilação e ausência de popularização para com a história local. Tal condição de negação, ressentimentos e mesmo de distanciamento por parte de parcela dos princesenses, revelam a força transformadora dos sentimentos quando estes permeiam a esfera política (SILVA, 2016a, p. 97).

A pesquisa de Silva (2016a) mobiliza novas discursões que perpassam pela implementação do jornalismo no Brasil considerando as rotinas produtivas das redações, os critérios definidos para que um fato torne-se noticiável, mais que isso, a possibilidade de identificar valores e atributos que classifiquem subjetivamente tudo que é publicado. Uma contribuição, a partir de uma metodologia própria do jornalismo, capaz de elencar o semantismo por trás de toda objetividade e concretude da narrativa noticiosa, abrindo ainda mais caminhos para a manifestações de imagens mentais.

3.9 VALORES-NOTÍCIA: OS ATRIBUTOS SENSÍVEIS QUE MANIFESTAM IMAGENS SIMBÓLICAS

Até que houvesse a socioprofissionalização da informação por parte do jornalismo, que chama para si a responsabilidade de identificar, definir e afirmar quais fatos possuem atributos suficientes para serem tratados como notícia em meio aos milhares de acontecimentos da agenda pública, a imprensa atua sem qualquer diretriz ética ou editorial.

A consolidação das redações jornalísticas enquanto modelo de negócio e a venda de notícias fez com que os consumidores de informação ficassem mais exigentes e cobrassem dessas redações mais agilidade e qualidade nos conteúdos informativos, opinativos e interpretativos comercializados pelos jornais.

As rotinas produtivas foram estruturadas e funções surgiram nas redações jornalísticas com a responsabilidade de filtrar e analisar os fatos garantindo furos, sem menosprezar a importância das apurações. Apesar da natureza objetiva, os encargos simbólicos e imagens mentais fabricados nas próprias circunstâncias do processo de produção das notícias passaram a incentivar pesquisadores e comunicólogos a estruturar critérios de noticiabilidade e valores-notícias.

E sobre os percursos da produção da notícia, cujas influências acompanham todo o processo, Wolf (2003) considera que a noticiabilidade é construída por um complexo de requisitos sejam eles do ponto de vista da estrutura do trabalho, dos aparatos tecnológicos, do profissionalismo e até do estado emocional dos jornalistas. Com esse raciocínio, como estariam, por exemplo, os ânimos de quem produzia informações em *A União* e do *Jornal no Commercio* no calor da Revolução de 1930.

[...] os valores/notícia são qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo (GOLDING E ELLIOT *apud* WOLF, 2003 *apud* SILVA, 2005c, p. 99).

Ao incitar precedentes que permitam estudos mais profundos do sensível em conteúdos jornalísticos, faz-se necessário, antes mesmo de aplicar as teorias e metodologias do imaginário, revisitar a classificação elaborada por Silva (2017b) que revela que atributos e valores-notícias existentes nas manchetes acabam por compor o arcabouço empírico da presente análise.

Vale ressaltar que Silva (2017b) adotou a classificação utilizada pela pesquisadora Érica Frazon, em 2004, rerepresentada e modificada por Gislene Silva em 2005. A autora revela que Silva (2005c) sistematizou as contribuições de todos os autores da história, que estabeleceram elencos de valores-notícia identificáveis em textos jornalísticos, conforme mostram os quadros:

Quadro 5 – Elencos de Valores-Notícias

ELENCOS DE VALORES-NOTÍCIAS	
Stieler	Novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
Lippman	Clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Bond	Referente à pessoa de destaque ou personagem público (proeminência); incomum (raridade); referente ao governo (interesse nacional); que afeta o bolso (interesse pessoal/econômico); injustiça que provoca indignação (injustiça); grandes perdas de vida ou bens (catástrofe); consequências universais (interesse universal); que provoca emoção (drama); de interesse de grande número de pessoas (número de pessoas afetadas); grandes somas (grande quantia de dinheiro); descoberta de qualquer setor (descobertas/invenções) e assassinato (crime/violência).
Galtung e Ruge	Frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.
Golding-Elliot	Drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.
Gans	Importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.
Warren	Atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.
Hetherington	Importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.
Shoemaker et al	Oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito /polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raro.
Wolf	Importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.
Erbolato	Proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências.
Chaparro	Atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.
Lage	Proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.

Fonte: (Silva, 2005c)

Quadro 6 – Proposta de Valores-Notícia para análises

PROPOSTA DE VALORES-NOTÍCIA PARA OPERACIONALIZAR ANÁLISES DE ACONTECIMENTOS NOTICIÁVEIS/NOTICIADOS	
IMPACTO Número de pessoas envolvidas (no fato); número de pessoas afetadas (pelo fato); grandes quantias (dinheiro).	PROEMINÊNCIA Notoriedade; celebridade; posição hierárquica; elite (indivíduo, instituição, país); sucesso/herói.
CONFLITO Guerra; rivalidade; disputa; briga; greve; reivindicação.	ENTRETENIMENTO/CURIOSIDADE Aventura; divertimento; esporte; comemoração.
POLÊMICA Controvérsia; escândalo.	CONHECIMENTO/CULTURA Descobertas; invenções; pesquisas; progresso; atividades e valores culturais; religião.
RARIDADE Incomum; original; inusitado.	PROXIMIDADE Geográfica; cultural.
SURPRESA Inesperado.	GOVERNO Interesse nacional; decisões e medidas; inaugurações; eleições; viagens; pronunciamentos.
TRAGÉDIA/DRAMA Catástrofe; acidente; risco de morte e morte; violência/crime; suspense; emoção; interesse humano.	JUSTIÇA Julgamentos; denúncias; investigações; apreensões; decisões judiciais; crimes.

Fonte: (Silva, 2005c)

A partir desse aparato metodológico, Silva (2017b) descobre os valores-notícias de maior incidência nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio*, conforme mostram os quadros:

Quadro 7 – Valor-Notícia no Jornal A União - 1930

VALOR-NOTÍCIA NO JORNAL A UNIÃO DA PARAÍBA – 1930	
MANCHETES	VALOR-NOTÍCIA
“Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade da nossa terra” A União, 24 de julho de 1930	Conhecimento/Cultura Governo Conflito Proximidade
“A voz das classes independentes em defesa da autonomia da Parahyba!” A União, 8 de maio de 1930	Proeminência Conflito Governo
“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira” A União, 4 de abril de 1930	Proeminência
“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabuqueiros” A União, 21 de junho de 1930	Impacto Conflito Tragédia/Drama Proeminência Governo
“A grosseira manobra perrepista em torno à intervenção” A União, 22 de maio de 1930	Surpresa Tragédia/Drama
“Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o Sertão” A União, 8 de março de 1930	Proeminência Proximidade Conflito
“Os bandoleiros foram escorrasados em immaculada pela polícia parahybana” A União, 11 de março de 1930	Conflito Proeminência Proximidade Governo
“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instintos criminosos de ‘Zé Pereira’” A União, 11 de maio de 1930	Justiça Proximidade Tragédia/Drama
“Quem são os Pessoa de Queiroz, inimigos da Parahyba?” A União, 11 de maio de 1930	Justiça Governo
“Os elementos indesejáveis da polícia” A União, 28 de maio de 1930	Conflito Justiça Proeminência
“A campanha contra os bandidos de Princeza” A União, 17 de julho de 1930	Conflito Governo Proximidade
“A acção da polícia tentando combater os cangaceiros no interior” A União, 11 de julho de 1930	Conflito Proximidade Proeminência

Fonte: Silva (2017b)

Quadro 8 – Valor-Notícia no Jornal do Commercio - 1930

VALOR-NOTÍCIA NO JORNAL DO COMMERCIO – 1930	
MANCHETES	VALOR-NOTÍCIA
“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930	Impacto Proeminência Tragédia/Drama Governo
“Oito municípios estão contra o presidente do Estado” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930	Impacto Conflito Proeminência
“Queixe-se o presidente de si mesmo” Jornal do Commercio, 12 de julho de 1930	Proeminência Polêmica Governo
“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba” Jornal do Commercio, 25 de abril de 1930	Proeminência Proximidade Justiça Governo
“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado” Jornal do Commercio, 8 de abril de 1930	Governo Raridade Surpresa Polêmica
“A Parahyba sacudida pela guerra civil que ameaça estender-se” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930	Proximidade Conflito Tragédia/Drama
“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930	Proximidade Justiça Governo Tragédia/Drama
“Dois soldados que deserdaram (...) narram as atrocidades cometidas pela polícia parahybana” Jornal do Commercio, 18 de março de 1930	Impacto Governo Justiça Tragédia/Drama
“O moral da polícia parahybana é cada vez mais precário” Jornal do Commercio, 29 de abril de 1930	Proeminência Justiça Polêmica
“Soldados que não cumprem ordens absurdas” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930	Polêmica Proeminência Governo
“Um mau vizinho... o presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 6 de abril de 1930	Justiça Proeminência
“O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza” Jornal do Commercio, 3 de abril de 1930	Conflito Governo Proximidade Proeminência
“É contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico, na perspectiva de piores dias” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930	Proximidade Impacto Tragédia/Drama
“A gravidade da situação política da Parahyba” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930	Governo Tragédia/Drama
“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado” Jornal do Commercio, 3 de julho de 1930	Conflito Proximidade Tragédia/Drama Governo

“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 4 de julho de 1930	Proeminência Governo Justiça Tragédia/Drama Conflito
---	---

Fonte: Silva (2017b)

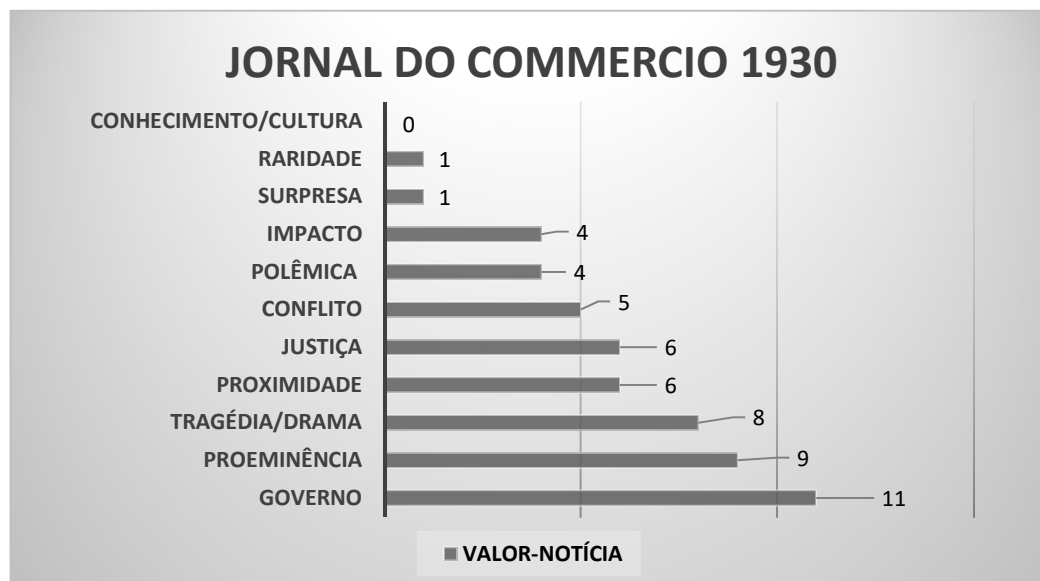
A autora afirma que dos doze valores-notícia expostos no quadro 6, que traz uma proposta de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados, o único valor-notícia que não foi utilizado por nenhum dos jornais entre as manchetes documentadas refere-se a *Entretenimento/Curiosidade* (aventura, divertimento, esporte, comemoração). Silva (2017b) elaborou gráficos que demonstraram quantitativamente a incidência dos valores-notícias em cada jornal:

Gráfico 1 – Incidência de Valores-Notícia em A União



Fonte: Silva (2017b)

Gráfico 2 - Incidência de Valores-Notícia no Jornal do Commercio



Fonte: Silva (2017b)

Como resultado, Silva (2017b) constata uma grande diversidade de valores-notícia nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio* entre fevereiro e julho de 1930, tempo quente na produção de imaginários por tratar-se do período em que a revolução de fato se desenvolve. Sobre o jornal *A União*, a autora descreve:

Foi possível verificar que o Jornal *A União* priorizou em suas coberturas o valor-notícia *Conflito* - abordando de forma repetitiva a guerra e a rivalidade contra o coronel José Pereira, as constantes disputas e brigas da polícia paraibana contra os soldados de Princesa. Em seguida o valor-notícia *Proeminência* - destacando sempre a posição hierárquica do então presidente da Paraíba, João Pessoa, bem como, da polícia paraibana, ambos, explorados em suas notoriedades, como heróis. Outro valor-notícia bastante utilizado por *A União* foi o de *Proximidade* - as manchetes faziam questão de demarcar territorialmente os acontecimentos, até porque, a guerra civil começou quando Princesa proclamou-se livre, um estado independente da Paraíba. O valor-notícia *Governo* foi também recorrente, por tratar-se de um jornal oficial - as notícias divulgadas sempre abordavam medidas e decisões do Estado, todas investidas em um contexto de interesse dos paraibanos, além de noticiar os pronunciamentos e viagens do então presidente João Pessoa. Já os valores-notícia *Tragédia/Drama* e *Justiça* ocorreram também em várias publicações - geralmente para descrever a crueldade de crimes, a violência dos confrontos, os riscos de morte e as mortes, bem como, denúncias contra José Pereira e investigações. Tratando ainda sobre a noticiabilidade em *A União*, é válido registrar que apesar de menos explorados, os valores-notícia: *Surpresa*, *Impacto* e *Conhecimento/Cultura*, foram manifestados para dar ideia de quantidade, adesão, comoção da nação para com a Paraíba, bem como, as formas inesperadas pelas quais os soldados de José Pereira surpreendiam e atacavam, ou ainda, as revelações feitas sobre o adversário princesense, com base em pesquisas e descobertas (SILVAb, 2017, p. 99).

No *Jornal do Commercio*, a autora realiza o mesmo procedimento e contextualiza os resultados com a incidência dos valores-notícias apresentados nas manchetes:

Avaliando os valores-notícia do *Jornal do Commercio* contatamos a dedicação do jornal em atingir o comando do Estado da Paraíba, através do valor-notícia *governo* – além de atacar o governo paraibano, contestava-se diretamente a capacidade de comando de João Pessoa. Essa característica nas publicações era seguida em repetições pelo valor-notícia *Proeminência* – ridicularizando a posição hierárquica de João Pessoa, a notoriedade da polícia paraibana, ao mesmo tempo em que transformava em herói, José Pereira e Princesa. O uso do valor-notícia *Tragédia-Drama* foi um recurso também utilizado pelo *Jornal do Commercio*, conforme comprovamos, sempre documentando os crimes, a violência contra os princesenses, bem como, as mortes e sangrias do conflito. Ainda sobre os valores-notícia mais utilizados pelo *Jornal do Commercio* podemos destacar: *Proximidade, Justiça e Conflito*, seja para evidenciar geograficamente Princesa e demonstrar as atrocidades que estavam acontecendo no Sertão paraibano, seja para realizar denúncias, registrar crimes e apreensões, ou ainda, descrever em detalhes, a guerra, a rivalidade e as brigas. Também foram registradas notícias que se encaixaram nos valores-notícia *Polêmica e Impacto* – isso porque falavam pelo povo de Princesa, dimensionando quantidade; além de escandalizar, ironizar e tornar controversa, as atitudes da polícia paraibana e do presidente João Pessoa. A análise encontrou ainda os valores-notícia *Surpresa e Raridade*, em uma única manchete do *Jornal do Commercio*, chamando atenção pelo uso de metáforas, xingamento e acusações sobre a conduta pessoal de João Pessoa; postura inaceitável no jornalismo formal, por ultrapassar os limites éticos (SILVAb, 2017, p. 99-100).

Revisitar os resultados obtidos por Silva (2016a) e Silva (2017b) a partir de teorias e metodologias do jornalismo são essenciais para elucidar a multiplicidade de sentidos existentes nas manchetes capazes de influenciar os imaginários acerca do marco histórico.

Todos esses termos, conceitos, atributos e valores desvendados em função da incidência serão, a partir de agora, cruzados com mitemas advindos de uma classificação mitológica que efetiva o caráter interdisciplinar desse estudo, provocando uma inédita dialética entre historiografia, jornalismo e imaginário a respeito da proclamação do *Território Livre de Princeza*, durante a Revolução de 1930.

4 CONSTELANDO IMAGINÁRIOS NA RAÍZ NOTICIOSA

Quando uma imagem se reúne com um sentido, um aspecto vivenciado, temos um símbolo. Isso quer dizer que o símbolo tem uma relação natural com algo ausente ou impossível de ser percebido. Coelho (1997).

4.1 AS MANCHETES E AS IMAGENS MENTAIS

Então que tipo de símbolos existem nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio* advindos das imagens mentais desses enunciados, de suas repetições e generalizações?

A escolha de manchetes noticiosas como principal material empírico reverbera dilemas que acabam por acompanhar o processo de aplicação de teorias e metodologias que envolvem o imaginário, sempre que convocadas a desnudar fenômenos. Mas de que forma esses títulos, acostumados ao alto destaque das primeiras páginas do jornal, tidos como principal fato do dia, podem tornar-se campo fértil ao imaginário, contendo, apenas, o recurso tipológico da diagramação?

Sabe-se que por meio da evolução dos estudos do imaginário, a partir de contribuições de diferentes áreas do conhecimento, é possível alcançar que mesmo existindo apenas recursos tipológicos nas manchetes há também imagens. Mais que isso, fagulhas de imaginação capazes de inflamar constelações de imaginários.

Durand (1994) chamou de “imagem mental” um tipo de imagem perceptiva, imagem da lembrança, fantasmagórica. Apontou diferenças de finitude e proporção quando comparadas as imagens icônicas, que classificou como figurações pintadas, desenhadas, esculpidas ou fotografadas.

Um aval para que não se pondere enxergar nas manchetes desta pesquisa, inesgotável fonte de imagens mentais:

“A imagem pode se abrir infinitamente a uma descrição, a uma inesgotável contemplação. Ela não pode se bloquear no enunciado claro de um silogismo. Ela propõe “um real velado”, ao passo que a lógica aristotélica exige “clareza e distinção” (DURAND, 1994, p. 2).

Ainda que não existam representações icônicas oferecendo suporte às manchetes analisadas, Durand (2012, p.59) abaliza caminhos para que a partir dessas imagens mentais

várias memórias sejam acessadas. Um tipo de imagem sem signo, mas dotada de sentido. “Ao reagrupar positivamente as imagens, teremos desse modo condensado os sentidos múltiplos”.

Se existe ausência de fotografias, tabelas, desenhos como suporte, a probabilidade da consciência humana buscar imagens mentais para ilustrar as situações lidas é unânime. Esse pressuposto abre caminhos para compreensão do papel do imaginário diante da assimilação e interpretação dessas manchetes.

Juremir Machado da Silva (2006) chamou atenção para a existência de dois tipos de imaginário – o primeiro atrelado ao repertório individual de cada consciência humana, e o segundo, um imaginário social alimentado pelas estruturas de convivência coletiva:

A construção do imaginário individual se dá, essencialmente por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (reelaboração do outro para si). O imaginário social estrutura-se principalmente por contágio: aceitação do modelo do outro (lógica tribal), disseminação (igualdade na diferença) e imitação (distinção do todo por difusão de uma parte) (SILVA, 2006d, p.13).

Dessa forma, o conjunto de imagens mentais às quais recorre-se como apoio para compreensão do conteúdo das manchetes alimenta imaginários que recebem influências ontológicas, ancestrais e memoriais, bem como extensões de imaginários sociais, a partir de vivências em contratos e tradições culturais.

Em síntese, fala-se das manchetes expostas nos quadros 3 e 4, tópico 3.8 – O embate editorial nas publicações, terceiro capítulo desta análise; quando extraiu-se os valores-notícias. No entanto, como é possível um conteúdo real, com limites e finitudes aparentes, gerar tamanha polissemia de sentidos?

A resposta é simples, Silva (2006d) elucida que “o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor”. Tal pressuposto contribui para completa compreensão do conceito de imaginário, essencial para o que se pretende.

O imaginário é um reservatório/motor. Reservatório, agrega imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e de aspirar ao estar no mundo (SILVA, 2006d, p. 11-12).

Conforme explícito no terceiro capítulo, o próprio jornalismo, em todas as suas particularidades de formas e modelos de produção, acaba por alimentar um conjunto de valores sensíveis que acompanham toda produção noticiosa. Todos esses atributos apenas reforçam

imaginários existentes na consciência de jornalistas e leitores, que reverberam, conforme vimos, de forma individual e coletiva, suas interpretações.

A proposta de sugerir uma hermenêutica simbólica para a leitura dessas manchetes se dá justamente para interpretar o que Barros (2010) chamou de conexão de dimensões: “O imaginário como noção-chave para um entendimento que conecte as dimensões: política, social, histórica e cultural”, um instrumento e tanto para tudo que se pretende nesta pesquisa.

A partir de agora, considerando a pedagogia do imaginário proposta por Gilbert Durand, que estabelece os regimes das imagens mentais, e toda uma classificação isotópica dessas imagens, as manchetes selecionadas serão expostas a classificações para identificar, a partir de suas estruturas e do trajeto antropológico, os imaginários existentes na raiz noticiosa dessas publicações.

4.2 OS REGIMES DA IMAGEM E A CLASSIFICAÇÃO ISOTÓPICA DE DURAND

Gilbert Durand chamou de Regimes da Imagem o agrupamento de estruturas vizinhas, transformáveis, e que desempenham o papel motivador para todo um grupo que segue um sistema. Definiu então dois regimes – o *Diurno* e o *Noturno*, como método de convergência, seja para unir imagens com estruturas semelhantes, seja para delimitar imagens com estruturas funcionais opostas.

No regime diurno, agrupou estruturas em dois sistemas: *As faces do tempo* – a partir do que denominou como símbolos teriomórficos, catamórficos e nictomórficos; e o *Centro e o Gládio* - identificando símbolos que chamou de ascensionais, espetaculares, diairéticos e estruturas esquizomórficas do imaginário.

Ao regime noturno da imagem, Gilbert Durand delimitou o agrupamento das estruturas em outros dois sistemas: *A descida da taça* – a partir dos símbolos da inversão, os símbolos da intimidade e as estruturas místicas do imaginário; e *Do denário ao pau* – onde reuniu os símbolos cíclicos, esquemas rítmicos ao mito do progresso, estruturas sintéticas do imaginário e estilos da história, além de mitos e semantismo.

A partir de uma pedagogia própria, uma espécie de gramática do imaginário, o antropólogo Gilbert Durant criou a *Classificação Isotópica das Imagens*, conforme exposto no quadro:

Quadro 9 – Classificação Isotópica das Imagens

CLASSIFICAÇÃO ISOTÓPICA DAS IMAGENS - GILBERT DURAND						
REGIMES OU POLARIDADES	DIURNO		NOTURNO			
	ESQUIZOMÓRFICAS (ou heroicas)		SINTÉTICAS (ou dramáticas)		MÍSTICAS (ou antifráscas)	
Estruturas	1º idealização e “recuo” autístico. 2º diairetismo (<i>Spaltung</i>). 3º geometrismo, simetria, gigantismo. 4º antítese polêmica.		1º coincidência “oppositorum” e sistematização. 2º dialética dos antagonistas, dramatização. 3º historização. 4º progressivo parcial (ciclo) ou total.		1º redobramento e perseveração. 2º viscosidade, adesividade antifráscas. 3º realismo sensorial. 4º miniaturização (Gulliver).	
Princípios de explicação e de justificação ou lógicos	Representação objetivamente heterogeneizante (antítese) e subjetivamente homogeneizante (autismo). Os Princípios de exclusão, de CONTRADIÇÃO, de IDENTIDADE funcionam plenamente.		Representação diacrônica que liga as contradições pelo fator tempo. O Princípio de CAUSALIDADE, sob todas as suas formas (espec. FINAL e EFICIENTE), funciona plenamente.		Representação objetivamente homogeneizante (perseveração) e subjetivamente heterogeneizante (esforço antifráscico). Os Princípios de ANALOGIA, de SIMILITUDE funcionam plenamente.	
Reflexos dominantes	Dominante POSTURAL com os seus derivados <i>manuais</i> e o adjuvante das sensações à distância (vista, audiofonação).		Dominante COPULATIVA com os seus derivados motores <i>rítmicos</i> e os seus adjuvantes sensoriais (quinésicos, músico-rítmicos, etc.)		Dominante DIGESTIVA com os seus adjuvantes <i>cenestésicos, térmicos</i> e os seus derivados <i>táteis, olfativos, gustativos</i> .	
Esquemas “verbais”	DISTINGUIR		LIGAR		CONFUNDIR	
	Separar ↑ Misturar	Subir ↑ Cair	Amadurecer ↑ Progredir	Voltar ↑ Rescenciar	Descer, Possuir, Penetrar	
Arquétipos “atributos”	Puro ↑ Manchado Claro ↑ Escuro	Alto ↑ Baixo	Para a frente, Futuro	Para trás, Passado	Profundo, Calmo, Quente, Íntimo, Escondido.	
Situação das “categorias” do Jogo de Tarô	O GLÁDIO	(O Cetro)	O PAU	O DENÁRIO	A TAÇA	
Arquétipos “substantivos”	A luz ↑ As Trevas. O Ar ↑ O Miasma. A Arma Heroica ↑ A Atadura. O Batismo ↑ A Mancha.	O Cume ↑ O Abismo. O Céu ↑ O Inferno O Chefe ↑ O Inferior O Herói ↑ O Monstro O Anjo ↑ O Animal A Asa ↑ O Réptil	O Fogo-chama O Filho A Árvore O Germe	A Roda A Cruz A Lua O Andrógino O Deus plural	O Microcosmo. A Criança, o Polegar. O Animal <i>gigogne</i> . A Cor. A Noite. A Mãe. O Recipiente.	A Morada. O Centro. A Flor. A Mulher. O Alimento. A Substância.
Dos Símbolos aos Sistemas	O Sol, O Azul Celeste, O Olho do Pai, As Runas, O Mantra, As Armas, A Vedação, A Circuncisão, A Tonsura, etc.	A Escada de mão, A Escada, O Bétilo, O Campanário, O Zigurate, A Águia, A Calhandra, A Pomba Júpiter, etc.	O Calendário, A Aritmologia, a Tríade, a Tétrade, a Astrobiologia A Iniciação, O “Duas-vezes nascido”, A Orgia, O Messias, A Pedra Filosofal, A Música.	O Sacrifício, O Dragão, A Espiral, O Caracol, O Urso, O Cordeiro, A Lebre, A Roda de fiar, O Isqueiro, A Baratte, etc.	O Ventre, Engolidores e Engolidos, Kobolds, Dáctilos, Osírios, As Tintas, As Pedras Preciosas, Melusina, O Vêu, O Manto, A Taça, O Caldeirão, etc.	O Túmulo, O Berço, A Crisálida, A Ilha, A Caverna, A Mandala, A Barca, O Saco, O Ovo, O Leite, O Mel, O Vinho, O Ouro, etc.

Fonte: Anexo II – Classificação Isotópica das Imagens (DURAND, 2012, p. 443).

A partir dessa classificação isotópica foi possível categorizar sob quais regimes as manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio* manifestam mais imagens e sentidos. Todo

o semantismo das estruturas pensadas e organizadas por Durand (2012) são chave para o reconhecimento de imagens mentais e sob que estruturas dominantes esse semantismo resiste ao longo dos anos.

4.3 O DOMÍNIO DO REGIME DIURNO: PRINCÍPIOS, REFLEXOS E SÍMBOLOS

A partir da Classificação Isotópica das Imagens, observa-se rapidamente a dualidade discursiva entre as manchetes dos dois jornais, justificadas pelas divergências editoriais e práticas de parcialidade. De imediato, essa constatação já permite à análise classificar essa dicotomia que separa, divide e distingue, como componente predominantemente do *Regime Diurno da Imagem*.

Ao elaborar os princípios de explicação das estruturas em sua classificação, Durand (2012) compreendeu que o regime diurno existe na antítese, na contradição, na exclusão. Basta ler as manchetes de ambos os jornais para identificar elementos opostos, que, se observados separadamente, sem comparativo, dificilmente entende-se tratar de uma mesma cobertura jornalística, tamanha discrepância de tratamento para com as fontes e personagens do conflito. O regime diurno organiza e agrupa as imagens dividindo o universo em opostos (alto/baixo, esquerda/direita, feio/bonito, bem/mal etc.) – os chamados arquétipos de atributos. Essa organização acontece, ainda, a partir de arquétipos substantivos e esquemas verbais, conforme gramática exposta na classificação isotópica.

Os princípios de exclusão, contradição e de identidade que delimitam o regime diurno funcionam nas manchetes analisadas. A necessidade de autoafirmação das partes noticiadas em busca de identidades competitivas, vitoriosas, heroicas e superiores se repetem. Apesar de adotarem a mesma prática de subserviência para criar a identidade ideal das forças que defendem, as publicações tornavam-se, também, excludentes, no momento em que passaram a não ceder ao contraditório, ressoando apenas uma voz.

No quadro a seguir, percebe-se, por exemplo, como os jornais atuaram de acordo com seus interesses, na construção e desconstrução da atuação da polícia paraibana, refletindo diretamente em sua identidade e reputação. Enquanto o Jornal *A União* almejava a construção de uma identidade heroica, aguerrida e imbatível das forças armadas do Estado, o *Jornal do Commercio* ironizava a atuação dessa mesma polícia, insinuando-a como vilã, sem moral, desumana e cruel:

Quadro 10 – Princípio de Identidade – A Polícia

PRINCIPIO DE IDENTIDADE DO REGIME DIURNO – POLÍCIA PARAIBANA	
JORNAL A UNIÃO	JORNAL DO COMMÉRCIO
“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabuqueiros” A União, 21 de junho de 1930	“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930
“Os bandoleiros foram escorrasados em immaculada pela polícia parahybana” A União, 11 de março de 1930	“O moral da polícia parahybana é cada vez mais precário” Jornal do Commercio, 29 de abril de 1930
“A acção da polícia tentando combater os cangaceiros no interior” A União, 11 de julho de 1930	“Soldados que não cumprem ordens absurdas” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930

Fonte: (SILVA, 2019)

A mesma situação ocorre para com a identidade de Princesa e dos princesenses. No estatal *A União*, os princesenses eram noticiados como conspiradores, cangaceiros, traturqueiros, bandoleiros, bandidos, inimigos, elementos indesejáveis, entre outros adjetivos negativos; enquanto que o *Jornal do Commercio* referia-se aos princesenses tão somente como a população de Princeza ou Princeza, conforme mostra a tabela:

Quadro 11 – Princípio de Identidade – Princeza e Princezenses

PRINCÍPIO DE IDENTIDADE DO REGIME DIURNO – PRINCEZA E PRINCEZENSES	
JORNAL A UNIÃO	JORNAL DO COMMÉRCIO
“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira” A União, 4 de abril de 1930	“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930
“A campanha contra os bandidos de Princeza” A União, 17 de julho de 1930	“O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza” Jornal do Commercio, 3 de abril de 1930
“Os elementos indesejáveis da polícia” A União, 28 de maio de 1930	

Fonte: (SILVA, 2019)

As antíteses são ainda mais claras, a partir da forma como cada jornal refere-se ao coronel José Pereira e ao então Presidente, João Pessoa. Nas manchetes de *A União*, José Pereira não passava de um criminoso, cangaceiro, conspirador e perrepista, enquanto que para o *Jornal do Commercio* José Pereira era tão somente o coronel, defensor de mulheres e crianças. Da mesma forma acontecia com João Pessoa, que nas publicações do *Jornal do*

Commercio, embora citado como presidente ou o Sr. João Pessoa, as manchetes lhe atribuíam características negativas e de cunho irônico, sempre o associando ao fracasso.

Quadro 12 – Princípio de Identidade – Personagens

PRINCÍPIO DE IDENTIDADE DO REGIME DIURNO – PERSONAGENS PRINCIPAIS			
JORNAL A UNIÃO		JORNAL DO COMMÉRCIO	
JOÃO PESSOA	JOSÉ PEREIRA	JOÃO PESSOA	JOSÉ PEREIRA
—	“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira” A União, 4 de abril de 1930	“Oito municípios estão contra o presidente do Estado” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930	“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 4 de julho de 1930
	“A grosseira manobra perrepista em torno à intervenção” A União, 22 de maio de 1930	“Queixe-se o presidente de si mesmo” Jornal do Commercio, 12 de julho de 1930	
	“Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o Sertão” A União, 8 de março de 1930	“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba” Jornal do Commercio, 25 de abril de 1930	
	“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instintos criminosos de ‘Zé Pereira’” A União, 11 de maio de 1930	“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado” Jornal do Commercio, 8 de abril de 1930	
		“Um mau vizinho... o presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 6 de abril de 1930	
		“O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza” Jornal do Commercio, 3 de abril de 1930	

Fonte: (SILVA, 2019)

A classificação das imagens mentais existentes junto ao regime diurno fica ainda mais evidente, quando submete-se o conteúdo dessas manchetes as duas divisões do regime diurno: *As faces do tempo* – símbolos teriomórficos, nictomórficos e catamórficos; e *O centro e o gládio* – símbolos ascensionais, espetaculares e diairéticos, tais categorias antitéticas somadas às *Estruturas Esquizomórficas do Imaginário*.

4.4 A ANGÚSTIA NAS MANCHETES: A MANIFESTAÇÃO DAS FACES DO TEMPO

Trabalha-se até o momento na aplicação e classificação isotópica de doze manchetes de *A União* e dezesseis manchetes do *Jornal do Commercio*, quantidades previamente justificativa no início da análise. Apesar da nitidez ambígua dessa cobertura jornalística, é preciso mergulhar nas subdivisões do regime diurno para que essas imagens mentais sejam percebidas em existência, ainda que não representadas por signos.

A dimensão simbólica da angústia expressa na divisão antitética – *As faces do tempo* acaba por identificar, nas manchetes, perspectivas que vão além dos sentidos, revelando sensações atreladas sempre à inquietação, excitação, aflição, cuidado, ansiedade, tormento, entre outras.

Os símbolos teriomórficos, por exemplo, foram os primeiros agrupados por Durand (2012), capazes de manifestar toda e qualquer agitação, animação, necessidade de fuga, aceleração, angústia, superação, mudança, fervilhamento, e etc.:

Arquétipo imaginário e animal como objeto de assimilação simbólica. [...] Procura-se o primeiro sentido do abstrato espontâneo que o arquétipo animal representa. [...] O homem tem tendência a animalização do pensamento. [...] O sentido primeiro da imagem teriomórfica é o sentido mais primitivo e universal (DURAND, 2012, p. 71-72).

Essa característica presente em sentimentos e emoções relacionadas ao extinto animal, a toda herança ontológica, manifesta-se em várias manchetes, e em ambos os jornais:

Quadro 13 – Símbolos Teriomórficos

AS FACES DO TEMPO – SÍMBOLOS TERIOMÓRFICOS		
ANGÚSTIA	A UNIÃO	JORNAL DO COMMERCIO
	“Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade da nossa terra” A União, de 24 de julho de 1930	“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado” Jornal do Commercio, 8 de abril de 1930
	“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instintos criminosos de ‘Zé Pereira” A União, 11 de maio de 1930	“Dois soldados que deserdaram (...) narram as atrocidades commetidas pela polícia parahybana” Jornal do Commercio, 18 de março de 1930
SUPERAÇÃO	“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabaqueiros” A União, 21 de junho de 1930	“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930

	“Os bandoleiros foram escorrasados em immaculada pela polícia parahybana” A União, 11 de março de 1930	_____
FERVILHAMENTO	“Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o Sertão” A União, 8 de março de 1930	“A Parahyba sacudida pela guerra civil que ameaça estender-se” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930
	“A acção da polícia tentando combater os cangaceiros no interior” A União, 11 de julho de 1930	“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 4 de julho de 1930
AGITAÇÃO	“A grosseira manobra perrepista em torno à intervenção” A União, 22 de maio de 1930	_____
NECESSIDADE DE FUGA	_____	“É contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico, na perspectiva de piores dias” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930
PERIGOS	_____	“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930
		“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado” Jornal do Commercio, 3 de julho de 1930

Fonte: (SILVA, 2019)

Ainda de acordo com *As faces do tempo* do regime diurno, há nas manchetes estudadas a existência de um conjunto de sensações, emoções e sentidos que provocam culpabilidade, julgamento, revolta, angústia em situações de trevas, falta de perspectiva, paralisia, convite ao suicídio, emboscada e prisão.

Através do que chamou de símbolos Nictomórficos, Durand (2012, p. 92-95) faz alusão a momentos de cegueira, caduquice, insignificância, loucura, consciência decadente, enfermidade de inteligência, devaneio, além de forte alusão ao rei cego: “Quando a cegueira confronta com a clarividência”. E foi essa última classificação, uma aguçada estratégia do *Jornal do Commercio*, que por vezes tachou João Pessoa como o único responsável pela revolta armada, porém incapaz, sem humildade e senso de equilíbrio suficiente para reconhecer ou enxergar tal condição.

Quadro 14 – Símbolos Nictomórficos

AS FACES DO TEMPO – SÍMBOLOS NICTOMÓRFICOS		
	A UNIÃO	JORNAL DO COMMERCIO
SITUAÇÃO DE TREVAS	“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instintos criminosos de ‘Zé Pereira” A União, 11 de maio de 1930	“Oito municípios estão contra o presidente do Estado” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930
	“Quem são os Pessoa de Queiroz, inimigos da Parahyba?” A União, 11 de maio de 1930	“Queixe-se o presidente de si mesmo” Jornal do Commercio, 12 de julho de 1930
	“Os elementos indesejáveis da polícia” A União, 28 de maio de 1930	“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba” Jornal do Commercio, 25 de abril de 1930
		“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado” Jornal do Commercio, 8 de abril de 1930
		“Um mau vizinho... o presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 6 de abril de 1930
ÁGUA ESCURA	_____	“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930
		“É contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico, na perspectiva de piores dias” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930

Fonte: (SILVA, 2019)

Uma terceira classificação sistematizada como símbolos catamórficos, também denominada por Durand (2012) como a terceira grande epifania da angústia humana, diante da temporalidade, é dinamizada por imagens de queda, seja pela dor da queda na infância, ou pela dor da queda moral. A queda que conduz à morte, ao medo, à dor e ao castigo.

E se é através da queda, morte ou declinação moral que os símbolos catamórficos se manifestam, o próprio Durand (2012) completou: “uma das soluções possíveis para sobreviver é pegar as armas e destruir o monstro (a morte)”. Nas imagens mentais das manchetes, percebe-se com veemência a necessidade da luta, a resistência e o constante ataque moral, como estratégia de batalha:

Quadro 15 – Símbolos Catamórficos

AS FACES DO TEMPO – SÍMBOLOS CATAMÓRFICOS		
	A UNIÃO	JORNAL DO COMMÉRCIO
QUEDA	“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabuqueiros” A União, 21 de junho de 1930	“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930
MEDO		
DOR	“Os bandoleiros foram escorrasados em immaculada pela polícia parahybana” A União, 11 de março de 1930	“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930
QUEDA MORAL		
CASTIGO	“A acção da polícia tentando combater os cangaceiros no interior” A União, 11 de julho de 1930	“O moral da polícia parahybana é cada vez mais precário” Jornal do Commercio, 29 de abril de 1930
MORTE	—	“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado” Jornal do Commercio, 3 de julho de 1930
LUTA	—	“É contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico, na perspectiva de peores dias” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930

Fonte: (SILVA, 2019)

4.5 O REFLEXO POSTURAL E AS ESTRUTURAS HEROICAS

Pensar a dimensão do imaginário na comunicação e as motivações para comunicar no terreno arquetipal conduz ao raciocínio de que “o caos é um dos arquétipos primeiros, ligado à angustia diante da mudança, da fuga do tempo” Durand (2012, p. 97-94). E é pela necessidade de dominar o caos, organizá-lo em cosma, que o homem busca a partilha de informação, ideias e conhecimentos.

Ainda sob domínio do regime diurno, a pesquisa permite a compreensão de arquétipos existentes, a partir de repetições e generalizações nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio*.

Durand determina três reflexos dominantes como elementos iniciadores do imaginário: reflexão postural, nutricional e copulativo. Esses reflexos se prologam em *schèmes* (generalização dinâmica e efetiva da imagem; respectivamente aos três reflexos: separar, interiorizar e religar), ou seja, das imagens abstratas que se concretizam nos arquétipos (“símbolos” fundamentais e estáveis para além das culturas) (LEGROS, 2007, p. 121).

No regime diurno, conforme ratifica o quadro 9, referente à classificação isotópica das imagens, o reflexo *postural* manifesta-se com ainda mais força na segunda divisão antitética do regime diurno: *O Cetro e o gládio* – estrutura heroica que representa vitória sobre o destino e sobre a morte, vitória pelas armas e pela luta aberta. E batalhas, armas, mortes e lutas não faltam na cobertura jornalística dos periódicos em questão.

A estrutura heroica do *Cetro e o gládio* divide-se em três grandes constelações de imagens: os símbolos *ascencionais/ascensão*, os símbolos *espetaculares* e os símbolos *diairéticos*. Com base nas definições de Durand (2012), a pesquisa encontra manchetes classificadas em duas, das três constelações.

Considera-se a existência de imagens mentais em *A União* e no *Jornal do Commercio* através de símbolos *ascencionais*, a partir das estruturas Soberania Uraniana e O Chefe; e dos símbolos *diairéticos*, a partir da estrutura Separação/Cortante.

Os símbolos *ascencionais* são os símbolos de elevação e, para Durand (2012, p. 127), “é natural que sensibilizem e valorizem positivamente todas as representações de verticalidade”. O fato é que através da *Soberania Uraniana* imagens mentais são formadas com base em tudo que remete potência, gigantismo, elevação, o rei, o soberano, o guerreiro. Em ambos os jornais, há manchetes que demonstram poderio, a resistência e o preparo dos guerreiros, a superioridade no combate.

O mesmo acontece com *O Chefe*, enquanto estrutura de ascensão. Em ambos os jornais há manchetes que além de identificar a quem se deve obedecer, ou quem é o responsável direto pela situação de Princeza e da Parahyba, fica claro quem são os comandantes dignos das conquistas ou decepções.

Por outro aspecto, os símbolos *diairéticos*, que se referem à separação “cortante”, são manifestados nas manchetes recortadas, a partir da estrutura *As armas do herói*, que para Durand (2012, p. 159) são símbolo de poder e pureza, especialmente se esse poder é grande, violento e cruel, já que existe a necessidade da purificação: “O herói solar é sempre um guerreiro violento e opõe-se, por isso, ao herói lunar”.

Em *A União* e no *Jornal do Commercio*, por exemplo, os símbolos diairéticos e a estrutura *As armas do herói* se manifestam em manchetes que documentam, impactam e revelam instintos violentos dos mandantes da revolta armada, bem como o poderio bélico e de homens, além da crueldade dos ataques. Confira:

Quadro 16 – Símbolos Ascensionais e Diaréticos

O CENTRO E O GLÁDIO – SÍMBOLOS ASCENSIONAIS E DIAIRÉTICOS		
	JORNAL A UNIÃO	JORNAL DO COMMERCIO
SÍMBOLOS ASCENSIONAIS (ELEVAÇÃO/ RECONQUISTA) Soberania Uraniana	“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabuqueiros” A União, 21 de junho de 1930	“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930
	“Os bandoleiros foram escorrasados em immaculada pela polícia parahybana” A União, 11 de março de 1930	“Soldados que não cumprem ordens absurdas” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930
	_____	“O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza” Jornal do Commercio, 3 de abril de 1930
O Chefe	“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira” A União, 4 de abril de 1930	“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba” Jornal do Commercio, 25 de abril de 1930
	“Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o Sertão” A União, 8 de março de 1930	“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 4 de julho de 1930
SÍMBOLOS DIAIRÉTICOS (SEPARAÇÃO/ CORTANTE): As armas do herói	“Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade da nossa terra” A União, de 24 de julho de 1930	“Oito municípios estão contra o presidente do Estado” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930
	“A grosseira manobra perrepista em torno à intervenção” A União, 22 de maio de 1930	“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930
	“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instintos criminosos de ‘Zé Pereira’” A União, 11 de maio de 1930	“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado” Jornal do Commercio, 3 de julho de 1930

Fonte: (SILVA, 2019)

4.6 A MITOCRÍTICA E A MITANÁLISE: APLICANDO A MITODOLOGIA

Toda essa hermenêutica simbólica que começa na compreensão da existência de imagens mentais nas manchetes e sugere, na sequência, a delimitação do regime que predomina sobre essas imagens, acaba por instituir uma leitura clarividente das constelações simbólicas que podem ter influenciado o imaginário de todos que consumiram as notícias de *A União* e do *Jornal do Commercio*, ao longo dos anos.

Essa percepção sensível é melhor potencializada quando o recorte empírico é aplicado à *mitodologia* – um aporte metodológico para detectar constelações simbólicas capazes de atuar, através do imaginário, na construção de realidades. Sobre a *metodologia*, é considerável pontuar:

Importa assim alçar que a “mitodologia” durandiana é uma hermenêutica pluridisciplinar que tem como um dos seus principais objetivos a localização, e sua consequente interpretação, das imagens, dos símbolos e dos mitos no imaginário das culturas. Elas realiza a síntese pluridisciplinar de teorias e dos métodos antropológicos, filosóficos, sociológicos, históricos, psicológicos e literários. Em última instância, a “mitodologia”, como método próprio ao estudo do imaginário, funda-se na análise comparatista dos procedimentos simbólicos como elementos determinantes da criação literária e artística (mitocrítica) e como elementos sintomáticos das atitudes socioculturais (mitanálise) (GOMES, 2014, p. 20).

É salutar entender, ainda, como atuam cada uma das metodologias do imaginário que configuram a *mitodologia*. Iniciemos, portanto, pela *mitocrítica*:

A mitocrítica tem uma elasticidade que permite depreendê-las tanto no nível denotativo, quanto conotativo. É isso que possibilita perceber os mitemas⁷¹ hermesianos latentes no poema que se refere explicitadamente a Eros e Psique (DURAND, 1992, p. 347). [...] A mitocrítica evidencia, portanto, os mitos⁷² diretores e suas transformações significativas. E é importante, em sua utilização, compreender que uma obra estrutura-se a partir de símbolos, de recorrência simbólicas, que em seu conjunto revelam a ligação da obra a um mito, ainda que este sofra desgastes do tempo e se apresente camuflado ou mesmo em partes, ou seja, apenas com alguns mitemas (GOMES, 2014, p. 32-33).

Completamente associada à *mitocrítica*, a *mitanálise* define-se como uma técnica de investigação que busca delimitar os mitos diretores dos momentos históricos e dos grupos sociais, conforme complementa Gomes (2011):

⁷¹ Mitema: “espessa unidade constitutiva” (1958m p. 233), para designar uma espécie de “átomo” fundamentador do discurso mítico. É a menor unidade do discurso mítico que é redundantemente significativa, isto é, que visa a repetitividade. (...) É, portanto, o grupo de palavras que, de algum modo, desempenha o papel mítico. Ver em (GOMES, 2014, p. 25).

⁷² Mito: formado pela repetição de seus mitemas, repete-se para melhor impregnar, para melhor persuadir e fá-lo tão mais eficazmente de acordo com a amplitude da escala de narrativa da obra em análise, pois é realmente mais fácil circunscrever os traços míticos num romance longo, do que numa novela pequena, soneto ou num mero título. O que queremos, portanto, dizer é que a redundância do mito (Lévi-Strauss) é uma das suas principais características. Ele repete-se para melhor impregnar, ou seja, para melhor persuadir e tende a ser mais visível em com-textos socioculturais através da produção artística e literária, do que no tocante à produção de tipo mais ideológico (o domínio da conceptualização: pedagogias, epistemologias, ideologias...) e sócio-histórico. Ver em (GOMES, 2014, p. 29).

A partir dos resultados da mitocrítica, pode-se chegar ao mito diretor de um determinado contexto sociocultural. De modo resumido, a mitocrítica estuda o mito de uma obra, de um autor, enquanto a mitanálise estuda o mito de uma sociedade recortada no tempo e espaço (GOMES, 2011, p. 33).

A *mitodologia* funciona então como uma investigação indutiva, que parte do micro para o macro. No caso desta pesquisa, busca-se na raiz noticiosa elementos míticos que se repetem e demonstram força nas manchetes. A partir desse diagnóstico, um diálogo é estabelecido com o contexto histórico, social e cultural, a fim de identificar mitos, mitemas e interpretar imaginários.

Barros (2010) criou uma tabela⁷³, categorizando, a partir da *Mitodologia*, as estruturas antropológicas do imaginário no que definiu como universos míticos. O protocolo estabelecido instituiu três classificações: *Universo mítico heroico* – com mitemas demonstrando *distinção*, diferenças, força, poder, desafio, resistência, agressividade, ameaça, entre outros; *Universo mítico dramático* – com mitemas evidenciando *reunião*, união, tentativa de diálogo, tentativa de acordos, reivindicações, entre outros; e *Universo mítico místico* – com mitemas visavam *confundir*, persuadir, convencer.

Percebe-se, desta forma, um alinhamento com as ações que estão na base das imagens. Os regimes diurno e noturno sobressaltam, contribuindo para ratificar o raciocínio construído até o momento, que constata a predominância de imagens diurnas na raiz noticiosa das manchetes. A partir de agora, utilizando a *mitodologia*, analisemos os mitemas existentes nas manchetes dos jornais, começando por *A União*:

Quadro 17 – Protocolo Mitodológico aplicado ao Jornal A União 1930

A UNIÃO	Universo Mítico Heróico (<i>distinguir</i>)	Universo Mítico Dramático (<i>reunir</i>)	Universo Mítico Místico (<i>confundir</i>)
“Revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade da nossa terra” A União, de 24 de julho de 1930	- revelando - alma tortuosa - conspiradores - contra a ordem e dignidade	_____	_____
“A voz das classes independentes em defesa da autonomia da Parahyba!” A União, 8 de maio de 1930	- a voz - em defesa	_____	_____
“A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira” A União, 4 de abril de 1930	- cangaceiros capitaneados	_____	_____

⁷³ Ver tabela em Anexos.

“O expressivo movimento de sympathia de todo o Brasil em prol do soldado que se bate em Princeza contra os trabuqueiros ” A União, 21 de junho de 1930	- se bate - contra os trabuqueiros	- expressivo movimento de sympathia - em prol	_____
“A grosseira manobra perrepista em torno à intervenção ” A União, 22 de maio de 1930	- a grosseira manobra - intervenção	_____	_____
“Os cangaceiros de José Pereira tentando convulsionar o Sertão” A União, 8 de março de 1930	- cangaceiros - tentando convulsionar	_____	_____
“O depoimento de um fazendeiro de Princeza sobre os instinctos criminosos de ‘Zé Pereira’” A União, 11 de maio de 1930	- instinctos criminosos	- depoimento	_____
“Os elementos indesejáveis da polícia” A União, 28 de maio de 1930	- elementos indesejáveis	_____	_____
“A campanha contra os bandidos de Princeza” A União, 17 de julho de 1930	- campanha contra os bandidos	_____	_____
“A ação da polícia tentando combater os cangaceiros no interior” A União, 11 de julho de 1930	- ação da polícia - combater os cangaceiros	_____	_____

Fonte: (SILVA, 2019)

Após elaborar o protocolo de análise e classificar o material empírico com base nos universos míticos, Barros (2010) cruzou o inventário de imagens simbólicas com dados estatísticos e históricos, interpretando a mitocrítica e introduzindo a mitanálise.

A oportunidade de estruturar uma pesquisa interdisciplinar que permite um profundo diálogo entre historiografia, jornalismo e imaginário auxilia na explicação e no reconhecimento de toda a gramática simbólica, que, conforme constatamos, não necessariamente precisa de signos.

Em *A União*, percebe-se a completa predominância de mitemas no universo mítico heroico, cuja ação principal é distinguir. Apenas duas manchetes encontram-se parcialmente no universo mítico dramático, tendo em vista que dividem significância com o universo mítico heroico. Nenhuma manchete em *A União* manifestou o universo mítico místico, cuja finalidade maior é confundir.

A classificação metodológica só potencializou em *A União* a força do regime diurno e toda sua carga de angústia e predileção pela espada, luta armada, guerra, violência e superioridade diante do inimigo, natural para o regime, que atribui a esse tipo de ação uma forma de purificação. Nas dez manchetes analisadas, mitemas como: *contra*, *combater* e *cangaceiros* são os mais repetidos. Registram-se também mitemas como: *em defesa*, *conspiradores*, *revelando*, *convulsionar*, *campanha*, entre outros, todos situados no universo mítico heroico, segundo o protocolo de Barros (2010).

Apenas duas manchetes manifestaram símbolos nos dois regimes, evocando também o universo mítico dramático, alicerçado no regime noturno, cuja ação principal é reunir. Dessa forma, percebe-se nessas duas manchetes desde a falsa sensação de harmonia/união, através do mitema: *expressivo movimento de sympathy em prol*; como também, a necessidade de intimidade/confiança de quem relata/confidencia, através do mitema: *depoimento*; até chegar à força de ruptura e separação do regime diurno, por meio dos mitemas: *se bate contra os traburqueiros... Instintos criminosos*.

Contextualizando as informações dessa classificação mitodológica com o gráfico 1⁷⁴, que mensura, no terceiro capítulo, a incidência dos valores-notícia nas manchetes de *A União*, é possível ampliar ainda mais esse repertório de símbolos dispostos nos universos míticos do protocolo aplicado. Conforme constatou-se, predominam em *A União* os valores-notícia: *conflito, proeminência, proximidade, governo, tragédia/drama e surpresa*, respectivamente.

Comparando, pois, os atributos⁷⁵ dos valores-notícia de maior incidência em *A União*, com os mitemas identificados a partir da mitodologia, observa-se que os valores-notícia *Conflito* – guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação; *Proeminência* – notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite (indivíduo, instituição, país), sucesso/herói; *Governo* – interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens, pronunciamentos; *Tragédia/Drama* – catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano; *Proximidade* – geográfica, cultural; e *Surpresa* – inesperado; enquadram-se no universo mítico heroico, cuja função principal é separar/dividir/distinguir sob regência das imagens diurnas.

Toda essa redundância em resultados, seja através dos atributos dos valores-notícia, da classificação isotópica das imagens e da mitodologia, dialoga com a historiografia, que em suas atribuições documentais, utilizando relatos orais e consulta a jornais da época, acaba por reproduzir generalizações e constelações de imagens, que, tão logo repetidas, formam arquétipos, ganham narrativas e viram mitos. Uma espécie de mapeamento e agendamento de imagens.

A historiografia documenta similitudes entre personalidade e posicionamentos de João Pessoa e de José Pereira, ambos comungavam pensamentos desenvolvimentistas, gozavam de forte influência política, representatividade nacional, relacionamento com a imprensa, nativismo, repertório cultural e trânsito nas altas camadas socioeconômicas da época.

⁷⁴ Consultar Capítulo 3, Gráfico 1, página 106.

⁷⁵ Consultar Capítulo 3, Quadro 7, página 104.

Tais semelhanças ensaiam uma suposta predominância de imagens noturnas (ligam/reúnem/confundem) em torno da narrativa histórica, outrora, não existisse a força das convicções pessoais, políticas e ideológicas, alimentando o arquétipo do justiceiro com o ego ferido e do herói que deseja exterminar o inimigo, a partir de uma violenta purificação nas desgraças e maldades. Um enredo que não poderia estar escrito se não por constelações de imagens diurnas, responsáveis por toda ordem de separação, divisão, contradição e exclusão.

Mas, quanto ao *Jornal do Commercio*, o que revela a *mitodologia*? Pondere-se:

Quadro 18 – Protocolo Mitodológico aplicado ao Jornal do Commercio - 1930

JORNAL DO COMMERCIO	Universo Mítico Heróico (<i>distinguir</i>)	Universo Mítico Dramático (<i>reunir</i>)	Universo Mítico Místico (<i>confundir</i>)
“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo” Jornal do Commercio, 9 de março de 1930	- resistirá com heroísmo - projectado assalto	_____	_____
“Oito municípios estão contra o presidente do Estado” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930	- estão contra	_____	_____
“ Queixe-se o presidente de si mesmo ” Jornal do Commercio, 12 de julho de 1930	_____	- queixe-se - de si mesmo	_____
“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba” Jornal do Commercio, 25 de abril de 1930	- é o único responsável - situação	_____	_____
“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado ” Jornal do Commercio, 8 de abril de 1930	- não pode viver	- no estômago - nem no seu cérebro de tarado	_____
“A Parahyba sacudida pela guerra civil que ameaça estender-se” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930	- sacudida - que ameaça	_____	_____
“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930	- dizem - sofreram	_____	_____
“Dois soldados que deserdaram (...) narram as atrocidades cometidas pela polícia parahybana” Jornal do Commercio, 18 de março de 1930	- deserdaram	- narram atrocidades cometidas	_____
“ O moral da polícia parahybana é cada vez mais precário ” Jornal do Commercio, 29 de abril de 1930	- O moral - cada vez mais precário	_____	_____
“Soldados que não cumprem ordens absurdas ” Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 1930	- não cumprem - ordens absurdas	_____	_____
“ Um mau vizinho... o presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 6 de abril de 1930	- Um mau vizinho	_____	_____
“ O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza” Jornal do Commercio, 3 de abril de 1930	- o derrotismo - contra	_____	_____

“ E contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico , na perspectiva de piores dias ” Jornal do Commercio, 27 de março de 1930	- contristador - aspecto - presa de pânico - perspectivas de piores dias	_____	_____
“ A gravidade da situação política da Parahyba” Jornal do Commercio, 13 de março de 1930	- a gravidade	_____	_____
“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado” Jornal do Commercio, 3 de julho de 1930	- ensangrenta - perturba	_____	_____
“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba” Jornal do Commercio, 4 de julho de 1930	- lança - contra -premeditado	_____	_____

Fonte: (SILVA, 2019)

No periódico pernambucano, a *mitodologia* revela uma diagnóstico nada distante após o protocolo em *A União*. A predominância de mitemas no regime diurno se repete, atuando com a mesma função de separar e distinguir. Duas manchetes encontram-se parcialmente no universo mítico dramático, enquanto outra, completamente; e nenhuma manchete do *Jornal do Commercio* manifestou imagens no universo mítico místico.

Constelações míticas heroicas ficaram ainda mais evidentes a partir da classificação mitodológica. Nas dezesseis manchetes analisadas, o mitema: *contra*; foi o mais repetido. Outros mitemas despontaram não pela força em repetição, mas em sentido: *resistirá, único responsável, viver no estômago, cérebro de tarado, ameaça, sofrimento, derrotismo, gravidade, pânico*, entre outros.

As manchetes situadas parcialmente nos universos míticos heroico e dramático demonstraram, ao mesmo tempo, a ira e a superioridade das imagens diurnas através dos mitemas: *Não pode viver... Deserdaram*; a necessidade de intimidade/confiança de quem relata/confidencia, através do mitema: *Narram atrocidades cometidas*; além da eufemização, que manifesta os símbolos de inversão Encaixamento e Redobramento⁷⁶, através do mitema: *No estômago*.

Nesta condição, é como se a dignidade da Parahyba vivesse em um receptáculo/taça aparentemente seguro/protegido/guardado – designado pelo jornal como o *estômago do presidente João Pessoa*. E é justo no estômago,⁷⁷ órgão humano que mais absolve emoções

⁷⁶ Consultar Capítulo 4, Quadro 9, página 112.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.greenme.com.br/viver/saude-e-bem-estar/1400-a-que-emocao-cada-orgao->. Acesso em 17 de Julho de 2019.

de ira, raiva, ódio e frustração, imerso ao líquido da dor e da morte (suco gástrico), que vive a dignidade da Paraíba em tais constelações míticas dramáticas. Uma overdose de cólera responsável por úlceras, gastrites, ansiedades, preocupações, tensões e total desequilíbrio mental: *Nem no seu cérebro de tarado*.

Através do mitema: *Queixe-se, de si mesmo*; o *Jornal do Commercio* propõe uma autoavaliação, uma espécie de reflexão ao presidente João Pessoa, incentivando-o a regenerar-se diante de potenciais equívocos e cegas convicções. O mitema propõe um trajeto interior que pode resultar em uma harmonia futura. Sem dúvida, uma clara manifestação de imagens noturnas, a partir do universo mítico dramático.

Quanto às constelações simbólicas manifestadas no *Jornal do Commercio*, através da *mitodologia* e dos atributos dos valores-notícia, conforme constatou-se no gráfico 2⁷⁸ do terceiro capítulo, predominam, respectivamente, no periódico pernambucano os valores-notícia: *governo*, *proeminência*, *tragédia/drama*, *proximidade*, *justiça*, *conflito*, *polêmica* e *impacto*.

Relembremos, pois, os atributos dos valores-notícia de maior incidência no *Jornal do Commercio*: *governo* - interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens e pronunciamentos; *proeminência* – notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite (indivíduo, instituição, país), sucesso/herói; *tragédia/drama* – catástrofe, acidente, risco de morte e morte, violência/crime, suspense, emoção, interesse humano; *proximidade* – geográfica, cultural; *justiça* – julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais, crimes; *conflito* – Guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação; *polêmica* – controvérsia, escândalo; e *impacto* - número de pessoas envolvidas (no fato), número de pessoas afetadas (pelo fato), grandes quantias (dinheiro).

Novamente, constata-se a regência de imagens diurnas, enfatizando aspectos de separação/divisão e fortalecendo reflexos posturais heroicos de forma predominante. Atributos sensíveis e mitemas acabam por manifestar as mesmas estruturas simbólicas que só reforçam as características individuais e heroicas dos personagens principais dos conflitos, bem como dos jornais analisados.

A historiografia documenta João Pessoa como um homem marginal, não no sentido de bandido, mas por colocar-se à margem da sociedade em pensamento e atitudes. Já o coronel José Pereira, embora muitas vezes taxado de cangaceiro, foi documentado pela

⁷⁸ Consultar Capítulo 3, Gráfico 2, página 107.

historiografia como um homem progressista, um coronel que fugia às regras pelo nível cultural e intelectual.

No combate, cada herói/justiceiro lutou com as armas que possuía. Além de pautar uma sangrenta revolta armada, João Pessoa e José Pereira agendaram constelações simbólicas através das redações de *A União* e do *Jornal do Commercio* que desestabilizavam, confundiam, enganavam e neutralizavam os adversários. Uma estratégia de guerra, caracterizada por uma artilharia subjetiva, responsável ainda hoje por alterar as percepções dessa narrativa histórica, devido à pluralidade simbólica desses conteúdos. Lugar onde a multiplicidade de sentidos se desvalha e ganha ainda mais vida no imaginário individual e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto que revisitou as memórias revolucionárias para melhor compreensão do presente propôs uma dinâmica interdisciplinar que encontrou, no símbolo, o fio condutor de uma generosa dialética entre historiografia, comunicação e imaginário. O potencial evocador do símbolo permitiu que constelações de significados, envolvimento e analogias se manifestassem, ajudando a elucidar aspectos sensíveis inéditos da participação de Princesa na Revolução de 1930.

A ideia de uma leitura crítica que conectasse as dimensões política, social, histórica e cultural só foi possível pela capacidade de contiguidade das teorias e metodologias do imaginário. A aplicabilidade dessa hermenêutica simbólica com outras áreas do conhecimento foi novamente testada e comprovadamente eficaz, levando-se em consideração aspectos como a utilização de um método de investigação em uma teoria trinta anos mais nova que o próprio fenômeno, além da natureza objetiva e concreta da historiografia e da comunicação, em contraposição ao caráter semântico do imaginário e suas constelações simbólicas.

Somente uma teoria e uma metodologia aglutinadora, com trânsito em diversas áreas do conhecimento, permitiria a elaboração de uma linha de interpretação, que, embora, pareça livre por necessitar do repertório individual do leitor, encontra-se profundamente embasada na gramática simbólica de Gilbert Durand (2012) e em sua Classificação Isotópica de Imagens. A interpretação simbólica durandiana, aliada à Metodologia, fundamentou uma funcional relação, que referendou diagnósticos, comparou e potencializou resultados.

E foi preciso buscar na raiz noticiosa as respostas sobre imaginários que se manifestam na contemporaneidade, levando-se em consideração o espaço de tempo em que o fenômeno ocorreu. Nesses quase noventa anos pós-revolução, é dura a missão de documentar relatos orais, bem como encontrar acervos preservados que formem o arcabouço empírico necessário a uma análise deste porte.

A Teoria Geral do Imaginário, através de suas metodologias, colocou-se como guia para driblar o espiral do silêncio, conseguindo, portanto, a construção de um caminho inverso, ao visitar os jornais originais e diagnosticar as imagens mentais manifestadas nas manchetes, desembacando um campo de visão que permite avaliar quais mensagens perceptivas ou simbólicas foram repetidamente publicadas, com capacidade suficiente para alimentar ou alterar os imaginários dos fatos históricos.

A multiplicidade de sentidos nas manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio* foi triplamente comprovada, através das metodologias adotadas. No primeiro momento, o potencial revelador dos acervos mostrou um conjunto de atributos, a partir de critérios de noticiabilidade e valores-notícia que se repetiam nas manchetes, ressoando valores sensíveis responsáveis por alimentar paixões, incitar ódio e potencializar a necessidade da luta armada, através de valores-notícia como *conflito*, *proeminência*, *proximidade*, *governo*, *tragédia/drama e surpresa*.

Em um segundo momento, a gramática de símbolos de Gilbert Durand, através da classificação isotópica das imagens não só evidenciou todas as imagens perceptivas divulgadas pelos jornais, como constatou a predominância quase unânime de constelações simbólicas imperadas pelo regime diurno da imagem. Sobrou angústia, tormento, aflição, agonia e inquietação nas manchetes. O reflexo postural heroico predominou na pauta jornalística com manchetes que causavam ainda mais divisão, separação, superioridade, justiça, necessidade de purificação e poder.

No terceiro momento, ao concentrar as funções da mitocrítica e da mitanálise, através da mitodologia, e submeter as manchetes de *A União* e do *Jornal do Commercio* a mais uma metodologia do imaginário, percebe-se a existência de imagens mentais em dois dos três universos míticos determinados. Os mitemas demonstrando distinção, diferenças, força, desafio, resistência, agressividade e ameaça reafirmaram a força simbólica do universo mítico heroico.

Até então, a análise não só comprova a multiplicidade de sentido nas manchetes dos periódicos, como testa essa manifestação simultaneamente, em metodologias de duas áreas do conhecimento – comunicação e imaginário. O fato é que essa possibilidade interdisciplinar permitiu uma quarta experimentação. Ao comparar a incidência de valores-notícia nas manchetes dos jornais, com os mitemas predominantes identificados pela mitodologia, observa-se que os atributos sensíveis das notícias e os mitemas manifestaram as mesmas estruturas simbólicas, ambas dentro do universo mítico heroico.

Atrever-se a percorrer vias de compreensão que encontram-se no campo da subjetividade, do imaginário e do sensível mostrou-se não ser uma tarefa simples. No entanto, completamente viável diante do sólido alicerce teórico e metodológico já existente, em torno do imaginário.

Todas essas classificações mobilizam um diálogo envolvendo o contexto histórico, social e cultural, com potencial para identificar mitemas, mitos e imaginários recorrentes nas

narrativas revolucionistas. São emoções, sentimentos e ressentimentos sufocados pela neutralidade do discurso histórico e natureza objetiva da cobertura jornalística. Ao serem visualizados, através do imaginário, todo esse teor sensível se manifesta e chega a gritar, tamanha força que possui, após existir em silêncio, cerca de noventa anos pós-revolução.

Em dado momento, Gilbert Durand sugere em sua teoria o imaginário como um exercício de equilíbrio sócio-histórico de uma sociedade, uma espécie de reequilíbrio social, a partir de um equilíbrio psicossocial. Apesar do intento não ser objetivo central da proposta, o balanceamento desses imaginários entre as gerações consumidoras do conteúdo dos jornais analisados prospecta a possibilidade de novas e ainda mais profundas pesquisas.

Com os encargos simbólicos devidamente manifestados e documentados à luz das aproximações teórico-metodológicas entre historiografia, comunicação e imaginário, pesquisadores e consumidores desses conteúdos passam a contar com um documento científico que, antes de tudo, alerta sobre a multiplicidade de sentidos nessas narrativas, que, além de parciais, destacam-se, agora, pelo preceito emocional que carregam, com forte carga simbólica heroica, própria do povo nordestino e da resistência dos sertanejos.

REFERÊNCIAS

ABREU, A.A.; WELTMAN, F.L.; KORNIS, M.A. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. RJ: Editora FGV, 2003.

Acervo bibliográfico da **Fundação Ernani Satyro**, 93, Rua Miguel Satyro, Patos – PB.

Acervo de Microfilmagem da **Fundação Joaquim Nabuco**

Rua Dois Irmãos, 92 | Apipucos 50071-440 | Recife - PE Fone: (81) 3073-6464/Fax: (81) 3073-6561

Acervo documental da **Fundação Casa de José Américo**. Av. Cabo Branco, 3336 – Cabo Branco, João Pessoa – PB. CEP: 58045-010. (83) 3214-8538 / 8523 Fax: (83) 3214 – 8541.

ANDRADE, A.I.S.L. **O Arquivo José Américo e a Revolução de 1930**. João Pessoa – PB. Fundação Casa de José Américo, 1985.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp. 15-34.

ARAÚJO, Alberto Filipe; GOMES, Eunice Simões Lins; ALMEIDA, Rogério de. **O Mito Revivido: a mitanálise como método de investigação do imaginário**. São Paulo: Képos, 2014, 144p.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, Imprensa e vida**. 2. ed., J. Pessoa: A União Editora, 1986.

Assis Chateaubriand. Uol Educação, 2011. Disponível em:

<http://educacao.uol.com.br/biografias/assis-chateaubriand.jhtm>. Acesso em 2 de novembro de 2011.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Comunicação e Imaginário** – uma proposta metodológica. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Intercom, São Paulo, v.33, n.2, p. 125-143, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/596/557>. Acesso em 13 de Março de 2018.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**; tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

Brasil império. Brasil Escola, 2019. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/brasil-monarquia.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

CAMINHA, Inês. **A Revolta de Princesa: poder privado X poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Edgar. **A República Velha: Instituições e classes sociais (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1978.

CASTRO ALVES, Antônio de. **O navio negreiro**. In: Poesia. 4. Ed. Rio de Janeiro, Agir, 1972. P. 74-83. (Nossos Clássicos).

CERVANTES, Miguel. O que é literatura? Disponível em:
<<http://www.ocsan.net/lite/index.html>>. Acesso em 13 agosto de 2019.

CHARAUDAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.
Conteúdos Literários na Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB, 2019. Disponível em:
http://www.cchla.ufpb.br/jornais/fofhetinsestudosa_literatura_nos_jornais_paraibanos.pdf.
Acesso em maio de 2019.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural, cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1997.

_____. Um mapa do imaginário. Cult. São Paulo, n. 3, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2011. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/DIP>. Acesso em dezembro de 2011.

Depoimento de Luiz Hugo Guimarães. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, 2011. Disponível em: http://www.ihgp.net_pb500p. Acesso em novembro de 2011.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Edições 70, 1993.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral**. Tradução Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Língua e Literatura**. 9. ed. 2º grau, volume único. São Paulo: Atlas, 1999.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Proposta dos Jornalistas à Sociedade Civil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

Fernando Moura. Câmara Municipal de João Pessoa, 2011. - Disponível em:
http://www.cmjp.pb.gov.br/Noticia/980_franca-e-moura-sao-homenageados-com-nome-de-rua-e-titulo-de-cidadao-pessoense. Acesso 2 de dezembro de 2011.

GOMES, Eunice Simões Lins. (Orgs.). **Em busca do mito: a mitocrítica como método de investigação do imaginário**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.

Grande Depressão. Brasil Escola, 2019. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em agosto de 2019.

GUARESCHI, P. **Os construtores da informação:** Meios de Comunicação, Ideologia e Ética. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Traduzido do original francês LA MEMOIRE COLLECTIVE por Laurent Léon Schaffter. 2. ed. Presses Universitaires de France. Paris. França, 1968.

Hemeroteca Digital Brasileira. Acervo Digital Correio da Manhã. Disponível em:
<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>. Acesso em 17 de Março de 2018.

IHGP. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, 2019. Disponível em:
http://www.ihgp.net_pb500p. Acesso em 13 de agosto de 2019.

Imprensa Brasileira: dois séculos de história. Agência Nacional dos Jornais, 2019. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/component/k2/107-historia-do-jornal-no-brasil/738-imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia.html>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

Imprensa Régia. Governo Federal – Cultura, 2019. Disponível em:
<http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/22/200-anos-da-impresao-regia/>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa:** José Pereira X João Pessoa, 1930 / Joaquim Inojosa. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: Brasília: INL, 1980.

ISPIRG, M. J. **O conceito de imaginário:** reflexões acerca de sua utilização pela História. Textura (Canoas), Canoas, v. n.9, p. 49-56, 2004.

IZQUIERDO, Iván. **Memória** [recurso eletrônico] / Iván Izquierdo. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2014. E-PUB. Editado como livro impresso em 2011.

Jornal A União. História Esperancense, 2011. Disponível em:
<http://pt.io.gov.mo/Links/record/495.aspx>. Acesso em setembro de 2011.

Jornal do Commercio e desavenças políticas. JC Online, 2011. Disponível em:
<http://www.assinejc.com.br/FiquePorDentroJC.aspx#historico>. Acesso em setembro de 2011.

LEAL, José. **Itinerário da História da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1965.

LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do Imaginário.** Tradução de Eduardo Portanova Barros. Porto Alegre: Sulina, 2007 (Coleção Imaginário Cotidiano) 287p.

LIMA, V. A. **Mídia Crise Política e poder no Brasil.** São Paulo, Fundação Perseu de Abramo, 2006.

LUSTOSA, I. Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência 1821-1823. SP: Companhia das Letras, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. (Org.). Dicionário da comunicação. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2009.

MARIANO, Paulo. **Princesa: Antes e depois de 30**. João Pessoa: EGN, 1991b.

MARIANO, S.R.C. **Signos em confronto?: o arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010a.

Maximilien François Marie Isidore de Robespierre. E-Biografia, 2019. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/robespierre/>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

MEIRELLES, Domingos. **1930 – Os órfãos da Revolução**: Editora Record. 2005. 764p.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada** Um estudo sobre a formação do centralismo em 30. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1992.

Numa Denis Fustel de Coulanges. Biografias y Vidas, 2019. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/f/fustel.htm>. Acesso 13 de agosto de 2019.
ORDOÑEZ, Marlene e QUEVEDO, Júlio. **Coleção Horizontes: História**. São Paulo: IBEP, 2006.

Órgãos e emoções: A que emoção cada órgão responde? Greenme, 2019. Disponível em: <https://www.greenme.com.br/viver/saude-e-bem-estar/1400-a-que-emocao-cada-orgao->. Acesso em 17 de Julho de 2019.

Padre Cícero Romão Batista. Diocese do CRATO – CE, 2019. Disponível em: <http://diocesedecrato.org/padre-cicero-romao-batista/>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **O teatro das luzes**. Editora Hucitec. 1995.

PEREIRA, Aloysio. **Eu e meu pai, o Coronel José Pereira**. João Pessoa: Ideia, 2013. 526.:il.

PINTO, Pâmela. Reflexos dos laços entre mídia e política na imprensa brasileira. Dossiê Comunicação e Política. **Revista Ponto-e-vírgula**, 8: 122-138, 2010.

PITTA, D.P.R. (1995) **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Recife. UFPE. Recuperado em junho de 2017. Disponível em: gepai.yolasite.com/resources/Texto%20Iniciação%20Teoria%20do%20Imaginário.doc. Acesso em 12 de Fevereiro de 2017.

Princesa do Sertão. Tv Senado, 2010. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=46341&m=432078>. Acesso em 15 de Agosto de 2017.

QUEIROZ, Francisco Pessoa de. Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em agosto de 2009.

Reação Republicana. Uol Educação, 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/reacao-republicana-oligarquias-disputam-o-poder.htm>. Acesso em 09 agosto de 2019.

República Velha. História do Mundo, 2019. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/republica-velha.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

Resistência da API à ditadura. Associação Paraibana de Imprensa, 2011. Disponível em: <http://www.apipb.com.br/sobre-a-api/>. Acesso em dezembro de 2011.
SEIXAS, J.A.; BRESCIANI, M.S.; BREPOHL, M. **Razão e paixão na política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade.** Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. II, nº 1 - 1º Semestre de 2005c. Disponível em: <http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/viewFile/5931/5402>. Acesso em 19 de Julho de 2017.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Orgs.). **Críticos de Noticiabilidade:** Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. 240p.

SILVA, Gislene. **Imaginário coletivo:** estudos do sensível na teoria do jornalismo. Revista Compós, XIX Encontro da Compós, na PUCRJ, Rio de Janeiro, 2010e. Disponível em http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9_gislene_silva.pdf. Acesso em 19 de Julho de 2017.

SILVA, Nayane. **Imprensa e Revolução de 1930 no Brasil:** A guerra ideológica entre o Jornal A União da Paraíba e o Jornal do Commercio de Pernambuco. Portal de Periódicos da Universidade Federal da Paraíba, Revista Temática, v. 12, n. 11, 2016a. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/31528/16397>. Acesso em 03 de Julho de 2017. ISSN: 1807-8931.

SILVA, Nayane. O valor-notícia e a construção de imaginários sobre o Território Livre de Princesa. **Comunicação, mídia e imaginário:** diálogos contemporâneos [livro eletrônico. AZEVEDO, Sandra Raquew dos; ARAÚJO, Ricardo da Silva; SOUZA, Haryson Alves de. (Org.). João Pessoa: Editora do CCTA, 2017b, 138 p.; E-book. ISBN 978-85-9559-049-6.

SILVA. Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina. 2006d. 111p.

SILVA, Virgulino Ferreira. Portal São Francisco, 2011f. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/lampiao/lampiao.php>. Acesso em novembro de 2011.

Sobre A Uniao. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, 2011. Disponível em: http://www.ihgp.net_pb500p. Acesso em novembro de 2011.

Sobre o Jornal do Commercio. JC Online, 2011. Disponível em: <http://www.assinejc.com.br/FiquePorDentroJC.aspx#historico>. Acesso em setembro de 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, 427p.

VASCONCELOS, Lúcio Flávio. WSCOM, 2011. Disponível em:
<http://www.wscom.com.br/blog/lucioflavio/blog/page/6>. Acesso em dezembro de 2011.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: Um programa de pesquisa. **Revista Espanhola de Investigações Sociais**. REIS, N. 57/1992, p. 251-259. Tradução de Encarnación Moya.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

ANEXOS

**PROTOCOLO DE ANÁLISE:
EXEMPLIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO MITODOLÓGICA**

NETTO, A. <i>Camelôs desafiam prefeitura</i> . Zero Hora, 10/abr/2002. p. 39.	Universo mítico heróico <i>distinguir</i>	Universo mítico dramático <i>reunir</i>	Universo mítico místico <i>confundir</i>
<i>Ambulantes irregulares ameaçam enfrentar Brigada nas ruas hoje</i>	irregulares ameaçam	tentativa de diálogo	
<i>Camelôs desafiam prefeitura</i>	desafiam	parte das reivindicações	
<i>Vendedores ambulantes irregulares e técnicos da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) não chegaram a um acordo ontem, na segunda reunião após a invasão do prédio no qual funciona o gabinete do prefeito da Capital, João Verle, na segunda-feira.</i>	não chegaram a um acordo		
<i>Em tom agressivo, os camelôs anunciaram a intenção de resistir na área central da Capital e enfrentar a Brigada Militar (BM), orientada a apoiar a fiscalização rígida.</i>	invasão		
<i>A tentativa de diálogo com vendedores ambulantes não-regularizados pela prefeitura esbarrou em uma decisão firme tomada pela Smic: a de não ceder os espaços públicos retomados do comércio informal no quadrilátero central — delimitado pelas ruas Caldas Júnior, Mauá, Doutor Flores e Riachuelo. A intenção contraria parte das reivindicações dos camelôs. Na segunda-feira — em uma reunião de 50 minutos com a direção de fiscalização da Smic —, eles exigiram a liberação do comércio nas vias Doutor Flores, Sete de Setembro, Voluntários da Pátria, Marechal Floriano, Salgado Filho e Vigário José Inácio, e pediram a retirada do efetivo extra da Brigada Militar do Centro. Numa atitude agressiva, os ambulantes irregulares chegaram a cercar o diretor de Fiscalização da secretaria, Sebastião Barbosa.</i>	agressivo		
	resistir		
	esbarrou em uma decisão firme		
	não ceder		
	agressiva		
	cercar o diretor		

Fonte: (BARROS, 2010, p. 139)